



CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2026

NÚMERO 23.182 • PÁGINAS • R\$ 5,00

Parabéns ao **cinquentão!**

Maior ídolo do tênis masculino do Brasil, Gustavo Kuerten celebra, hoje, meio século de vida. O **Correio** homenageia o “manezinho” tricampeão de Roland Garros (1997, 2000 e 2001), vencedor do ATP Finals (2000), e integrante do Hall da Fama da ATP, na qual foi número 1 do ranking.

Ancelotti crava início da **Era Endrick**

Em resposta ao **Correio**, o técnico da Seleção busca soluções para a falta de um camisa 9 e aponta o brasileiro como a principal alternativa.

Noite positiva na **Libertadores**

Pelas quartas de final, Palmeiras venceu em casa a LDU por 1 x 0. Na Argentina, o Corinthians arrancou um empate (1 x 1) com o Estudantes.

PÁGINAS 19 E 20

Fachin anula decisões e põe Supremo para julgar Moraes

Numa quarta-feira em que a maior crise do Supremo Tribunal Federal havia ganho mais um personagem, Flávio Dino, que entrou na “guerra” entre André Mendonça e Alexandre de Moraes, o presidente

da Corte, Edson Fachin, decidiu tomar medidas concretas para estancar o conflito. Como primeira resolução, ele suspendeu as decisões sobre o afastamento do diretor da PF, Andrei Rodrigues, determinada

por Mendonça, na terça, e revogada por Dino ontem de manhã. Em seguida, anunciou que o Plenário vai decidir sobre o pedido de investigação das conversas e da amizade de Moraes com o banqueiro Daniel

Vorcaro, dono do Master e preso por fraudes. O julgamento será no próximo dia 15. Outra decisão do chefe do Judiciário foi tirar de Moraes a relatoria do Inquérito das Fake News, que se arrasta há sete anos.

- **OAB exige acesso ao processo e fim do sigilo do Master**
- **STF homologa delação de Mineiro, que pagou *Dark Horse***
- **PF quer ouvir Campos Neto, Galípolo, Aquino e Esteves no caso**

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Cada ministro, um tribunal

No *CB.Poder*, o professor e cientista político Creomar de Souza creditou a atual crise no STF à uma clara divisão interna no Supremo. “Decisões monocráticas transformam cada ministro em um tribunal próprio”, avaliou o especialista.

Constituição é o caminho, diz Poli

OAB-DF toma medidas duras em relação à crise no STF e presidente da instituição afirma que advocacia não “pode entrar em guerra política”.

Data Venia

Revogação do afastamento de diretor da PF é derrota para André Mendonça.

PÁGINAS 2 A 4. CADERNO DIREITOS&JUSTIÇA

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Cores da prevenção

A campanha Setembro em Flor 2026 coloriu o Congresso Nacional, ontem, para chamar atenção sobre a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento de tumores ginecológicos.

PÁGINA 6

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Mais câmeras para segurança do eleitor

Secretário do GDF Alexandre Patury anuncia integração de sistemas de vigilância nas ruas e uso de drones em 4 de outubro, dia de votação.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Foco na educação

Candidato à reeleição, o deputado federal Reginaldo Veras (PV) afirmou que a prioridade do seu mandato será, caso eleito, os profissionais da educação.

Atenção para as cidades

Seis candidatos ao GDF apresentam suas propostas para as maiores cidades da capital — Ceilândia e Samambaia — e também para as menores — Varjão e Fercal. Saúde e mobilidade são prioridade.

PÁGINA

Luiz Carlos Azedo

A “Terra em transe” de Edson Fachin no cinematográfico drama do STF. PÁGINA 4

Denise Rothenburg

Depois do “freio de arrumação”, Fachin quer tirar caso Master de Mendonça. PÁGINA 5

Samanta Sallum

Crise institucional no STF preocupa setor produtivo. CNC elogia Fachin. PÁGINA 17

A capital na telona

A 59ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro exhibe, segunda, seleção de curtas e longas na Mostra Brasília.



Guerra

EUA e Irã ampliam ataques

Guarda Revolucionária bombardeia 20 embarcações no Golfo Pérsico e lança mísseis contra a Jordânia. Ofensiva é resposta a disparos contra cinco petroleiros iranianos.

PÁGINA 9

Abuso

Polícia liberta menina do cárcere

Desaparecida desde domingo, uma adolescente de 13 anos estava com um jovem, de 19, que conheceu na rede Discord. Ele vai responder por estupro e privação de liberdade.

PÁGINA 17



9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000



(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br

GRITA GERAL: 3214.1166



(61) 99256.3846



PODER

Fachin age contra a crise e leva caso Moraes a plenário

Presidente do STF marca para terça a análise sobre abertura de apuração contra o ministro por suposto envolvimento com Vorcaro e retira dele o Inquérito das Fake News. Magistrado também impõe revés a Mendonça, ao suspender afastamento do diretor-geral da PF

» RENATO SOUZA
» ALÍCIA BERNARDES
» ARMANDO HOLANDA

Com o Supremo Tribunal Federal (STF) imerso no seu mais profundo conflito desde a redemocratização, o presidente da Corte, Edson Fachin, agiu para tentar estancar a crise. Em três despachos, ontem, o magistrado suspendeu decisões monocráticas dos ministros André Mendonça e Flávio Dino sobre o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues; manteve o dirigente da corporação no cargo; e marcou para a próxima terça-feira uma sessão do plenário com o objetivo de definir se haverá abertura de investigação contra o ministro Alexandre de Moraes por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

A sessão está marcada para as 10h. No texto, Fachin não diz se será aberta e transmitida ao vivo, como de praxe. Mas a tendência é de que ocorra com debates públicos e com possibilidade de cobertura por parte da imprensa.

Também ontem, Fachin removeu Moraes da relatoria do Inquérito das Fake News. O ministro conduzia o caso desde 2019, após ser escolhido pelo então presidente do Supremo, Dias Toffoli. A diligência foi aberta para apurar “fake news e ataques contra a Corte”. Com a decisão, o inquérito ficará sob responsabilidade do próprio Fachin.

As decisões do presidente do STF anularam tanto a ordem de Mendonça que determinou o afastamento de Andrei Rodrigues do comando da PF — sob a alegação de que a permanência do dirigente no cargo poderia comprometer as investigações sobre a produção de relatórios de inteligência considerados irregulares — quanto a ordem de Dino de reintegrar Rodrigues às suas funções.

“É grave o quadro em que decisões de ministros passam a ser desafiadas horizontalmente, mormente quando pendentes, tanto o julgamento em curso no âmbito da Segunda Turma deste Tribunal, quanto o pedido de suspensão de liminar que se encontra sob apreciação desta Presidência”, escreveu Fachin em uma das decisões.

Segundo enfatizou o ministro, “a Presidência tem o dever

Gustavo Moreno/STF



Fachin impôs reverses a ministros envolvidos nos imbróglis que expõem a Corte, numa investida para tomar as rédeas no momento turbulento

Prazo de 48 horas

Fachin deu 48 horas para Rodrigues se manifestar sobre os relatórios de inteligência atribuídos à PF e o suposto monitoramento ilegal de Mendonça. Após esse prazo, o presidente da Corte vai analisar a permanência do dirigente no cargo.

de zelar pela preservação da integridade da Corte e tem a convicção de que o faz e fará, nos termos do art. 13, I, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal”. “Todos os elementos contidos nas decisões proferidas até o presente momento evidenciam que

os fatos merecem a devida elucidação. Há especial dever de assegurar a integridade e a adequada direção dos trabalhos desta Corte”, ressaltou, no despacho.

O magistrado destacou que a situação envolvendo a guerra de liminares configuram “lesão à ordem” pública e ao tribunal. “Considero necessária a suspensão das decisões ora analisadas, porquanto, para além de qualquer juízo meritório sobre o afastamento ou não de autoridades, o qual será realizado oportunamente, cumpre obstar quadro de conflitos e sobreposições processuais que, por si só, configuram lesão à ordem pública e à integridade deste Tribunal”, completou.

As ordens de Fachin ocorrem em meio aos embates entre Moraes e Mendonça no contexto das investigações sobre o esquema de fraudes do Banco Master. Moraes incluiu o colega no

Inquérito das Fake News, acusando-o de crime de responsabilidade, improbidade administrativa e abuso de autoridades (leia abaixo a cronologia do caso).

O Inquérito das Fake News é considerado um dos mais polêmicos da Corte e que empoderou Moraes com relação aos demais ministros. Na época de abertura do procedimento, a Procuradoria-Geral da República (PGR), comandada por Raquel Dodge, defendeu mais de uma vez que a investigação fosse arquivada. O sucessor, Augusto Aras, posicionou-se pela constitucionalidade. Em uma votação no plenário, o Supremo decidiu manter o inquérito por 10 votos a 1, em uma análise que tratava de uma ação da Rede Sustentabilidade pedindo o arquivamento.

O ex-presidente Jair Bolsonaro — preso por tentativa de golpe de Estado e outros crimes — e seus

» Alívio na Corte

Ministros do STF receberam com alívio as decisões tomadas pelo presidente da Corte, Edson Fachin. Na avaliação de um deles, as medidas adotadas “amenizam” a guerra interna no tribunal, mas a confusão ainda estaria longe de ser solucionada. As decisões de Fachin, porém, agradaram mais à ala ligada a André Mendonça do que ao grupo de Alexandre de Moraes.

aliados foram alvos de ações realizadas no âmbito do inquérito. Neste ano, Moraes usou o procedimento para quebrar o sigilo do jornalista Luís Pablo, do Maranhão. Ele atendeu pedido do ministro Flávio Dino, que alega perseguição por parte do comunicador.

Elogios à decisão

» AMANDA S. FEITOZA

A Advocacia-Geral da União (AGU) disse ter recebido com “satisfação, respeito e esperança” a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, de suspender a decisão do ministro André Mendonça que afastava o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, de suas funções.

Na avaliação da AGU, o afastamento atingia uma atribuição que cabe ao presidente da República: escolher e retirar o diretor-geral da PF. Ao pedir a suspensão da decisão de Mendonça, na terça-feira, o governo argumentou que a medida poderia provocar impactos na organização e no funcionamento da corporação.

“Com isso, também são restabelecidas as condições necessárias ao regular funcionamento das atividades da Polícia Federal, instituição essencial à segurança pública e ao Estado Democrático de Direito”, frisou o órgão em nota. “Para além da solução do caso concreto, a decisão do ministro Edson Fachin contribui para restaurar a institucionalidade no âmbito da Suprema Corte e fortalecer a confiança da sociedade no Poder Judiciário.”

Por sua vez, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao qual a PF é subordinada, declarou confiança nas instituições republicanas e defendeu a autonomia da corporação.

A pasta também reforçou que a PF deve manter o trabalho investigativo independentemente das decisões relacionadas à sua direção. “A Polícia Federal continuará contando com o elevado prestígio e a credibilidade conquistados perante a sociedade brasileira”, afirmou.

Ainda segundo o ministério, as apurações conduzidas pela corporação devem continuar “com absoluta independência, rigor técnico e estrita observância da lei”, alcançando todos os fatos e envolvidos, “sem exceções”. E destacou que a autonomia da PF é necessária para garantir o funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Cronologia do conflito

12 de fevereiro

» O STF sorteou o ministro André Mendonça para a relatoria das investigações sobre o Banco Master depois que Dias Toffoli abdicou da função.

» Um dia antes, a Polícia Federal havia enviado ao presidente do Supremo, Edson Fachin, um relatório com citações a Toffoli nas investigações. Em reunião com os ministros, Toffoli ouviu os apelos dos colegas e deixou a relatoria do processo.

27 de agosto

» A PF entregou relatórios preliminares ao gabinete de Mendonça com análises de inteligência de conversas obtidas na apreensão de aparelhos celulares do banqueiro Daniel Vorcaro.

1º de setembro

» Mendonça tornou públicos trechos dos relatórios com as mensagens trocadas entre o ministro Alexandre de Moraes e o dono do Banco Master.

» O procurador-geral da República,

Bruno Peres/Agência Brasil



Ministro Alexandre de Moraes

Paulo Gonet, enviou ao STF um parecer recomendando o arquivamento do caso. Segundo o PGR, Mendonça pediu a investigação à PF de forma indevida, porque essa decisão deveria ter sido tomada pelo plenário. Gonet também foi citado no relatório por relação supostamente imprópria com Vorcaro.

3 de setembro

» O ministro Alexandre de Moraes acolheu petição no Inquérito das Fake News e determinou a abertura de apuração sobre a conduta e os direcionamentos procedimentais atribuídos ao gabinete de André Mendonça.

>> Moraes acusou Mendonça de improbidade administrativa, abuso de autoridade e crime de responsabilidade.

4 de setembro

» O presidente do Supremo, ministro Edson Fachin, interveio e determinou que o pedido de investigação de Mendonça feito por Moraes fosse retirado do Inquérito das Fake News. Fachin abriu um procedimento, sob sua relatoria, para apurar supostas irregularidades em investigações da PF que envolvem autoridades com foro na Corte.

» Fachin deu prazo de cinco dias úteis para a PGR e, em seguida, o mesmo prazo para Mendonça se manifestar sobre o pedido de Moraes.



Ministro André Mendonça

8 de setembro

» Mendonça, em decisão ratificada pela Segunda Turma, determinou o afastamento cautelar do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do chefe da área de Inteligência, Leandro Almada, alegando inconsistências nos relatórios de inteligência.

» O ministro ordenou que a Polícia Federal, por meio de sua Corregedoria, abrisse procedimentos investigatórios de natureza penal e administrativo-disciplinar para apurar os “graves fatos identificados” na produção de relatórios de inteligência.

9 de setembro

» O ministro Flávio Dino concedeu medida liminar em ação distribuída à sua relatoria e determinou a imediata recondução de Andrei Rodrigues ao cargo, sustentando que decisões individuais não podem paralisar o funcionamento da cúpula da Polícia Federal. Dino submeteu a liminar ao plenário do STF.

» Fachin suspendeu as decisões de Medonça e de Dino que haviam, sucessivamente, afastado e restaurado o cargo de Andrei Rodrigues. O presidente do STF também suspendeu o trâmite da ação relatada por Mendonça que trata do tema. A decisão será submetida ao plenário no dia 15, às 10h. Até lá, Rodrigues permanece no cargo.

PODER

OAB pede acesso a apurações

Apesar de ter discutido a possibilidade de medidas contra ministros do Supremo, Ordem decidiu não solicitar afastamentos

» RAPHAELA PEIXOTO

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir acesso integral aos autos e o levantamento do sigilo das investigações relacionadas ao escândalo do Banco Master. A solicitação seria protocolada ainda ontem à noite.

A decisão foi adiantada pelo presidente da OAB, Beto Simonetti, após reunião extraordinária do Colégio de Presidentes dos Conselhos Seccionais, na sede da entidade em Brasília. O encontro reuniu dirigentes de todos os estados.

Segundo Simonetti, a iniciativa tem como objetivo esclarecer dúvidas sobre uma possível participação de autoridades da República nas investigações. “Nós esperamos sanar tudo aquilo que a sociedade brasileira tem de dúvidas ainda hoje sobre a participação ou não de autoridade da República perante as investigações”, frisou.

A OAB também criará uma comissão especial para analisar o material. O grupo será formado por presidentes de seccionais, conselheiros federais e juristas, que deverão examinar documentos, mensagens e outros elementos reunidos nas investigações.

Após a análise, a comissão produzirá um relatório que será submetido ao Pleno do Conselho Federal da OAB. O colegiado será responsável por avaliar as conclusões e definir eventuais novas medidas.

Apesar de ter debatido a possibilidade de medidas contra ministros do STF, a Ordem decidiu não solicitar impeachment de magistrados neste momento. “Não será pedido nenhum afastamento, até

Gustavo Moreno/STF.



Simonetti: “Esperamos sanar tudo aquilo que a sociedade tem de dúvidas sobre a participação de autoridades”

porque não existe processo instaurado ainda pelo Supremo Tribunal Federal”, explicou.

Simonetti afirmou ainda não haver elementos suficientes para esse tipo de iniciativa. Segundo ele, qualquer decisão sobre o assunto dependerá do resultado da análise feita pela comissão.

Na mesma reunião, os dirigentes da OAB decidiram reiterar o pedido de arquivamento definitivo do Inquérito das Fake News, que estava sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes e passou, agora, à responsabilidade do presidente do STF, Edson Fachin. A entidade já havia apresentado essa solicitação em fevereiro.

O presidente da OAB também elogiou a celeridade de decisões recentes de Fachin e disse que a entidade pretende manter o diálogo e o respeito institucional com o STF.

Na terça-feira, o Conselho Pleno da Seccional do Distrito Federal da OAB aprovou, por maioria, propostas relacionadas à crise no STF, inclusive com pedido de impeachment de ministros.

A entidade também cobrou apuração sobre suposto envolvimento de autoridades com o fatos investigados, incluindo integrantes do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). As propostas serão encaminhadas ao Conselho Federal da entidade.

» Desconfiança popular

Pesquisa Meio/Ideia, divulgada ontem, mostrou que 51,6% dos eleitores brasileiros acreditam que os ministros do STF decidem mais por interesse próprio do que pela lei. Segundo o levantamento, 23,9% não têm posição sobre o tema: não concordam nem discordam da afirmação. Já 10,9% discordam, e 13,6% não souberam responder.

Cobranças do setor produtivo

» PEDRO JOSÉ BORGES

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediu responsabilidade, transparência e equilíbrio das autoridades públicas diante das crises recentes em Brasília. A manifestação foi divulgada ontem e assinada pelo presidente da entidade, Ricardo Alban.

Segundo a CNI, o país atravessa um momento de atenção em relação às instituições e à estabilidade democrática. A entidade afirma que os acontecimentos recentes exigem uma atuação institucional baseada na prudência e no interesse nacional. “A República enfrenta um teste de integridade inédito. As sucessivas crises que ocorrem em Brasília colocam as instituições em risco”, diz a nota.

A entidade também defendeu que a Justiça atue de forma imparcial e equilibrada na condução das questões relacionadas ao cenário atual. Para a CNI, os debates sobre as medidas a serem adotadas devem ocorrer de forma pública e transparente, com espaço para esclarecimentos.

“Não podemos deixar que questões políticas, eleitorais ou crises institucionais travem o desenvolvimento. Não podemos, mais uma vez, perder as oportunidades de crescimento no cenário internacional”, frisa o documento.

A CNI declarou, ainda, que a confiança da população nos poderes públicos depende da forma

como as instituições conduzem as crises. Segundo a entidade, a preservação da convivência social exige atuação da Justiça e transparência nos processos decisórios.

Além da manifestação da CNI, outras entidades empresariais divulgaram um manifesto sobre a crise institucional. O documento defende uma resposta do Supremo Tribunal Federal (STF) e pede transparência, imparcialidade e decisões fundamentadas por parte da Corte.

Segundo o manifesto, o STF está no centro do conflito e exerce, conforme previsto na Constituição, a função de guardião da Carta Magna. As entidades afirmam que a autoridade do tribunal depende da legitimidade conferida por imparcialidade, transparência e atuação dos ministros.

O documento também aponta que questionamentos sobre a legitimidade da Corte podem afetar a segurança jurídica, a confiança nas instituições e a paz social. “O Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição, mas guardião algum está dispensado de prestar contas”, enfatiza o texto.

As entidades pedem que o plenário do STF examine os fatos em sessão pública e tome decisões sobre o caso. O manifesto defende que a análise seja feita “com absoluta urgência”, sem subterfúgios ou corporativismo. “Cada dia é um dia a mais de descrédito”, ressalta o documento.

O manifesto é assinado pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Confederação Nacional do Comércio (CNC), CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), entre outras.

Ministros com tribunal próprio

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A crise no Supremo Tribunal Federal (STF) mobilizou, desde a semana passada, políticos, candidatos e sociedade civil e dividiu o Judiciário. Para o CEO da Dharma Political Risk and Strategy e professor da Dom Cabral, Creomar de Souza, os ministros transformaram a Corte em seus próprios tribunais, por meio de decisões monocráticas.

“Analisando a lógica de tomada de decisão e o relacionamento político, observa-se que as estruturas e as decisões monocráticas transformam cada ministro em um tribunal próprio”, afirmou, em entrevista às jornalistas Denise Rothenburg e Sibeles Negromonte, no *CB.Poder* — programa do *Correio* em parceria com a TV Brasília.

No último dia 1º, o ministro André Mendonça, do STF, retirou o sigilo de um inquérito que mostrou várias mensagens do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, para o ministro Alexandre de Moraes. Uma delas, dias antes da prisão do banqueiro, em novembro do ano passado.

Como retaliação, dois dias depois, Moraes acusou Mendonça de improbidade administrativa, crimes de responsabilidade e abuso de autoridade no contexto do Inquérito das Fake News.

Segundo Souza, esse momento revela uma divisão interna no Supremo. “De um lado, um grupo liderado por Gilmar Mendes, com Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Cristiano Zanin; de outro, um grupo que se forma em torno de André Mendonça, com Nunes Marques, Luiz Fux. E o presidente Edson Fachin em posição delicada, além da ministra Cármen Lúcia buscando manter independência em um horizonte com risco de empates continuados pela falta do preenchimento de uma cadeira”, lembrou.

Além disso, de acordo com Souza, a situação terá influência direta na decisão do eleitor neste pleito. A menos de um mês para o primeiro turno, o CEO entende que os brasileiros passam a duvidar da legitimidade da Suprema Corte, já que o governo Lula 3 se apoiou no STF “em momentos difíceis”.

“Em uma dinâmica de ‘presidencialismo jurisdicional’, na qual

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Souza: política interna do STF é variável de risco para a República

Executivo e Judiciário atuaram juntos para manter a estabilidade, o governo recebe uma notícia ruim a cerca de 20 dias da eleição. A narrativa eleitoral de Lula não estava preparada para esse tema, estando focada em assuntos como soberania, esforço econômico, jornada 6x1 e o programa Desenrola”, argumentou.

Degradação

Souza destacou que, além do escândalo do Banco Master, envolvendo Moraes e o ministro Dias Toffoli, o STF está responsável por casos essenciais para o país, como as investigações das fraudes no INSS. “Esse conjunto de acontecimentos tem como efeito flagrante a degradação da reputação do STF e da confiança da população: há uma perda de confiança por parte daqueles que achavam que o tribunal agiu corretamente na administração Bolsonaro, e um reforço na opinião daqueles que achavam que o STF agia de forma errada”, comentou.

Para ele, o Supremo, que deveria ser um poder mais coeso por estar blindado das pressões eleitorais tradicionais, pode ser um “risco” para a estabilidade do país. “A política interna do STF desponta como importante variável de risco para a estabilidade da República e para o processo eleitoral, sem uma saída

que atenda plenamente a todos os envolvidos”, analisou.

Na avaliação do especialistas, a crise no STF tem um componente de subcrise, ou seja, há um espaço de embate protagonizado pelos próprios ministros. “A primeira camada é do ministro André Mendonça contra o ministro Alexandre de Moraes, mas com algumas outras camadas subjacentes, como a entrada do ministro Flávio Dino hoje (ontem) no jogo, recolocando o diretor-geral da Polícia Federal e reconduzindo o diretor de inteligência ao seu cargo.”

Ao ser questionado sobre o afastamento de Moraes do STF, Souza defendeu que os dois ministros sejam retirados de pautas de impacto eleitoral. “O grupo de apoio a Alexandre de Moraes dificilmente aceitaria seu afastamento sem a contrapartida de afastamento ou retirada da relatoria de André Mendonça. Em um mundo ideal, não haveria o Inquérito das Fake News, Mendonça não seria relator do caso INSS/Banco Master, e ambos se declarariam impedidos sobre temas com impacto eleitoral; contudo, esse cenário ideal não condiz com a realidade de 2026”, frisou.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa



WINDSOR HOTEIS

HÁ 40 ANOS NOS MELHORES CENÁRIOS DO BRASIL

Há 40 anos, a Rede Windsor integra a história do turismo brasileiro.

Com 17 hotéis no Rio de Janeiro e em Brasília, destaca-se pela excelência em hospedagem, gastronomia e eventos.

A Rede Windsor reúne tradição, solidez e cuidado em cada experiência, proporcionando momentos memoráveis para hóspedes, clientes e parceiros.



Windsor Hoteis

Tradição e excelência em cada detalhe

windsorhoteis.com
(21)2195-7800



Conexões do Master com BC na lupa da PF

Gabriel Galípolo e Roberto Campos Neto são intimados a explicar se sabiam da atuação de ex-diretores da autoridade monetária em favor do banco de Vorcaro

» RAPHAEL PATI

A Polícia Federal intimou, ontem, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o ex-presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, a prestarem depoimento sobre a fiscalização do Banco Master, liquidado extrajudicialmente. A corporação ainda convocou o dono do BTG Pactual, André Esteves, e o diretor de fiscalização do BC, Ailton de Aquino. Todos falarão sobre a suposta cooptação de Belline Santana e Paulo Sérgio Neves de Souza — respectivamente, ex-chefe e ex-chefe adjunto do Departamento de Supervisão Bancária da autoridade monetária — pelo do banco de Daniel Vorcaro.

Belline e Paulo Sérgio foram alvos da terceira fase da Operação Compliance Zero e afastados das funções por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Como darão explicações à PF na condição de testemunhas, Galípolo, Campos Neto, esteves e Aquino são obrigados a falar a verdade sobre o que viram e ouviram ao longo do processo.

Campos Neto assumiu o BC em 2019, enquanto Galípolo passou a comandar a instituição a partir de 2025. Ambos acompanharam o crescimento das operações do Master. No caso de Aquino, será a segunda vez que prestará depoimento à PF sobre o Master. Em 30 de dezembro do ano passado, ele afirmou aos delegados que mantinha um acompanhamento próximo do banco de Vorcaro, em razão da crise de liquidez enfrentada pela instituição, que detinha cerca de R\$ 80 bilhões em ativos. Inclusive, passou por uma acareação com Vorcaro e Paulo Henrique Costa, ex-presidente do Banco de Brasília (BRB).

Aquino também relembrou à época que no dia em que teve a liquidação decretada pelo BC,

Ed Alves/CB/DA.Press



Galípolo (E) e Campos Neto acompanharam o crescimento do Master e as dificuldades que enfrentava

em 18 de novembro de 2025, o Master dispunha de apenas R\$ 4 milhões em caixa, enquanto acumulava obrigações superiores a R\$ 127 milhões com vencimento naquela mesma semana. “Um banco com R\$ 80 bilhões custa ter algo entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões em títulos livres. O Master, antes da liquidação, tinha apenas R\$ 4 milhões em caixa”, afirmou.

Galípolo, Campos Neto, Aquino e Esteves foram citados no depoimento prestado por Paulo Sérgio Souza, afastado do BC após informações indicarem que ele atuava dentro da autarquia para favorecer o Master, prestando uma espécie de consultoria formal, em troca de propina. O ex-diretor do BC nega ter sido favorecido. No caso de Esteves, disse à PF que o dono do BTG

Pactual teria encontrado fraude em uma das operações do Master.

Resistência

Em relação a Galípolo, o ex-diretor disse à PF que o presidente do BC teria resistido a enviar uma comunicação de crime ao Ministério Público Federal (MPF) sobre as suspeitas envolvendo a venda do Master ao BRB. Em duas reuniões que teve com o chefe da autoridade monetária para tratar sobre o assunto, Paulo Sérgio teria comunicado que o banco de Vorcaro deixara de recolher todo o compulsório (reserva obrigatória que fica depositada no próprio BC) e que seria necessário liquidá-lo ou encontrar uma solução de mercado com o BTG.

Também houve menção no depoimento a Campos Neto, que teria sido informado, em novembro

de 2024, por Ailton Aquino, sobre uma fraude de R\$ 32 bilhões em carteiras do Master em uma diligência feita pelo BTG para uma possível negociação. A defesa do ex-presidente do BC nos governos Bolsonaro e Lula alegou desconhecer a informação sobre a intimação.

“Se, de fato, existe determinação para que Roberto Campos Neto seja ouvido, é lamentável que tal informação tenha sido vazada à imprensa. Sem acesso ao documento, a defesa não tem como confirmar sua existência, autenticidade ou teor”, destaca a nota redigida pelos advogados Pedro Ivo Velloso e Francisco Agosti.

Procurados pelo **Correio** por meio de suas assessorias, Galípolo e Aquino ainda não se manifestaram até o fechamento desta edição. Esteves optou por não responder.

Redes sociais



Operador de Vorcaro, Mineiro entregava malas de dinheiro vivo

O acordo de delação de Mineiro prevê o pagamento de multa e é a segunda colaboração premiada fechada pela PGR relacionada ao

Caso Master. A primeira foi firmada com João Carlos Mansur, ex-dono da gestora Reag — mas ainda não foi homologada por Mendonça.

Mendonça homologa delação de operador

» RENATO SOUZA

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou, ontem, a delação premiada do empresário Antonio Carlos Freixo Junior, conhecido como Mineiro, suspeito de envolvimento no esquema do Banco Master. Com isso, o caso do banco de Daniel Vorcaro tem a primeira colaboração confirmada em nove meses de investigação. No acordo, o empresário afirmou que era responsável por “gerar dinheiro vivo para a equipe” do ex-banqueiro. Inclusive, teria feito pelo menos sete repasses ao Fundo Havengate, nos Estados Unidos, para financiamento do filme *Dark Horse*, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O dinheiro seria entregue em malas para Vorcaro e, conforme disse, era usado no pagamento de propina. Mineiro diz ter

movimentado R\$ 1,3 bilhão, entre 2020 e 2025, e é dono da Entre Investimentos, fundo usado para repassar dinheiro ao filme sobre Bolsonaro. Os recursos enviados ao longa também são alvos da investigação.

Filho 03

Uma das suspeitas é de que o dinheiro tenha sido usado, em parte, para bancar a permanência do ex-deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos. O delator afirmou ter trocado e-mails com o responsável pelo fundo Havengate, Paulo Calixto, que também é advogado do filho 03 do ex-presidente em solo norte-americano. Também há a suspeita de que o dinheiro venha sendo usado com caixa dois da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL) — que assegura ter sido o dinheiro de Vorcaro integralmente destinado à produção do filme.

Lula exige remoção de sigilo “doa a quem doer”

» FERNANDA STRICKLAND
» ARMANDO HOLANDA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, a quebra completa do sigilo das investigações relacionadas ao Banco Master e criticou o que classificou como “vazamentos seletivos” em meio à crise que envolve o Supremo Tribunal Federal (STF). Ele considera que a divulgação parcial de informações pode produzir efeitos sobre

a disputa eleitoral de 2026.

Em publicação nas redes sociais, Lula afirmou que a dimensão das suspeitas envolvendo o Master exige respostas das autoridades e defendeu que as investigações alcancem todos os envolvidos, independentemente de cargos ou relações políticas. “Se faz necessário mais transparência e não vazamentos seletivos que impactam a disputa eleitoral”, escreveu o presidente.

Lula também citou a Operação Spoofing, conduzida no Supremo

pelo então ministro Ricardo Lewandowski, como exemplo de divulgação de informações que, segundo ele, deveriam ser seguidas no caso Master. A operação foi uma investigação da Polícia Federal, deflagrada em 23 de julho de 2019, para apurar a invasão de contas do aplicativo Telegram de autoridades públicas, incluindo o então ministro da Justiça Sergio Moro, magistrados e procuradores ligados à Operação Lava-Jato.

Lula reforçou que nenhum dos

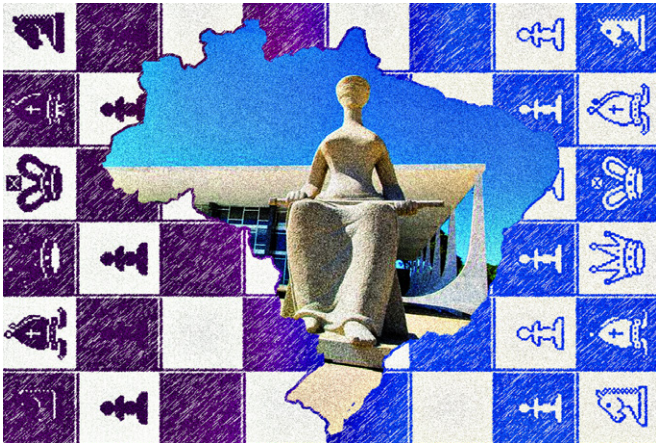
envolvidos no Caso Master deve ser poupado — “doa a quem doer”. Isso representa que um colaborador de longa data do presidente, o senador Jaques Wagner (PT-BA), poderia ficar exposto. O parlamentar é investigado pela PF acusado de usar o mandato para apoiar matérias de interesse do Master no Congresso. Em contrapartida, investigadores apontam supostos recebimentos de vantagens indevidas, como um imóvel avaliado em R\$ 2,5 milhões em Salvador.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Alegoria glauberiana do Cinema Novo descreve STF em transe

Em *Terra em Transe*, obra-prima de Glauber Rocha lançada em 1967, a fictícia República de Eldorado mergulha numa crise política que dissolve as fronteiras entre democracia, populismo, autoritarismo e ambição pessoal. O poeta e jornalista Paulo Martins, interpretado por Jardel Filho, procura interferir nos destinos do país, mas oscila entre dois projetos de poder: o conservador Porfírio Diaz, vivido por Paulo Autran, e o líder populista Felipe Vieira, representado por José Lewgoy. Paulo rompe com Diaz e se aproxima de Vieira, na esperança de construir uma alternativa democrática.

Aos poucos, porém, percebe que os dois campos se alimentam das mesmas práticas: a manipulação das massas, os acordos de cúpula, a retórica vazia e a transformação da política num grande espetáculo. Dividido entre o idealismo e o desencanto, acaba trágado pelo sistema que pretendia modificar. Ao lado de Jardel Filho, Paulo Autran e José Lewgoy, participam do filme Glauce Rocha, no papel de Sara; Danuza Leão, como Sílvia; Paulo Gracindo, como Júlio Fuentes; além de Hugo Carvana, Francisco Milani, Jofre Soares e Flávio Migliaccio. A música é de Sérgio Ricardo; a fotografia, de Luiz Carlos Barreto; e a montagem, de Eduardo Escorel.

Marco do Cinema Novo, *Terra em Transe* transformou o impasse brasileiro posterior ao golpe de 1964 numa alegoria sobre as estruturas de poder da América Latina. Com sua narrativa convulsiva, seus discursos teatrais e sua montagem fragmentada, Glauber não pretendia reproduzir os acontecimentos de forma documental. Procurava revelar o delírio de uma sociedade cujas instituições continuavam formalmente de pé, mas já não conseguiam ordenar os conflitos políticos. O filme disputou a Palma de Ouro no Festival de Cannes, onde recebeu os prêmios da crítica internacional e de Luis Buñuel.

Seis décadas depois, a alegoria glauberiana de Eldorado aparece na crise instalada no Supremo Tribunal Federal. A Corte vive um momento no qual polêmicas decisões individuais, disputas de competência e suspeitas recíprocas ameaçam produzir um Estado de transe institucional. O caso do Banco Master ultrapassou os limites de uma investigação financeira. As recentes decisões de Alexandre de Moraes, André Mendonça e Flávio Dino colocam em xeque a autoridade do STF, alcançam a Procuradoria-Geral da República e envolvem a cúpula da Polícia Federal. Quando um ministro desautoriza o outro, processos diferentes se cruzam e instituições encarregadas de investigar passam a integrar a própria controvérsia, o problema torna-se uma crise de Estado.

Mendonça determinou o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência da instituição, Leandro Almada. Dino decidiu reintegrá-los. Moraes, por sua vez, encaminhou à Presidência do Supremo documentos da PF para sustentar um pedido de investigação sobre a atuação de Mendonça. A disputa virou um labirinto jurídico, formado por mensagens aprendidas, relatórios policiais e vazamentos seletivos. Estão perdidos todos os envolvidos, inclusive o procurador-geral da República, Paulo Gonet. O presidente do STF, Edson Fachin, ainda não encontrou o fio de Ariadne para sair dele. Quem é o Minotauro nessa história? Moraes ou Mendonça?

A conta está chegando

Fachin resolveu assumir a condução institucional do conflito. Suspendeu as decisões de Mendonça e Dino sobre a direção da PF, manteve Andrei no cargo, retirou de Moraes o controle do pedido de investigação relacionado à controvérsia e estabeleceu que novas medidas contra integrantes da Corte dependerão de sua autorização. Também decidiu levar o conjunto das questões ao Plenário.

O presidente do STF tenta interromper o transe e devolver à instituição a unidade de comando, colegialidade e previsibilidade. Não lhe cabe proteger ministros nem antecipar julgamentos. Sua responsabilidade é garantir o devido processo legal, preservar a competência do Plenário e impedir que o Supremo se transforme simultaneamente em investigador, parte interessada e juiz de seus próprios conflitos. Parece fácil, mas não é, porque a Corte está muito dividida e a disputa entre seus integrantes virou uma briga de rua, ou seja, não trem regra.

O Supremo é um arquipélago, cada ministro é uma ilha fortificada, com artilharia e munição pesadas. Fachin não tem autoridade hierárquica sobre os ministros no exercício da jurisdição, mas responde pela preservação institucional da Corte. Diante de decisões contraditórias, cabe-lhe organizar os processos, definir os caminhos regimentais e convocar o colegiado. Quando o Plenário se reúne, porém, a autoridade não pertence aos gabinetes isolados nem à capacidade de cada ministro de impor sua interpretação por meio de uma liminar. A maioria dos ministros decide pelo voto.

É aí que mora o perigo. Um armistício entre os integrantes da Corte não é suficiente. A saída depende da apuração transparente dos fatos, da preservação das provas, da definição das competências e da submissão de todos às mesmas regras. Qualquer solução destinada somente a salvar as aparências ampliará a desconfiança da sociedade e projetará a crise sobre as eleições. Não à toa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a quebra integral do sigilo do caso Master, “doa a quem doer”. Foi arrastado para a crise pelas conexões e pelos vazamentos que alcançam personagens ligados ao governo.

Até agora, a conta está no seu colo.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

STF no palco eleitoral

Com o Caso Master ditando o tom dessa fase da campanha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva percebeu que só vai tirar sua candidatura do desgaste se houver uma transparência total de tudo que já foi apurado nas operações sobre o banco liquidado e o caso do INSS. As apostas do PT são de que, embora tenha alguns dos seus, o caos nos demais partidos será maior.

Sem sigilo

Não é apenas Lula que defende o fim do sigilo de tudo o que se sabe a respeito dos laços e financiamentos de Daniel Vorcaro a terceiros. Na própria Polícia Federal (PF), tem muita gente defendendo que os sigilos do Caso Master e dos descontos ilegais do INSS sejam derrubados integralmente.

O que eles pensam

Para alguns policiais na ativa, há o sentimento de que a corporação está sendo utilizada, fatiada e não há como permanecer dessa forma. “Não somos um Poder e os ministros são reflexos do Poder. A PF quer uma defesa da instituição e vamos deixar isso claro”, disse à coluna Flávio Werneck, especialista em segurança pública, mestre em criminologia e policial federal.

Crianças apostam em bets

O caso das bets é mais grave do que se possa imaginar. Um estudo apresentado pela Frente Parlamentar de Educação revelou que crianças a partir dos 11 anos têm realizado esse tipo de aposta. E mais: a estimativa de gasto de estudantes brasileiros com esses jogos passou de R\$ 1 bilhão em 2025. Leia mais no *Blog da Denise*, no site do **Correio Braziliense**.

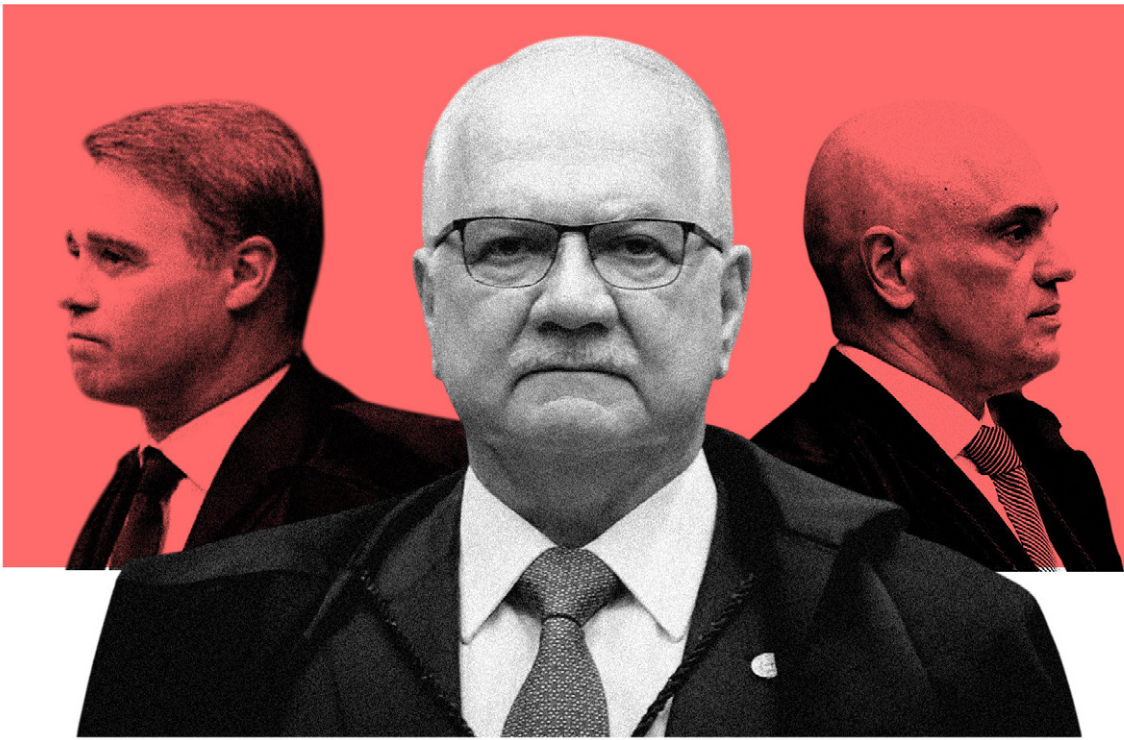
Fachin joga pela "colegialidade"

Depois de retirar a relatoria do Inquérito das Fake News das mãos do ministro Alexandre de Moraes, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, estuda como fazer com que André Mendonça calce as sandálias da humildade. Para isso, não está descartado que a relatoria do Caso Master também troque de mãos. Os argumentos nesse sentido estariam no fato de Mendonça ter acolhido, em caráter liminar, um pedido de um partido político (no caso o Novo), que tem candidato à Presidência da República, em pleno período eleitoral. Soma-se a isso, as investigações envolvendo Moraes sem levar o caso diretamente à Presidência do STF. A ideia de Fachin é tirar dos ministros os instrumentos que têm usado

para ataques mútuos e as armas usadas na guerra entre Moraes e Mendonça. Nas mãos de alguém como a ministra Carmen Lúcia, a expectativa é de que o STF se preserve diante de tanto desgaste.



Ação e reação/ Ao homologar a delação premiada do empresário José Antonio Freixo Junior, o Mineiro, Mendonça age para mostrar que não está impondo um ritmo mais leve ao caso envolvendo o financiamento do filme *Dark Horse*, sobre a vida de Jair Bolsonaro. Porém, há quem avalie que tudo está muito lento. Mas não tão lento quanto o Inquérito das Fake News, que estava há sete anos nas mãos de Moraes.



CURTIDAS

Não espere um messias/ A ideia de Andrei Rodrigues de buscar um advogado particular para sua defesa arrisca virar moda. É que, na Esplanada, tem muita gente cansada de esperar a Advocacia-Geral da União (AGU).

Ed Alves/CB/D.A Press



Não é de hoje.../ Que Andrei Rodrigues e Jorge Messias (**foto**) têm diferenças. Agora que a AGU se sentiu escanteada na defesa do diretor-geral da PF, tem gente apostando que o mal-estar vai crescer.

PT e STF/ O PT tem reunião, hoje, na sede nacional do partido, em Brasília, para definir posição sobre a crise do Judiciário. Líderes foram convocados para o encontro a portas fechadas, nesta manhã. O direcionamento deve seguir a linha que Lula já tem utilizado em seus pronunciamentos: pedir a quebra de sigilo dos casos e investigação para todos, doa a quem doer.

Até tu, Goiás?/ Candidatos a deputado federal do PSD fazem campanha no estado de Ronaldo Caiado sem qualquer menção ao presidenciável do partido. Um exemplo é Daniel AgroBom, que, em Valparaíso de Goiás, faz campanha em parceria com um candidato a estadual pelo Agir sem pedir votos para o ex-governador. Se nem os candidatos goianos pedem votos para presidenciável, quem o fará?

SEGURANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

TALKS CB TALKS

O Brasil vive um momento decisivo com o avanço da PEC 18/25 e do PL 2646/25, que tratam sobre o crime organizado que hoje atua também por meio de fraudes e infiltração em setores estratégicos como combustíveis e GLP.

15 • SETEMBRO

A PARTIR DAS 9H30

Auditório do Correio Braziliense

INSCRIÇÕES GRATUITAS

Acompanhe o evento presencialmente



SindiGas

Instituto Combustível Legal

LIVRE MERCADO

CORREIO BRAZILIENSE

CB Brands



VIOLÊNCIA

Quase 500 pessoas fora do trabalho degradante

Operação resgata de condição análoga à escravidão mais de 400 homens, 75 mulheres e 13 crianças, sendo que desses 66 eram migrantes vindos da África e de outros países latino-americanos. Minas Gerais concentra o maior número de solturas

» CAETANO YAMAMOTO*

Quase 500 pessoas que trabalhavam em condições análogas à escravidão foram libertadas em agosto. Esse é o saldo da Operação Resgate VI, que realizou 231 ações fiscais e libertou 404 homens, 75 mulheres e 13 crianças. Desses, 66 eram migrantes vindos da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Burkina Faso, Senegal e Guiné-Bissau. Somente na Região Sudeste, foram resgatados 267 trabalhadores — 208 em Minas Gerais.

Segundo o procurador-geral do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, “a Operação Resgate reforça a importância do combate ao trabalho análogo à escravidão. Precisamos manter o monitoramento contínuo, responsabilizar os exploradores e fortalecer políticas públicas de prevenção para evitar que trabalhadores sejam novamente submetidos a essas situações”. Já o coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conaete) do Ministério Público do Trabalho, Luciano Aragão dos Santos, ressaltou que o número de pessoas resgatadas e a diversidade dos setores envolvidos mostram que o trabalho análogo à escravidão ainda sustenta setores da sociedade no Brasil.

“O resgate de quase 500 pessoas, incluindo dezenas de migrantes e crianças operando na base da construção civil e da agricultura, prova que o trabalho análogo à escravidão no Brasil não é um desvio de conduta isolado. É um modelo

Divulgação/Ministério do Trabalho e Emprego



Audição em acampamento em Minas, onde eram mantidos trabalhadores em condição análoga à escravidão. Estado é o recordista de casos

de negócios rentável e sistêmico, desenhado especificamente para se alimentar da extrema vulnerabilidade e da informalidade para baratear custos”, denuncia.

A vice-coordenadora nacional da Conaete, Tatiana Bivar Simonetti,

chamou atenção para a persistência do trabalho análogo à escravidão no ambiente doméstico e para a naturalização desse tipo de exploração. “Enquanto a exploração no campo e nas obras choca pelo volume, o resgate no ambiente doméstico

revela a crueldade da nossa naturalização. Evidencia que o maior obstáculo da força-tarefa é uma sociedade que ainda convive com a barbárie dentro da própria casa e escolhe fechar os olhos”, disse.

Segundo o Ministério do

Trabalho e Emprego, os empregadores flagrados sujeitando trabalhadores às condições análogas a escravidão foram notificados a interromper as atividades e a rescindir os contratos de trabalho, formalizando-os retroativamente. Além disso, terão

de pagar os valores aos funcionários, num total de mais de R\$ 1,4 milhão em verbas trabalhistas e rescisórias. Os resgatados ainda receberão o seguro-desemprego especial, no valor de seis parcelas de um salário mínimo cada.

Campo e cidade

O meio rural é onde as ações mais se concentraram, com 57,5% das fiscalizações e 292 trabalhadores resgatados. As atividades no meio urbano representaram 36,5% das ações — 178 trabalhadores foram resgatados. No trabalho doméstico, 14 empregadores foram denunciados, com nove pessoas resgatadas.

Entre as atividades que concentraram o maior número de trabalhadores em situação de trabalho análogo à escravidão estão a construção (85 resgatados), o cultivo de café (53), o cultivo de cebola (47), o cultivo de batata-inglesa (44). Também aparecem entre as principais atividades o cultivo de outras plantas de lavoura temporária (43 trabalhadores) e a coleta de produtos não madeiros em florestas nativas (29 pessoas).

Depois de Minas Gerais, os estados que tiveram mais trabalhadores resgatados foram São Paulo (58), Amazonas (42), Piauí (40), Rio Grande do Norte (37), Paraíba (20), Rio Grande do Sul e Bahia (15 cada). A Operação Resgate VI contou com a participação do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública da União (DPU) e da Polícia Federal (PF).

MEIO AMBIENTE

Mutirão ajuda a restaurar a Vereda dos Ingleses

» RAFAELA BOMFIM*

A recuperação de uma área de seis hectares da Vereda dos Ingleses, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso (GO), será realizada com a participação de voluntários e comunidades que atuam na coleta de sementes nativas. A ação ocorre amanhã e sábado e integra o projeto “Plantando Caminhos da Água”, da Rede de Sementes do Cerrado (RSC), com apoio do Instituto Alok e do Fundo Comunitário Airbnb.

A recuperação das veredas está ligada à proteção das águas. Esses ambientes armazenam o que fica das chuvas e contribuem para sua liberação nos períodos de seca, mantendo nascentes e cursos d’água que alimentam bacias hidrográficas.

Para Devam Bhaskar, diretor do Instituto Alok, a proposta relaciona recuperação ambiental e geração de oportunidades. “Mais do que recuperar uma nascente, este projeto busca fortalecer a relação entre pessoas, território e água”, afirma.

Segundo Maria Eduarda Camargo, gestora de restauração da RSC, o trabalho precisa considerar toda a vegetação do local. “As veredas atuam como reguladoras da água na paisagem. Restaurar esse ambiente exige compreender como ele funciona antes mesmo do plantio”, explica. Ela resalta que a

Mila Petrillo/Divulgação



Sementes do Cerrado e Instituto Alok fortalecem mutirão de restauração

recuperação não se limita ao buri-tizeiro, espécie associada às veredas, mas inclui gramíneas e ervas dos campos úmidos, que ajudam a reduzir processos erosivos e favorecem a infiltração da água no solo.

Geração de renda

Além da recuperação ambiental, o projeto movimenta a cadeia de sementes nativas e envolve comunidades que dependem dessa atividade para geração de renda. A Associação Cerrado de Pé reúne cerca de 240 coletores, dos quais 77% são mulheres e 80% pertencem à comunidade quilombola Kalunga, maior território quilombola em extensão do país.

Para Jimena Stringuetti, coordenadora técnica e de projetos da RSC, a participação dos moradores é parte do processo de restauração. “Ao destacar o protagonismo das comunidades, pensando junto com a gente nas técnicas de

restauração e em como funcionará toda a logística, nós fazemos a verdadeira restauração inclusiva”, afirma.

O primeiro mutirão fará o recolhimento de sementes e será conduzido pela Associação Cerrado de Pé. No sábado, a atividade será voltada ao plantio de mudas e das sementes coletadas, na nascente do Córrego dos Ingleses, com concentração às 8h. O ponto fica na GO-239, no sentido Alto Paraíso-São Jorge, após a Fazenda Volta da Serra. A iniciativa integra o programa Planeta Verde, do Instituto Alok, e conta com a Associação Cerrado de Pé, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, e o Viveiro-Escola Instituto Caminho do Meio Alto Paraíso (ICMAP).

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

NAMORO PELO DISCORD

Adolescente era mantida cativa

» DARCIANNE DIOGO

A polícia civil de Goiás encontrou a adolescente Ana Clara Alves Silva, de 13 anos, que estava desaparecida desde a madrugada de domingo, quando fugiu de casa com um homem que teria conhecido no Discord. Ao **Correio**, a Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO) confirmou que o suspeito, de 19 anos, foi preso em flagrante por estupro de vulnerável e cárcere privado.

Ana Clara foi resgatada em um imóvel abandonado onde era mantida trancada. Ela mora com o pai em Anápolis. No domingo, antes de fugir, deixou uma carta

endereçada à irmã. No manuscrito, relatava a intenção de ir embora com uma pessoa que “amava”. “Provavelmente eu estou muito longe agora. Eu amo você e o pai. Amo muito. Essa decisão que eu tomei foi difícil, muito. Escuta as músicas que eu escutava com você. Não sei se eu vou voltar”, escreveu.

Em uma força-tarefa, equipes da investigação colheram elementos para encontrar o paradeiro da adolescente. Ontem, ela foi localizada na mesma cidade em que morava.

Em mensagens enviadas à família da adolescente, uma amiga relatou que ela confessou

estar conversando com um homem de 28 anos e que fugiria de casa. Na conversa, a colega detalha ainda que tentou fazer a menina mudar de ideia, mas não foi atendida. Segundo contou Ana Clara à amiga, o homem a teria convidado para morar no Canadá.

Depois de ser preso, o homem indicou que Ana Clara estava em um imóvel abandonado trancado por fora com corrente e cadeado. Segundo a investigação, adolescente foi mantida presa ali enquanto o suspeito trabalhava. Os investigadores afirmaram que ele tinha alugado outro local e pretendia levá-la para lá também ontem, no fim da tarde.

Congresso na campanha contra o câncer ginecológico

Minervino Júnior/CB/D.A Press



O Congresso recebeu, ontem, uma projeção da campanha Setembro em Flor 2026, para a conscientização sobre a prevenção e o enfrentamento dos cânceres ginecológicos. O foco é a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento do câncer do colo do útero e outros tumores ginecológicos, além do incentivo à vacinação contra o HPV e de exames regulares. Antes, a Câmara recebeu o 4º Fórum de Políticas Públicas para o Câncer Ginecológico, cujo tema foi “Câncer Ginecológico em Debate: Construindo uma Agenda Nacional para a Saúde da Mulher”. O evento foi realizado em parceria com a deputada Renilce Nicodemos (MDB-PA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Saúde das Mulheres.



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,93% São Paulo	185.188 185.629 3/9 4/9 8/9 9/9	R\$ 5,112 (+ 0,52%)	1/setembro 5,155 2/setembro 5,108 3/setembro 5,104 4/setembro 5,130 8/setembro 5,085	R\$ 1.621	13,90%	13,73%	Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07

COMBUSTÍVEIS

Novos subsídios devem custar R\$ 7 bi

Analistas alertam que, para o consumidor perceber benefício na bomba, será preciso o repasse integral da subvenção

» ROSANA HESSEL

Amenos de um mês do primeiro turno das eleições gerais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, um decreto e uma medida provisória para subsidiar os combustíveis. No caso da gasolina e do etanol, a medida tem validade de um mês. Para o diesel, a nova subvenção econômica poderá ser revisada a cada 30 dias pelo Ministério da Fazenda.

O impacto fiscal é estimado em R\$ 7 bilhões. Contudo, especialistas alertam que os benefícios podem não ser repassados integralmente para os consumidores na bomba.

Segundo os ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e o secretário-executivo da Fazenda, Rogério Ceron — que apresentaram os detalhes das medidas aos jornalistas —, as novas medidas têm como objetivo reduzir o impacto da nova disparada nos preços do petróleo no mercado internacional, que voltou a ser negociado acima de US\$ 100, pela primeira vez desde julho, e do aumento no custo no refino do diesel (crack spread).

Desse custo adicional mensal em torno de R\$ 7 bilhões, R\$ 5 bilhões, são referentes à subvenção adicional ao diesel, que será custeada por meio de crédito extraordinário, de acordo com o ministro do Planejamento. Os outros R\$ 2 bilhões referentes ao impacto fiscal mensal da desoneração da gasolina (R\$ 1,7 bilhão) e do etanol (R\$ 300 milhões), devem ser bancados pela receita tributária adicional decorrente do aumento dos preços do petróleo, que devem superar R\$ 10 bilhões por mês. Os ministros garantiram que o impacto no resultado primário das contas públicas “não devem comprometer a meta fiscal”.

O secretário-executivo da Fazenda admitiu, inclusive, que é possível haver algum contingenciamento no próximo relatório

Reprodução/YouTube



Segundo a equipe econômica, as novas medidas serão avaliadas a cada mês e, dependendo do preço do petróleo poderão ser ampliadas ou reduzidas

bimestral de avaliação de receitas e despesas, que será divulgado no próximo dia 24, porque será preciso atualizar as novas despesas. “Vamos ter de incorporar a pressão (dos novos gastos), e pode ser que demande um contingenciamento adicional, porque é o compromisso para adequação do bimestral”, disse Ceron.

As novas medidas, somadas às anteriores que vinham sendo aplicadas pelo governo desde março — após o início do conflito no Oriente Médio que provocou nova escalada de preços no barril do petróleo no mercado internacional —, devem ter um impacto “de quase R\$ 40 bilhões”, segundo Moretti. Ele informou que, até o momento, o custo dos subsídios em vigor chegou a R\$ 25 bilhões. Mas,

com as novas subvenções, haverá o custo adicional dos R\$ 7 bilhões e o custo adicional de R\$ 5,5 bilhões da MP que subsidia o diesel em R\$ 1,12 o litro e está em vigor até o dia 27 deste mês, o valor passará para R\$ 37,5 bilhões.

Novos valores

A subvenção da gasolina, de R\$ 0,44 por litro teve o prazo vencido ontem, e o novo decreto amplia o subsídio para R\$ 0,63 o litro, a partir de hoje, por meio da desoneração de tributos federais. O custo mensal dessa medida é de R\$ 1,7 bilhão e o decreto também prevê uma redução de R\$ 0,19 no litro do etanol, que deve ter um impacto mensal adicional de R\$ 300 milhões, e, com isso, zera a tributação

federal sobre esse combustível.

A princípio, a validade desse novo decreto é de 30 dias, ou seja, até 9 de outubro, e os custos totais, de R\$ 2 bilhões, serão custeados por meio de arrecadação extraordinária da União com petróleo, que, de acordo com Ceron, será mais do que suficiente, porque equivale a mais de R\$ 10 bilhões por mês.

Essas novas medidas serão avaliadas a cada mês e, dependendo do comportamento do preço do petróleo poderão ser ampliadas ou reduzidas, segundo o ministro da Fazenda. Ele deixou claro que os novos subsídios foram um pedido do Palácio do Planalto para “contribuir para a inflação e o custo de vida das famílias”. “A pedido do presidente Lula para os nossos caminhoneiros, para as nossas famílias,

dentro das nossas forças fiscais e adotando medidas limitadas e temporárias, que façam uso das receitas extraordinárias adicionais para suavizar, mitigar o impacto do aumento dos preços no Brasil”, disse Durigan no início da apresentação aos jornalistas.

Ao destacar o aumento do custo do refino do diesel para justificar a nova medida provisória do subsídio adicional de R\$ 1 para o diesel, Ceron disse que existe “um novo cenário internacional”, e que ele está mais crítico. “Estamos dando uma resposta preventiva para garantir o abastecimento interno. Isso é algo bem relevante, porque é uma crise que volta a ficar grave, mas é muito mais grave por conta desse problema do refino”, disse. De acordo com Moretti, quando

a medida atual vencer, no dia 27 deste mês, o governo estudará um aumento ou não da subvenção de R\$ 1 para o diesel previsto na nova medida provisória.

Impacto inflacionário

Para especialistas, contudo, ainda não está certo se haverá o repasse integral dos novos subsídios até os postos de combustível, porque isso vai depender da política de preços da Petrobras e do repasse aos distribuidores.

“Vamos ver se essa questão de imposto pode ficar pelo meio do caminho, no caso da gasolina. Não necessariamente vai tudo para o consumidor. E com o diesel, o impacto na inflação é pequeno, porque ele compromete em 0,20% do orçamento familiar, mas tem uma ajuda indireta na geração de energia, no transporte público, no transporte rodoviário, na carga. Como o diesel é amplamente utilizado, ele acaba contaminando vários setores produtivos, mas saber a contribuição da redução de preço dele é menor do que a da gasolina”, explicou o economista Andre Braz, coordenador dos Índices de Preços e especialista em política monetária e inflação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Ele lembrou que, se a redução no preço da gasolina durar apenas um mês, como o previsto no decreto, a medida servirá apenas para diminuir eventual volatilidade do preço do petróleo, e, por conta desse prazo curto, “não vai fazer nem cosquinha na inflação”.

A pedido do **Correio**, o economista Fábio Romão, da consultoria 4Intelligence, estimou um impacto em torno de 0,15 ponto percentual na inflação oficial de setembro se a redução dos preços dos combustíveis anunciada pelo governo for integral na bomba de combustível. Dessa forma, segundo ele, a estimativa para a alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste mês seria reduzida de 0,60% para 0,45%.

Brasil reage a alta do petróleo

» PEDRO JOSÉ BORGES

O petróleo Brent atingiu a marca de US\$ 100 por barril ontem, em meio ao aumento das tensões militares no Oriente Médio e à redução das expectativas de uma solução para o conflito na região. Por volta do fim da tarde, os contratos futuros do Brent subiam 3,55%, cotados a US\$ 101,40 por barril.

No mesmo horário, os contratos futuros do West Texas Intermediate (WTI), referência nos Estados Unidos, avançavam 3,21%, para US\$ 96,02. O Brent acumula valorização de aproximadamente 25% desde o início de agosto.

A alta ocorre após a retomada dos combates e o aumento da preocupação dos mercados com possíveis impactos sobre o fornecimento de petróleo. Forças Houthi, grupo apoiado pelo Irã baseado no Iêmen, atacaram cidades na Arábia Saudita. Os Estados Unidos também realizaram ataques contra petroleiros iranianos. Em resposta, o Irã atacou uma base militar norte-americana

na Jordânia e realizou ações contra embarcações na região.

As novas operações militares aumentaram a preocupação sobre a segurança das rotas de transporte e sobre a possibilidade de interrupções no fornecimento de petróleo. O mercado acompanha a evolução do conflito diante do peso do Oriente Médio na produção e na circulação da commodity.

A alta da cotação ocorre também em um cenário de incerteza sobre a duração do conflito. Com a redução das perspectivas de um acordo permanente, investidores passaram a considerar um período maior de instabilidade na oferta de petróleo, pressionando os contratos futuros. Segundo o professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Renan Pieri, parte da alta atual está relacionada ao risco de interrupção da oferta, e não a uma escassez já concretizada.

“Se o conflito chegar de fato à logística de escoamento, aí não é mais risco, é oferta a menos, e isso demora a se resolver. O cenário mais

provável me parece de acomodação gradual com muita volatilidade, mas é cenário, não previsão”, explica.

Produto estocável

Pieri explica que o mercado reage às expectativas de redução da oferta porque o consumo e a produção de petróleo apresentam pouca capacidade de ajuste no curto prazo. “Como é um produto estocável, a expectativa de escassez lá na frente já muda o comportamento hoje: compensa formar ou segurar estoque, e isso pressiona o preço à vista antes de qualquer barril deixar de ser produzido. Por isso o mercado reage à notícia, não ao fato consumado”, afirma.

As notícias sobre os conflitos no Oriente Médio provocaram um ajuste de posições nas bolsas do mundo, com maior aversão ao risco que predominou no exterior. No Brasil, o Ibovespa encerrou o dia acima dos 185 mil pontos, mas em queda de 0,93%.

O dólar avançou 0,52% e

voltou a fechar acima de R\$ 5,10. Divisas emergentes, em especial latino-americanas, apanharam com nova rodada de alta das taxas dos Treasuries.

Em meio à alta do petróleo, o governo federal adotou medidas para minimizar os efeitos na bomba (**leia matéria acima**).

Para Pieri, o impacto precisa ser analisado de acordo com a duração e o objetivo da medida. Segundo ele, o mecanismo de compensação tributária por litro consumido protege o consumidor da retomada de tributos federais, mas não impede que uma eventual alta do petróleo seja repassada aos preços. “Se o barril seguir subindo, essa parte chega à bomba de qualquer jeito. E como o custo é por litro consumido, quanto tempo o recurso cobre depende do volume e do ritmo de pagamento, coisa que de fora eu não tenho como afirmar. O que dá para dizer é que manter isso de pé exige renovar a conta”, explica.

O economista também avalia

Marcelo Ferreira/CB/D A Press



Segundo especialista, o impacto sobre a economia é maior no caso do diesel

que o impacto da medida sobre os preços tende a ser temporário. Segundo ele, o subsídio reduz o preço em relação ao nível que seria registrado sem a compensação, “mas não necessariamente provoca uma queda”. A formação dos preços também depende da concorrência entre os agentes da cadeia,

do câmbio, e da política de reajustes da Petrobras.

No caso do diesel, o impacto sobre a economia pode ser maior, segundo o professor, devido ao uso do combustível no transporte de cargas e na formação de preços de outros produtos e serviços. (**Com agências**)

INFRAESTRUTURA

Anac marca leilão para o JK

Edital que autoriza novo contrato na concessão do aeroporto prevê a alienação de todas as ações da Inframerica no terminal

» RAPHAEL PATI

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, ontem, o termo aditivo que estabelece um novo leilão da concessão do Aeroporto Internacional de Brasília Juscelino Kubitschek. O processo prevê a alienação de todas as ações da Inframerica, que ainda administra o terminal, além de ainda dar continuidade à solução consensual construída no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU).

Diante disso, a expectativa é que o certame ocorra em 17 de dezembro de 2026, na sede da B3, em São Paulo. Os interessados devem apresentar os documentos necessários e formalizar propostas entre os dias 9 e 10 de dezembro, de forma on-line ou presencial. Atualmente, a Inframerica detém 51% do capital social do aeroporto, enquanto a

Infraero – empresa estatal que antigamente administrava o terminal em sua totalidade – responde por 49% desses ativos.

Por ser a atual concessionária, a Inframerica tem a obrigação de participar do novo leilão. O certame deve possibilitar à nova concessionária, seja ela qual for, 100% das operações. De acordo com a Anac, a medida tem o objetivo de “restabelecer a sustentabilidade econômico-financeira da concessão”, além de atrair novos investimentos para o aeroporto, considerado o principal hub de voos nacionais do país, com rotas que integram Brasília a todas as capitais da federação.

No novo contrato de concessão, devem ser incluídas obrigações de investimento e operação em dez aeroportos regionais: - Juína, Cáceres e Tangará da Serra, em Mato Grosso; Alto Paraíso e São Miguel do Araguaia, em Goiás; Bonito,

Dourados e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul; Ponta Grossa, no Paraná; e Barreiras, na Bahia.

A agência informa, ainda, que o processo concorrencial permitirá que a competição no leilão defina o valor de outorga a ser recebido pelo poder público. A aprovação do edital pela Anac ocorre após o fim de uma consulta pública sobre a mudança na concessão do Aeroporto de Brasília. Ao todo, foram 142 manifestações recebidas, que trataram de temas como modelagem econômica, aeroportos regionais, infraestrutura, indenizações, governança e distribuição de riscos.

Preço

Entre os ajustes definidos na consulta pública, está o preço de compra, que foi definido em R\$ 628,8 milhões. De acordo com o novo edital, esse valor será

corrigido diariamente pela taxa CDI acumulada até o pagamento e será recebido pelos vendedores na proporção de sua participação acionária. O leilão prevê regras mais detalhadas para a compra e transição da concessão, com a revisão de trechos do Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA), além do detalhamento sobre como deve funcionar o comitê responsável por esse processo, em caso de troca de controle do terminal.

Em linha com o Ministério de Portos e Aeroportos, o edital também prevê novos investimentos em Ponta Grossa (PR), especificamente na pista de pouso e decolagem do aeródromo. Além disso, com a inclusão das novas obrigações de investimento e ajuste no valor do Preço de Compra, a alíquota mínima da contribuição variável passou para 5,13%, no edital publicado ontem.

Divulgação



O certame está marcado para 17 de dezembro, na sede da B3, em SP

CB TALKS

Como banir o crime organizado da economia

» RAFAELA BOMFIM*

O crime organizado vem invadindo importantes espaços da economia formal. Sua engrenagem utiliza empresas, serviços e estruturas legais para movimentar dinheiro, ampliar influência e dificultar a ação do poder público.

A mudança impõe um novo desafio às autoridades: além de combater grupos armados e recuperar territórios, é preciso atingir a estrutura financeira que sustenta essas organizações.

A estratégia ganhou novos instrumentos com a Lei nº 15.358/2026, conhecida como Lei Antifacção, que ampliou os mecanismos de enfrentamento às organizações criminosas. Para Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), o principal problema a ser enfrentado está nas brechas que permitem a circulação de recursos entre atividades legais e ilegais. Segundo ele, “quanto mais difícil é cruzar origem, destino, nota fiscal, volume produzido, volume transportado, volume

recebido e volume vendido, maior é o espaço para esconder produto irregular”.

Sectores como transporte, construção, serviços e comércio podem ser explorados para dar aparência legal a recursos obtidos de forma ilícita ou para criar novas fontes de renda para as organizações.

Nos territórios controlados por facções e milícias, a atuação também pode alcançar serviços essenciais, como a exploração ilegal de gás, água e internet. A nova legislação busca atingir essa estrutura

por diferentes caminhos. Entre os mecanismos estão medidas de bloqueio e confisco de bens. A proposta é retirar das facções os recursos que permitem financiar novas operações e ampliar sua presença na economia.

Nesse cenário, a integração entre órgãos de segurança, fiscalização e controle financeiro ganha importância.

“Precisamos de orçamento, pessoal, equipamentos e capacidade de investigação”, defende Kapaz.

Debate

Na próxima terça-feira, o **Correio Braziliense** recebe, durante o evento *CB Talks*, especialistas e representantes de diferentes setores para discutir o fortalecimento da segurança pública e os desafios para combater a atuação do crime organizado e os impactos econômicos e sociais diante desse cenário. O evento também irá abordar os caminhos para ampliar a integração entre Estado, sociedade e iniciativa privada na segurança pública.

O encontro terá início às 9h30 na sede do jornal e será transmitido ao vivo pelo YouTube. Esta edição do *CB Talks* tem o apoio do

Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (SindiGás), do Instituto Combustível Legal e do Instituto Livre Mercado.

Foram convidados o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o senador Izalci Lucas (PL-DF), o deputado federal Delegado Paulo Bilynskij (PL-SP), bem como o presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz; o professor da USP e coordenador da Escola de Segurança Pública, Leandro Piquet Carneiro; Robinson Barreirinhas, secretário especial da Receita Federal; e Sérgio Bandeira Melo, presidente do SindiGás.

***Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

PRÊMIO  DE GASTRONOMIA

encontro



BRASÍLIA

VOCÊ EXPERIMENTA. VOCÊ VOTA.

VOCÊ ELEGE OS MELHORES.



ESCANEIE O QR CODE E CONHEÇA OS VENCEDORES.





CONFLITOS INTERNACIONAIS

Irã e EUA ampliam ataques no Golfo

Em resposta à ofensiva norte-americana contra cinco petroleiros, Teerã dispara mísseis em direção a base na Jordânia e bombardeia 20 embarcações. Trump assegura que operações militares terminarão logo depois das eleições legislativas

» RODRIGO CRAVEIRO

Depois de negociações diplomáticas que terminaram em fracasso, a guerra no Oriente Médio se intensificou nas últimas horas. Em retaliação ao bombardeio de cinco petroleiros iranianos, a Guarda Revolucionária do Irã anunciou um ataque contra uma base dos Estados Unidos na Jordânia, além de disparos contra cerca de 20 navios no Golfo Pérsico. O recrudescimento do conflito entre Teerã e Washington teve efeito imediato nos mercados internacionais: o barril do petróleo tipo Brent do Mar do Norte disparou e passou de US\$ 100.

O presidente dos EUA sinalizou que as ações militares deverão se estender por pelo menos 56 dias. “Acredito que a guerra terminará imediatamente após as eleições (legislativas), pois o Irã não consegue resistir mais”, declarou Donald Trump a jornalistas. A votação de 3 de novembro pode determinar a perda do controle do Partido Republicano sobre o Senado e a Câmara dos Representantes dos EUA.

“Foram atacadas as instalações de manutenção e reparo, áreas de preparação e locais dos caças F-35, F-16 e F-15, infligindo danos graves ao inimigo”, afirmou a Guarda Revolucionária, em comunicado divulgado pela agência estatal de notícias IRNA. Segundo a agência de notícias France-Presse, o Exército jordaniano derubou 18 dos 20 mísseis iranianos disparados contra o seu território — os outros dois teriam atingido “áreas desabitadas”.

O ataque de Teerã não teria ficado restrito à Jordânia. A Guarda Revolucionária, o exército ideológico do regime teocrático islâmico, enviou um recado a Trump e, horas depois, o Irã bombardeou 20 embarcações que tentavam uma travessia do

Estreito de Ormuz: dois navios americanos, oito petroleiros e outros 10 barcos.

Regionalização

Gunther Rudzit — professor de relações internacionais da ESPM — explicou ao **Correio** que o recrudescimento da guerra mostra que o conflito está cada vez mais regionalizado, envolvendo o Estreito de Ormuz, o Golfo Pérsico e outros atores da região. “Para Trump, o problema é transformar superioridade militar em resultado político: quanto mais a guerra se prolonga, maiores os custos econômicos e o risco de ele ficar preso a um conflito que consegue escalar, mas não consegue encerrar”, avaliou. Ainda segundo Rudzit, a declaração de Trump sobre o fim do conflito depois de 3 de novembro mostra que a guerra está totalmente incorporada à disputa eleitoral americana. “Trump procura atribuir ao Irã a responsabilidade pelo prolongamento do conflito e pelos seus efeitos sobre o petróleo e o custo de vida. Mas a fala também cria uma contradição: se a guerra pode terminar imediatamente depois das eleições, a pergunta inevitável é: ‘por que ela não poderia terminar antes?’”

Para Monique Sochaczewski, professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), a resposta iraniana a uma guerra deflagrada pelos Estados Unidos e por Israel foi adotar a linguagem de Trump — econômica —, com ataques ao Estreito de Ormuz e aos países árabes do Golfo Pérsico. Ela admitiu a existência de muita desinformação, ao advertir que não se sabe quantas nações da região foram atingidas de fato. “Trump é o responsável por essa guerra e está cada vez mais sem munição, sem interceptadores. Ele passa uma mensagem ao mundo, e em particular

Fadel Senna/AFP



Participantes de fórum em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, assistem a apresentação sobre o Estreito de Ormuz

para a China, de que as Forças Armadas dos Estados Unidos, apesar de impressionantes, estão sem estratégia e sem liderança, gastando interceptadores, munição e armamentos”, disse ao **Correio**, ao lembrar que esse material poderia ser útil em um cenário de invasão chinesa a Taiwan, por exemplo. “O Acordo de Meca, iniciativa de Turquia, Paquistão e Arábia Saudita, é um sinal

claro de que, em função do desdobramento da guerra, aliados históricos da Casa Branca não se sentem mais protegidos.”

Sochaczewski acrescentou que Trump está em uma situação muito delicada. “A guerra traz um custo econômico e de imagem. Mesmo entre aliados, é vista como uma guerra de escolha, como uma opção de Trump de ter se deixado levar por

argumentos questionáveis de Israel. O conflito evidencia que será caro para Trump, em termos da política doméstica. Outro ponto tem a ver com Israel, que passará por eleições em 27 de outubro. O premiê Benjamin Netanyahu precisa de guerras, pois, assim, desvia a atenção do atoleiro do 7 de outubro”, avaliou, ao citar o massacre perpetrado pelo movimento islâmico Hamas.

Federik Ringnes/NTB/AFP



O presidente Volodymyr Zelensky e a esposa, Olena Zelenska, desembarcam em Oslo

AMÉRICA LATINA

Rubio declara guerra a cartel no Equador

Na segunda escala de sua viagem pela América do Sul o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, anunciou um pacote de US\$ 55 milhões para ajudar o país a combater o narcotráfico e a mineração ilegal. Falando à imprensa em Quito, o emissário de Donald Trump formalizou a classificação da quadrilha Los Tiguerones como “organização terrorista internacional” — a exemplo do que foi feito, recentemente, com facções criminosas do Brasil. O enquadramento dá bases legais para ações militares dos EUA contra o grupo inclusive em território equatoriano, iniciativa que já conta com o apoio do presidente Daniel Noboa, embora não dependesse disso.

“Não estamos falando de uma máfia normal, não estamos falando de criminosos, estamos falando de terroristas que realmente em muitos casos têm armas e equipamento que se parecem aos de um exército nacional”, disse Rubio, ao lado do chanceler equatoriano. A quadrilha Los Tiguerones é uma das principais envolvidas na guerra entre

grupos criminosos no Equador, que se tornou o país mais violento da região, com uma taxa de homicídios de 51 por 100 mil habitantes em 2025, o equivalente a um por hora.

Desde 2025, o Departamento de Estado também designou como organizações terroristas os grupos criminosos equatorianos Los Choneros, Los Lobos e Chone Killers. São facções aliadas a máfias de diversos países, como Albânia e México. Estima-se que 70% da cocaína produzida na Colômbia e no Peru passem pelo Equador, atualmente, no caminho para suprir os mercados consumidores dos EUA da Europa e da Ásia.

O secretário de Estado visita a capital equatoriana pela segunda vez desde que assumiu o cargo, como parte de uma viagem regional que incluiu uma escala inicial na Colômbia, na véspera, e terminará no Peru. Os três países fazem parte das recentes vitórias eleitorais de candidatos da direita trumpista — os dois últimos, no segundo semestre de 2026. “Não temos melhor aliado na região, em termos

de enfrentar o que é a ameaça criminosa transnacional”, disse Rubio após encontro a portas fechadas com Noboa.

Além da verba anunciada por Rubio, Washington vai ceder um navio da Guarda Costeira para a vigilância marítima e concluirá a entrega de 12 embarcações interceptadoras de lanchas do narcotráfico. A visita do secretário coincide com o momento em que os dois países realizam operações militares conjuntas, no Pacífico, contra navios pesqueiros carregados com combustível, supostamente a serviço de narcotraficantes. Até ontem, tinham sido afundadas seis embarcações em duas semanas, a última delas na terça-feira, em meio a denúncias de violações dos direitos humanos.

Ameaça velada

Na entrevista coletiva, Rubio criticou sem rodeios a política do governo esquerdista do México contra os cartéis das drogas. Afirmou que a orientação adotada

alerta na Moldávia, quando um drone russo entrou no espaço aéreo da Moldávia e da Romênia”, explicou, sob condição de anonimato. Olexiy Haran, professor de política comparada da Universidade Kyiv-Mohyla (em Kiev), disse ao **Correio** não saber de onde o premiê Jonas Gahr Store retirou a informação sobre a suposta tentativa de assassinato. “Não sabemos se foi um drone ou um ataque deliberado. Sabemos que houve tentativas anteriores de matar Zelensky no início da guerra”, afirmou.

Ao ser questionado sobre o impacto para a Ucrânia de uma eventual morte de Zelensky, Haran reconheceu que “isso complicaria muito as coisas”. No entanto, destacou que o presidente ucraniano está longe de ser uma unanimidade. “Os ucranianos estão lutando não por causa de Zelensky.

Na verdade, Zelensky está lutando porque conta com o apoio dos ucranianos.”

Acordo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que o homólogo russo, Vladimir Putin, quer chegar a um acordo para pôr fim à guerra contra a Ucrânia. “Putin quer chegar a um acordo e, se Zelensky quiser chegar a um acordo, isso seria muito bom”, disse Trump a jornalistas. “Eu entendo de acordos, e essas são duas pessoas que estão cansadas de lutar.” As declarações foram feitas um dia depois de o Kremlin informar que Putin e titular da Casa Branca conversaram por uma hora sobre conflito na Ucrânia, por telefone. (RC)

Rodrigo Buendia/AFP



O secretário de Estado dos EUA (E) com o chanceler equatoriano, Roberto Kury

pela presidente Claudia Sheinbaum “não é “nem de longe, suficiente”, e advertiu que os EUA “enfrentarão esses grupos de uma forma ou de outra”, uma ameaça velada de intervenção militar unilateral. “Há vastos territórios, no México, que não estão sob o controle do Estado”, afirmou.

Na terça-feira, o secretário de Estado reuniu-se em Barranquilla com o presidente da Colômbia, Abelardo de la Espreiella. Hoje, Rubio fará, em Lima, a última escala deste giro regional para se reunir com a presidente peruana, Keiko Fujimori, outra aliada recém-empossada.

VISÃO DO CORREIO

Donald Trump come o "quintal" pelas beiradas

A presença do secretário de Estado norte-americano na América do Sul, ao longo desta semana, deveria ao menos soar um alerta: ela se segue a uma série de declarações em que o governo de Washington deixou clara a determinação de “recuperar o quintal”, uma fórmula que traz embutida a compreensão do governo Trump sobre o lugar da América Latina na geopolítica dos Estados Unidos.

Colômbia, Equador e Peru, as escalas programadas por Marco Rubio, têm em comum a presença evidente e reconhecível das organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico — mas também ao garimpo ilegal e ao contrabando de metais e mesmo “ativos” biológicos. A Amazônia, que se desdobra entre as escalas de Rubio, além do Brasil, desponta como novo Eldorado para cartéis e facções: por lá, transitam drogas, ouro e outros minerais, animais silvestres e amstras preciosas de plantas medicinais, tudo destinado ao comércio ilegal e à pirataria pura e simples.

É a agenda do secretário de Estado, titular da política externa dos EUA, que diz respeito aos países visitados. E ao Brasil, pela proximidade física e pela contiguidade política. Estamos a menos de um mês de uma eleição na qual, por tudo que aconteceu desde o retorno de Donald Trump ao poder, as relações com a Casa Branca estão em posição central, ombro a ombro com nossos imbróglis internos do Supremo Tribunal Federal (STF) e deste com os demais Poderes da República.

Marco Rubio, assim como Donald Trump, nunca fez segredo sobre o lugar do Brasil na geopolítica da Casa Branca para a nova etapa das relações internacionais. A

estratégia de segurança nacional e defesa do governo iniciado em 2025 é cristalina: os EUA disputam a hegemonia global com a China em ascensão. Como desdobramento, de finem como prioridade, como meta inicial e urgente, conter a expansão comercial e econômica da rival no Hemisfério americano.

É em nome desse objetivo, e não daqueles alegados pública e formalmente, que o secretário de Estado vem a Colômbia, Equador e Peru para concatenar operações militares contra os cartéis da cocaína. A “guerra às drogas”, ressuscitada sob Trump, data de Ronald Reagan, no início dos anos 1980. Os resultados da abordagem falam por si: o pó branco nunca faltou nas ruas e becos dos EUA, apenas subiu de preço, para lucro dos que o negociam, do atacado ao varejo.

O Brasil, que entra na reta final da disputa pelo Planalto, está fora do roteiro de Marco Rubio na atual viagem pelo “quintal”, como define os países ao sul do Rio Grande, do México à Patagônia. Mas, mesmo sem colocar os pés fisicamente, o homem de Trump para a reafirmação da supremacia dos Estados Unidos parece imitar a sabedoria mineira, que ensina a “comer o mingau quente pelas beiradas”.

No que resta da campanha eleitoral, a relação a ser estabelecida com a Casa Branca, sob Donald Trump pelos próximos dois anos, é um dos temas capitais. Não por acaso, embora não apenas em torno dela, é nessa definição que as opiniões no país se dividem praticamente meio a meio, há pelo menos uma década: o mundo gira, a história avança e somos chamados a responder à pergunta incontornável sobre qual país pretendemos ser.



CIDA BARBOSA

cidabarbosa.df@dabr.com.br

Vidas devastadas

Um predador sexual foi preso em Samambaia, na semana passada, acusado de estuprar e engravidar a própria filha, de apenas 11 anos. O covarde chegou a registrar boletim de ocorrência alegando que a criança foi abusada por um desconhecido em um parque. Exame de DNA, no entanto, mostrou que foi ele o autor da atrocidade.

Sem mãe — falecida —, a criança vivia sozinha com o estuprador. Ficou à mercê do infame, sem chance de escapar da violência. Teve a inocência violada, a infância destruída justamente por quem deveria protegê-la, mantê-la a salvo de todo tipo de agressão, zelar pela saúde física e mental dela.

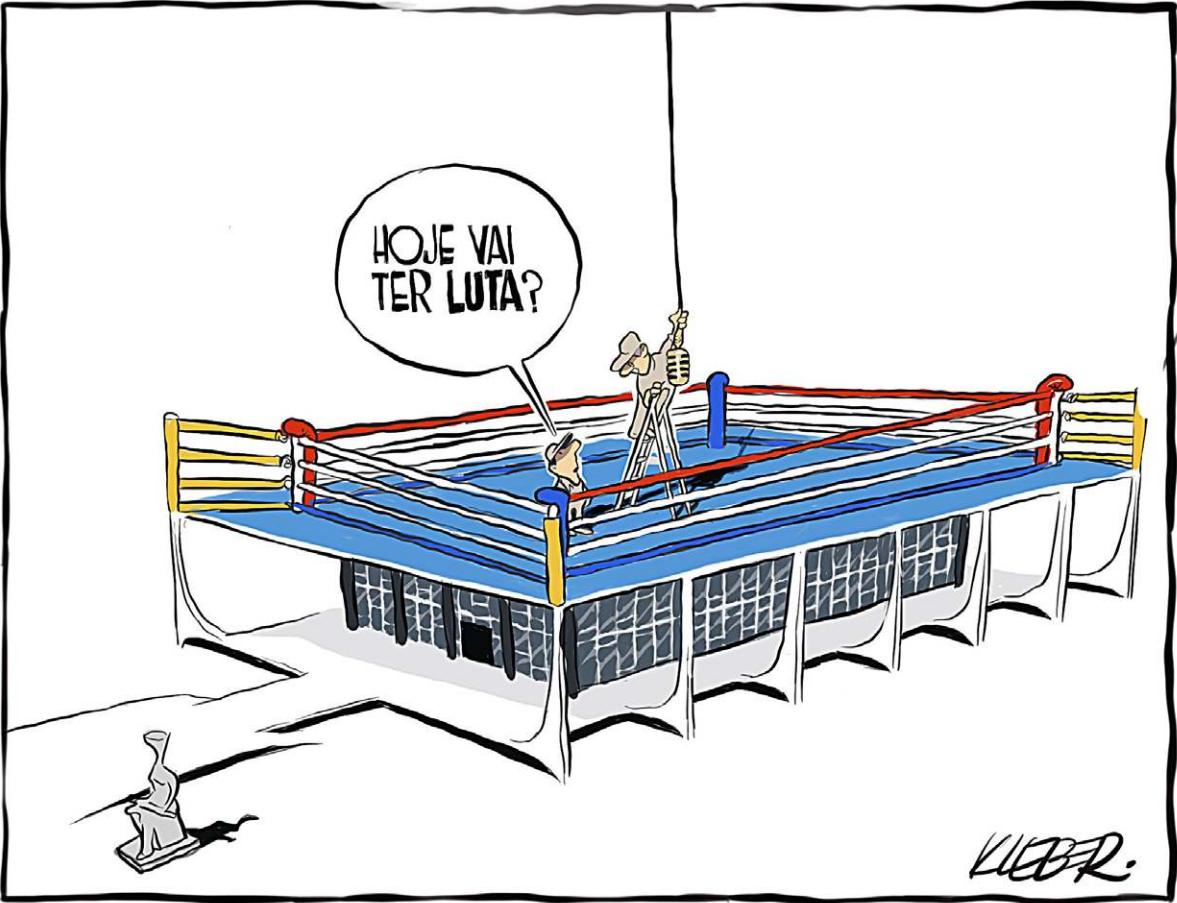
É desesperador ver a frequência com que essa perversidade se sucede no Brasil. As estatísticas mostram que a violência sexual no país vítima, na imensa maioria das vezes, meninas e meninos. Os algozes são, em geral, familiares e parentes. E os abusos ocorrem, principalmente, no ambiente doméstico.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que, no ano passado, foram registrados 84.388 estupros e estupros de vulnerável. Em 60,3% dos casos, as vítimas tinham até 13 anos, e

em 27,1%, entre 0 e 9 anos. Os criminosos são familiares (59,2% dos registros) e conhecidos (36,9%). Como há subnotificação, esses números são ainda mais elevados.

Meninas e meninos que mal começaram a conhecer o mundo já se deparam com a face mais abominável do ser humano. As consequências dos traumas são inúmeras e marcarão toda a existência deles. Para os abusadores, porém, não há essa sentença que se prolonga pela vida toda. Não aqui no Brasil. Além de a Constituição proibir prisão perpétua, as punições previstas na legislação “penal” são incapazes de fazer justiça ante tamanhas perversidades. E ainda há um rol de benesses para criminosos, como as progressões de regimes, acessíveis até para os mais repugnantes deles.

Isso mostra que somos, sim, um país tolerante com a brutalidade. Se assim não fosse, torturadores, estupradores e assassinos de crianças e adolescentes apodreceriam na cadeia. Caso tivéssemos leis, de fato, justas, elas olhariam para as vítimas e não para a proteção de seus algozes.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

O Brasil que o Palácio não vê

A insistência na polarização política e no discurso em defesa da soberania nacional parece cada vez mais distante das preocupações concretas dos brasileiros. Enquanto o debate público se perde em grandes conceitos, a população enfrenta a violência cotidiana, a escalada dos preços nos supermercados e a necessidade de substituir a carne pelo ovo para preservar o orçamento doméstico. O tema da corrupção, por sua vez, não pode ser tratado como questão secundária ou inconveniente. Mais do que permanecer protegido pela liturgia dos palácios, o governo e sua comunicação deveriam descer às ruas, visitar hospitais e escolas, conversar com trabalhadores e utilizar o transporte por aplicativo para ouvir, sem filtros, quem enfrenta diariamente as dificuldades do país. A população parece menos disposta a ouvir promessas e mais interessada em resultados: segurança, serviços públicos eficientes, controle da inflação e responsabilidade na gestão. Em eventual segundo turno, uma aliança oposicionista poderá explorar justamente essa distância entre o discurso oficial e a realidade cotidiana.

» **Oswaldo Jesus Motta**

Rio de Janeiro

Linchamento coletivo

Certa vez, Georges Oshawa declarou: “Em alguns anos, os médicos serão enforcados em praça pública”. Foi uma declaração exagerada, já que não chegamos a tanto, embora muitos deles exerçam a medicina de forma equivocada, ocasionando doenças iatrogênicas e até mortes, como ficamos sabendo pelo noticiário. Agora, não seria tanto exagero se alguém dissesse: em pouco tempo teremos políticos corruptos e agentes públicos enforcados em praça pública. Figurativamente, já temos, um verdadeiro linchamento coletivo pelos malfeitos de muitos.

» **Humberto Pellizzaro**

Asa Norte

Crise retratada

Meus cumprimentos a Kleber Sales pela publicação da charge da edição de quarta-feira (9/9) do **Correio**. Descreveu e sintetizou de forma magistral a crise no Poder Judiciário. A pergunta e a resposta dos personagens (O que houve? Ela amanheceu assim...) descreveram as que são formuladas por todos na busca por uma explicação sensata para os acontecimentos. Até mesmo os traços que mostram as expressões dos personagens tenho certeza que são os mesmos que delineiam as faces de uma boa parte dos brasileiros. Parabéns, Kleber. Parabéns, **CB**.

» **Flavio Sales**

Guará

Três Poderes em xeque

O Brasil é um país que tem um Congresso Nacional que só legisla com sua maioria em causa própria, composto por parlamentares que respondem ações na Justiça, nos mais diversos tipos de crimes, alguns por corrupção e tendo outros com comportamentos ineptos. Há algumas exceções. Tem

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

É preciso, com urgência, desvendar toda essa história do Banco Master. Um país não pode aplicar a lei pela metade!

Manoel Batista — Rio de Janeiro

Novo golpe altera o QR Code do Pix e desvia dinheiro. Não temos um minuto de paz. Agora, quem ainda não está endividado corre o risco de ficar!

João Fernandes — Asa Sul

Duas pessoas morrem em batida entre caminhão e moto na BR-080. Tragédia anunciada. Chamamos de Rodovia da Morte por conta disso. Parece que só os governantes não sabem.

Maria Mendes — Brazlândia

O dia 10 de setembro é mais do que especial: são 54 anos do primeiro título do Brasil na Fórmula 1, de Emerson Fittipaldi.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

um Executivo que governa às custas da distribuição de cargos e benesses por meio de emendas. Um Supremo Tribunal Federal (STF) lento, retrógrado, com conformidade entre seus pares nos votos em julgamentos, com algumas exceções, e subentende, nas deliberações, por meio do jurídiquês dos votos, que protege e até incentiva o ilícito, com sentenças benevolentes, que rasga a Constituição e tem seus togados com cargos vitalícios. Dessa forma, o Brasil pode dar certo? Infelizmente, a classe política permanece com o viés corporativista, deixando de lado os interesses do país, cercar, enfraquecer e fragilizar a atuação dos órgãos de fiscalização e investigação nas ações de combate à corrupção. Estou na terceira ida-de, no fim da jornada, mas temo pelo futuro de filhos e netos, posto que, pelo diapasão de hoje, infelizmente as perspectivas são as piores possíveis. Reage, Brasil!

» **Renato Mendes Prestes**

Águas Claras

Discord

Menina de 13 anos foge de casa com homem que conheceu pelo Discord. Os pais não têm que sozinhos se haver com a proteção dos filhos. As plataformas também têm responsabilidade. Vivemos em sociedade, temos que pensar no próximo. Não podemos deixar que plataformas nos afetam como têm afetado. As crianças e os animais têm sido as maiores vítimas do egoísmo do “cada um que cuide do seu”.

» **Myriam Turganti**

São Paulo

CORREIO BRAZILIENSE

*“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

A eleição do ódio, o avanço da AfD e os limites da tolerância democrática



» ILANA TROMBKA
Diretora-Geral do Senado Federal; PhD em administração de empresas, professora de pós-graduação em administração pública do IDP

» MAURICIO TROMBKA AYRES DA FONSECA
Advogado, bacharel em direito pelo IDP, pós-graduando em processo civil pela mesma instituição

Vivemos um período em que as democracias passam por turbulências, nem sempre inesperadas. Estima-se que apenas 28% da população mundial vive em Estados democráticos, e até estes não estão longe das amarras autoritárias. A Alemanha, por exemplo, está mais próxima do que se deseja de um regime de ódio. Nas eleições estaduais de 6 de setembro deste ano, o partido extremista AfD, que foi classificado pelo Verfassungsschutz estadual desde 2023 como organização de extrema-direita, que representa posições nacionalistas e ressentimento contra estrangeiros, conquistou, na Saxônia-Anhalt, 39 das 83 cadeiras do Parlamento estadual. Foi uma vitória marcante. Apesar de não deter imediatamente maioria absoluta para governar, o partido precisa de mais três cadeiras para formar seu primeiro comando estadual.

O estado de Saxônia-Anhalt tem 2,1 milhões de habitantes, é a região com menor renda per capita do país, além de ter uma taxa de desemprego superior à média nacional. Em contextos desfavoráveis como o dessa província, a população fica mais suscetível a extremismos, como explica Benjamin Moffitt, o que abre a oportunidade para que líderes populistas — e, muitas vezes, demagogos — apresentem respostas simples para solucionar problemas complexos, atribuindo a questão a um inimigo comum, em vez de reconhecer a complexidade do

problema, gerando o crescimento político destes. O partido, no entanto, é mais do que uma legenda simplesmente crítica à imigração, vem chamando a atenção por apresentarem um padrão de deslocamento dos limites do discurso aceitável sobre o passado nazista alemão.

Em 2017, Björn Höcke, presidente da bancada da AfD no Parlamento estadual da Turíngia desde 2014, referiu-se ao Memorial aos Judeus Mortos da Europa como monumento da vergonha, defendendo uma mudança na política alemã de memória sobre o passado nazista, além de ter utilizado um slogan histórico das SA em uma fala — fato que lhe rendeu uma condenação no Tribunal Regional de Halle. Alexander Gauland, um dos fundadores da AfD, minimizou o período nazista ao afirmar que Hitler e os nazistas foram só um “cocô de pássaro” em uma história milenar de sucesso alemão. E Maximilian Krah, deputado do partido no Bundestag, declarou que nem todos os integrantes da SS eram criminosos.

Além desses episódios, setores da AfD defendem uma concepção étnico-cultural de pertencimento nacional associada à tradição völkisch, que, por sua vez, foi uma das matrizes ideológicas do nazismo. O termo exalta uma compreensão de cidadão e membro da comunidade medida por origem, ascendência e identidade cultural, descartando a “mera” cidadania formal. Frauke Petry, então copresidente da AfD, defendeu que o termo fosse “desestigmatizado” e voltasse a receber uma conotação positiva. Nesse ponto, os ideais do partido deixam de ser justificáveis e se tornam um abrigo para a intolerância e o tratamento desigual entre cidadãos.

A soma da intolerância, do nacionalismo exacerbado, da concepção de um “povo escolhido” e da relativização do passado nazista torna o crescimento do partido AfD especialmente preocupante e pode servir de alerta para a importância da preservação da democracia e de suas instituições.

Todavia, nem tudo está perdido, pois existem formas de deter a intolerância, o preconceito e a

nova onda de autoritarismo. A Alemanha é um dos países mais bem armados nesse sentido, tendo adotado, na sua Lei Fundamental, o ideal da democracia militante apresentado por Karl Loewenstein, segundo o qual a democracia deve adotar mecanismos jurídicos e políticos de autodefesa para preservar a ordem democrática ao se deparar com movimentos que utilizam as próprias liberdades e instituições para destruí-la.

A democracia militante dá a oportunidade para que o próprio sistema combata esse mal, garantindo a prevalência da democracia e da dignidade da pessoa humana, independentemente da vontade da maioria — a mesma que escolheu, há quase um século, o regime nazista. Portanto, cabe às autoridades alemãs utilizar fundamentos legítimos para barrar o avanço autoritário e fazer com que o pleito deste ano não seja o início de um câncer que tem o potencial de se espalhar — novamente — por todo o mundo. Nas palavras do autor: “A democracia deve tornar-se militante”.

A experiência alemã, todavia, não pode ser vista como um problema exclusivo do país. O crescimento paulatino do eleitorado e do discurso defensor do ódio é um alerta global para as democracias. O voto não legitima a discriminação, nem a transforma em igualdade. É necessário combater a intolerância de todos os ângulos. Precisamos educar os cidadãos sobre o passado para que ele nunca se repita, mantendo a memória viva; precisamos de instituições vigilantes, de imprensa livre e de cidadãos dispostos a não normalizar discursos que retirem de determinados grupos sua condição de iguais.

A lição do século passado de Loewenstein permanece atual: a democracia precisa ser cuidada antes que seja tarde demais. Como advertiu o sobrevivente do Holocausto George Legman: “Importante sempre lembrar, lembre-se sempre da democracia, lembre-se sempre do voto, a democracia é que nem uma flor, se você não rega, a flor murcha, se você não cuida da democracia, vai dar no que deu”.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O deserto da República

Existe um som característico que precede o desmoronamento das Repúblicas. É o mesmo estalo surdo que podemos ouvir quando se aproxima o colapso final de uma construção, momento em que a base e os pilares, por não suportarem mais a sobrecarga, desabam sobre si mesmos, soterrando primeiro os andares de baixo. Nos noticiários, multiplicam-se expressões como a liquefação da República. Falam também em anomia e rumo a uma desobediência civil, como se fossem categorias abstratas de um manual de ciência política. Na realidade, descrevem com precisão desconfortável o retrato em preto e branco de um Estado que se afastou das leis e da ética pública, como se isso fosse possível.

Costume de casa vai à praça

Nos últimos dias, o país assistiu a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) determinar o afastamento preventivo da cúpula da Polícia Federal, sob a alegação de ter sido alvo de monitoramento sistemático pela própria inteligência policial. Esse monitoramento, segundo o relato do próprio ministro, teria sido encaminhado a um colega de Corte no âmbito de um inquérito em curso. Se verdadeira, a suspeita não é um detalhe: é o retrato acabado de um Estado cuja engrenagem de investigação deixou de mirar o crime para mirar o próprio poder que deveria fiscalizá-lo.

Perda da lógica

A lógica perdeu a própria lógica, e essa é talvez a característica mais desorientadora do momento atual. É certo que o Judiciário acumulou competências muito acima do que previa nossa Carta Magna de 1988. O Legislativo, entre a omissão e reações tardias, observa tudo sem a responsabilidade que lhe é exigida. Não há, na gerência do Estado, uma resposta institucional capaz de reequilibrar o sistema de freios e contrapesos. O que se observa é o “salve-se quem puder” diante de um prédio prestes a ruir. Para o Executivo, a saída mais rápida dessa crise tem sido via instrumentos de exceção, censura e diversionismo. Em uma realidade de normalidade, a reforma do Estado seria a primeira medida; na ausência dela, sobrevive quem acha que possui mais poder.

Liberdade à prova

A liquefação da República é a perda progressiva da legitimidade institucional, transformada em areia líquida a escorrer entre os dedos. A descrença e o desgaste da confiança pública avançam, refletidos em pesquisas com recortes de desaprovação simultânea nos Três Poderes. Cria-se um deserto de incertezas alimentado por miragens enganosas e narrativas sobre golpes de todas as categorias, do clássico uso da força à erosão silenciosa das liberdades.

Anomia institucional

A anomia de que tanto se fala não é a ausência de leis num país marcado pelo excesso regulatório, mas a não observância das normas por aqueles que ocupam o topo da pirâmide. Anomia é a ausência de um sentido comum sobre o que essas leis significam e a quem elas obrigam. É o momento em que as regras deixam de ser bússola e passam a ser arma usada seletivamente. Nesse ambiente, a desobediência civil deixa de ser o gesto extremo de quem esgotou os canais institucionais e passa a ser tentação cotidiana de cidadãos e autoridades que escolhem a leitura da lei que melhor lhes convém.

Excepcionalidades

A última década brasileira consolidou-se como uma sucessão de excepcionalidades: cada crise resolvida com a derrubada de garantias, cada incêndio apagado à custa da estrutura necessária no incêndio seguinte. A operação anticorrupção que se tornou hegemônica fragilizou a política em nome da moralidade; a permanência no poder a qualquer custo fragilizou as instituições em nome da governabilidade; e a resposta judicial a essa fragilização acumulou poderes em nome da defesa democrática. Tratar o excepcional como método impede o retorno ao espaço institucional original.

O mito do salvador

Diante desse quadro, a tentação mais perigosa é esperar por um salvador. A história recente do país é a sucessão de apostas messiânicas: o juiz, o general, o presidente ou o ministro que resolveria o problema sozinho. Cada aposta produziu um alívio temporário e um novo desequilíbrio a corrigir. Uma República recompõe-se pela reconstrução paciente dos mecanismos de controle e pela transparência, trabalho que não rende manchetes imediatas, mas detém o avanço ao deserto.

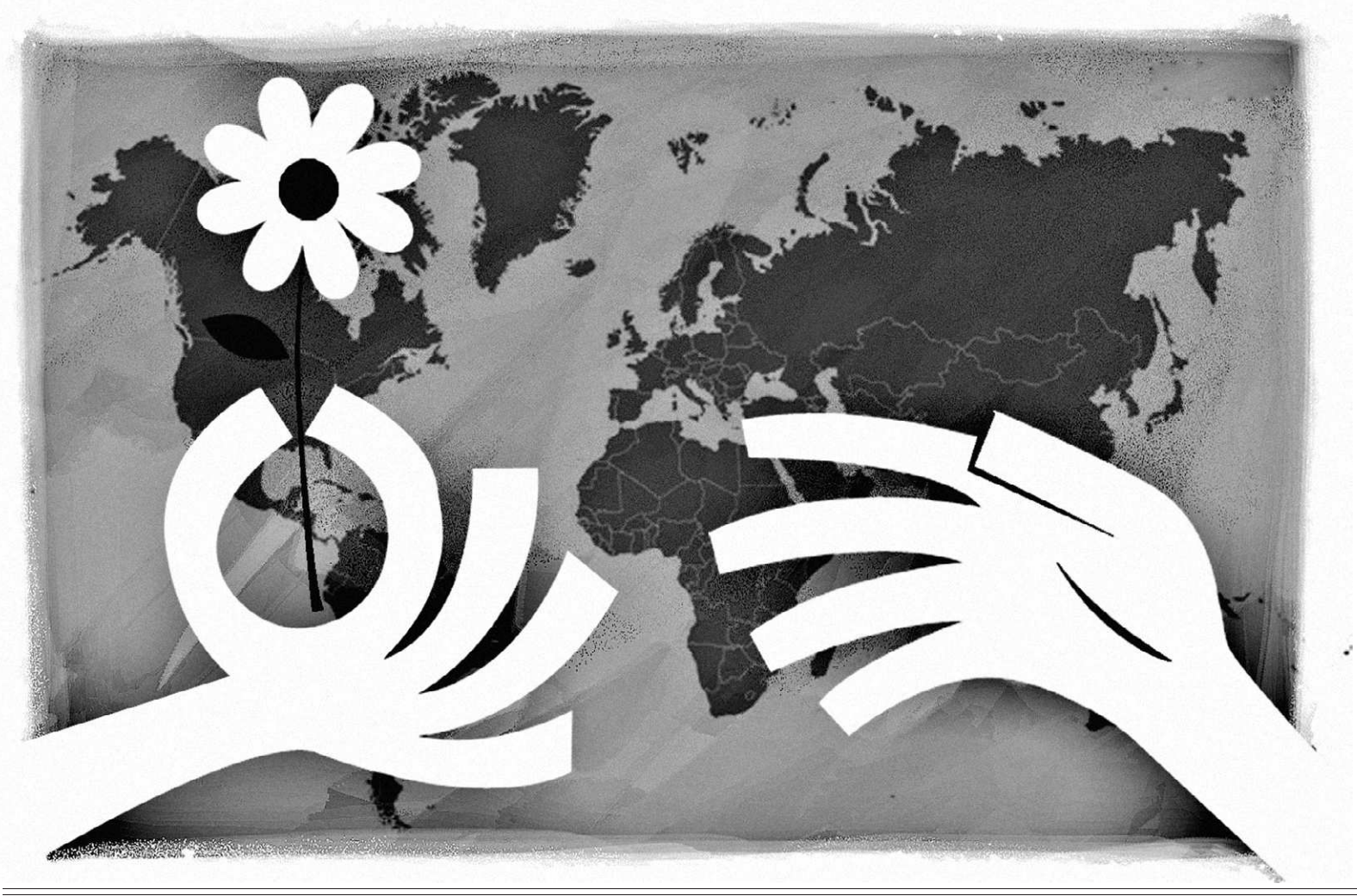
Nosso papel

Cabe destacar o papel da sociedade civil, da imprensa livre e de instituições como a OAB, universidades e ordens profissionais. Em democracias saudáveis, atuam como amortecedores entre o cidadão e o embate dos Poderes. Quando parte dessas entidades é capturada pela polarização e outra parte assiste paralisada, sobra a elas um papel de mediação emergencial enquanto as instâncias constituídas redefinem a própria razão de existir.

História de Brasília

Foi aí que a reunião transformou-se numa solenidade usando da palavra o advogado da defesa Newton Antunes, e, a seguir, o promotor Sebastião Barbosa. Foi uma solenidade de grande civismo. (Publicada em 26/5/1962)

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Entre o sarampo e o HIV, o recuo da proteção pública



» ÁLVARO MADEIRA NETO
Médico sanitarista e gestor em saúde; vice-presidente da Associação Médica Cearense. É mestre e doutorando em administração pela EAESP/FGV

O sarampo não volta como quem reaparece, intacto, depois de longa ausência. Ele procura passagem. Em São Paulo, 30 casos confirmados em 2026 bastaram para expor uma verdade incômoda: doenças eliminadas não permanecem vencidas por decreto. Dependem de uma infraestrutura cotidiana de proteção, vacina disponível, vigilância alerta, equipes capazes de buscar quem ficou para trás e confiança pública cultivada antes da emergência.

Os dados preliminares do Estado registram cobertura de 89,35% na primeira dose da tríplice viral e de 74,64% na segunda, abaixo da meta de 95%. Como o ano ainda está em curso, esses percentuais não equivalem ao fechamento anual; ainda assim, o intervalo de 14 pontos entre as doses acende um sinal conhecido. A imunidade coletiva não se rompe apenas nas grandes médias. Ela se desfaz em bolsões, e uma média estadual pode ocultar quarteirões inteiros de suscetibilidade: no bairro em que a sala de vacina fecha cedo, na família que muda de endereço e some do cadastro, na criança cuja segunda dose não foi lembrada, no trabalhador que não pode perder o dia.

É cômodo atribuir tudo à desinformação. Ela existe e prospera quando a dúvida é explorada como negócio e identidade política. Mas

transformar cada não vacinado em culpado individual absolve a organização do cuidado. Há barreiras de horário, transporte, renda, registro e acolhimento. Há campanhas que falam muito e escutam pouco. A hesitação também cresce quando o Estado aparece apenas para convocar, nunca para permanecer. A proteção coletiva depende menos do brilho da campanha do que da regularidade silenciosa do serviço.

O alerta internacional sobre o HIV ilumina a mesma engrenagem por outro ângulo. Não se devem confundir doenças, formas de transmissão ou respostas sanitárias. Mas ambas revelam o preço da descontinuidade. Em 2025, 1,2 milhão de pessoas adquiriram HIV no mundo; na América Latina, as novas infecções cresceram 25% desde 2010; e o financiamento externo para programas de HIV caiu 18% em um ano. Quando prevenção, tratamento e organizações comunitárias perdem recursos, o vírus encontra o espaço deixado pela política pública.

O Brasil exige leitura mais cuidadosa. Os registros de HIV passaram de 38.222, em 2023, para 39.216, em 2024. Notificação, porém, não é sinônimo perfeito de incidência: pode refletir transmissão, ampliação da testagem e recomposição dos serviços. A cidade de São Paulo oferece uma contraprova poderosa. As novas notificações caíram de 3.761, em 2016, para 1.662, em 2025, enquanto cerca de 80 mil pessoas estavam cadastradas para usar Profilaxia Pré-Exposição (PrEP). Não foi milagre farmacológico. Foi arquitetura pública: prevenção combinada, testagem acessível, tratamento oportuno, vigilância orientada por dados e presença junto a populações historicamente afastadas do cuidado.

O sarampo expõe a geografia das brechas; o

HIV, a política da continuidade. Ambos ensinam que campanhas são necessárias, mas insuficientes. Sistemas de saúde não se sustentam em espasmos de mobilização nem no heroísmo de profissionais condenados ao improviso. Precisam de memória operacional, estoques seguros, laboratórios ágeis, informação interoperável e atenção primária capaz de reconhecer o território não como mapa, mas como vida concreta.

São Paulo deveria instituir, por 90 dias, um comando territorial de imunidade: localizar microáreas abaixo da meta, buscar faltosos nominalmente, vacinar em escolas, terminais, locais de trabalho e fins de semana, medir a perda entre a primeira e a segunda dose e publicar resultados por território. Diante de cada suspeita de sarampo, notificação em até 24 horas, investigação imediata, rastreamento de contatos e bloqueio vacinal em até 72 horas. Para o HIV, é preciso blindar preservativos, PrEP, Profilaxia Pós-Exposição (PEP), autotestes, terapia antirretroviral e financiamento comunitário, com prioridade onde o estigma e a desigualdade ainda organizam o risco.

À imprensa cabe evitar duas armadilhas: naturalizar o “retorno” e moralizar o comportamento. Epidemias não são castigos nem acidentes exteriores à sociedade. Elas revelam como distribuímos proteção, tempo, informação e futuro.

O Brasil não carece de conhecimento técnico. Falha, por vezes, em transformar conhecimento em rotina, direito em presença e campanha em política de Estado. Conquistas sanitárias não são troféus guardados no passado. São pactos vivos. Quando deixamos de renová-los, a doença não volta sozinha: encontra o caminho que nós deixamos aberto.

Dormir com a luz acesa ou se expor à iluminação noturna altera a estrutura do coração. É o que revelou um estudo de cientistas norte-americanos, que analisaram dados de 11 mil pessoas para mapear essas alterações cardíacas

» ISABELLA ALMEIDA

A exposição à luz durante a noite está ligada a alterações importantes e potencialmente prejudiciais na estrutura e função do coração. A conclusão é de um estudo liderado pela Universidade de Tulane, em Nova Orleans, nos Estados Unidos. Para o trabalho, os cientistas avaliaram mais de 11 mil pessoas. A pesquisa foi publicada, ontem, na revista *European Heart Journal*.

“Estudos observacionais anteriores associaram a exposição à luz noturna a um risco maior de doenças cardiovasculares, mas pouco se sabe sobre as alterações estruturais e funcionais cardíacas relacionadas. Realizamos esta pesquisa para descobrir o que acontece com o coração ao longo do tempo quando as pessoas são expostas a muita luz durante a noite”, afirmou o professor Lu Qi, líder da pesquisa.

O trabalho incluiu 11.071 pessoas que faziam parte do UK Biobank, um banco de dados do Reino Unido. Todos os participantes usaram um sensor de luz no pulso durante sete dias para medir os níveis de claridade durante a noite. Três anos depois, os voluntários fizeram uma ressonância magnética para examinar cuidadosamente as estruturas e funções do coração.

Em seguida, os pesquisadores compararam pessoas expostas a níveis de luz superiores a três lux — unidade de medida do Sistema Internacional de Unidades para a iluminância — com pessoas sem acesso a praticamente nenhuma claridade durante a noite.

A equipe demonstrou que pessoas com alta exposição à luz noturna apresentavam espessamento da parede do ventrículo esquerdo, uma das câmaras do coração, reduzindo o espaço interno da câmara. Havia indícios de que a capacidade do músculo cardíaco de se contrair durante os batimentos estava reduzida. Este é um indicador precoce de disfunção cardíaca. Os pesquisadores também encontraram alterações nos ventrículos direitos e nos átrios esquerdos, outras duas câmaras do órgão.

Remodulação cardíaca

O professor Qi afirmou que este é o primeiro estudo do gênero e demonstra que a exposição a níveis mais elevados de luz durante a noite está ligada à remodelação cardíaca. “É nesse processo que a estrutura e a função do coração se alteram, o que normalmente observamos em resposta ao estresse crônico ou a lesões cardíacas. É a forma que o nosso corpo encontra para se adaptar a esse estresse, mas, em última análise, isso enfraquece o coração e pode levar à insuficiência cardíaca.”

“A poluição luminosa surgiu como um novo fator de risco para doenças cardiovasculares. Nossos resultados, juntamente com evidências de outros estudos, sugerem que a redução da exposição à luz noturna deve ser considerada como uma das estratégias potenciais para a prevenção de doenças cardíacas por médicos e formuladores de políticas públicas.”

Segundo Gabriel Romão Borges Piau, cardiologista da clínica Cárddio, em Brasília, a luz à noite pode desregular o

Apague tudo: o coração agradece

Imagem de Ansia no Magnific



A exposição à luz durante a noite está diretamente associada a alterações na qualidade do sono e no funcionamento do coração

ritmo circadiano, o relógio biológico do corpo, que participa do controle da pressão arterial, frequência cardíaca e metabolismo cardíaco. “A luminosidade também reduz a produção de melatonina e impacta diretamente na qualidade e na duração do sono”, explica.

“O estudo sugere, ainda, envolvimento de alteração autonômica — responsável por manter o equilíbrio do nosso corpo —, inflamação, alterações vasculares e metabólicas, que podem levar ao remodelamento e consequentemente à piora da

função cardíaca”, completou o especialista.

Em comentário adicional, o professor Thomas Münzel, do Centro Médico Universitário de Mainz, na Alemanha, e seus colegas afirmaram que é hora de os médicos, principalmente aqueles que tratam pacientes com insuficiência cardíaca ou fibrilação atrial, começarem a questionar o ambiente de sono. “Quão escuro está o quarto, se o paciente trabalha em turnos noturnos e quanto tempo usa telas após o pôr do sol. As recomendações são simples e baratas: cortinas blackout, iluminação

de cabeceira com luz quente e cobertura dos pequenos LEDs de espera em aparelhos eletrônicos domésticos.”

Segundo eles, do ponto de vista da saúde pública, as implicações são ainda maiores. “A poluição luminosa é um dos poucos riscos ambientais que as cidades podem controlar direta e economicamente. Luminárias protegidas, lâmpadas de espectro quente e postes de iluminação com regulagem de intensidade ou acionados por movimento já estão disponíveis, são energeticamente eficientes e ecologicamente corretos.”

Palavra de especialista

Arquivo cedido



Resposta ao ambiente

“Hoje sabemos que dormir bem não significa apenas repousar um certo número de horas. Importam também a qualidade, a regularidade e o horário do sono, além de doenças como a apneia. Dormir pouco, ter um sono muito fragmentado, trabalhar frequentemente à noite ou variar demais os horários de dormir e acordar pode prejudicar a saúde cardiovascular. Isso acontece porque o sono é um período de recuperação do organismo. Durante a noite, em condições normais, ocorre uma redução da frequência cardíaca e da pressão arterial. Quando esse descanso é interrompido repetidamente, pode haver maior ativação do sistema nervoso, aumento da pressão, inflamação, resistência à insulina e maior risco de obesidade. Tudo isso, ao longo do tempo, pode repercutir no coração. O que mais chama atenção nesse trabalho é que ele reforça uma ideia cada vez mais importante na cardiologia: o coração também responde ao ambiente. Durante muito tempo, quando falávamos em prevenção cardiovascular, pensávamos principalmente em pressão alta, colesterol, diabetes, tabagismo, alimentação e exercício. Tudo isso continua sendo fundamental. Mas hoje sabemos que sono, poluição, ruído, luz noturna e desorganização do ritmo circadiano também podem influenciar a saúde ao longo dos anos.”

Carlos Nascimento, cardiologista do Hospital Brasília Águas Claras, da Rede Américas

DESCOBERTA CIENTÍFICA

Humanos já usavam drogas desde a pré-história

Arqueólogos liderados pela Universidade Griffith, na Austrália, descobriram evidências de que os humanos usavam substâncias psicotrópicas muito antes do que se imaginava. Para o trabalho, publicado, ontem, na revista *Science Advances*, a equipe combinou evidências bioquímicas e arqueológicas para rastrear as raízes pré-históricas de um dos estimulantes viciantes mais populares do mundo, a chamada noz de betel, uma droga antiga usada em grande parte da região da Ásia-Pacífico.

A pesquisa revela que o uso da noz de betel como droga surgiu em algumas comunidades indonésias há cerca de 25 mil anos. A nova datação ultrapassa os períodos anteriormente sugeridos para o Neolítico ou a Idade do Bronze, aproximadamente de 3.500 anos atrás.

A investigação focou nas origens do consumo de noz de betel, tradição quase universal entre milhões de pessoas entre a Índia e o Pacífico Sul, o equivalente a cerca de uma em cada dez pessoas no mundo atual. O consumo da semente induz uma sensação de leve euforia e maior estado de alerta, entre outros efeitos.

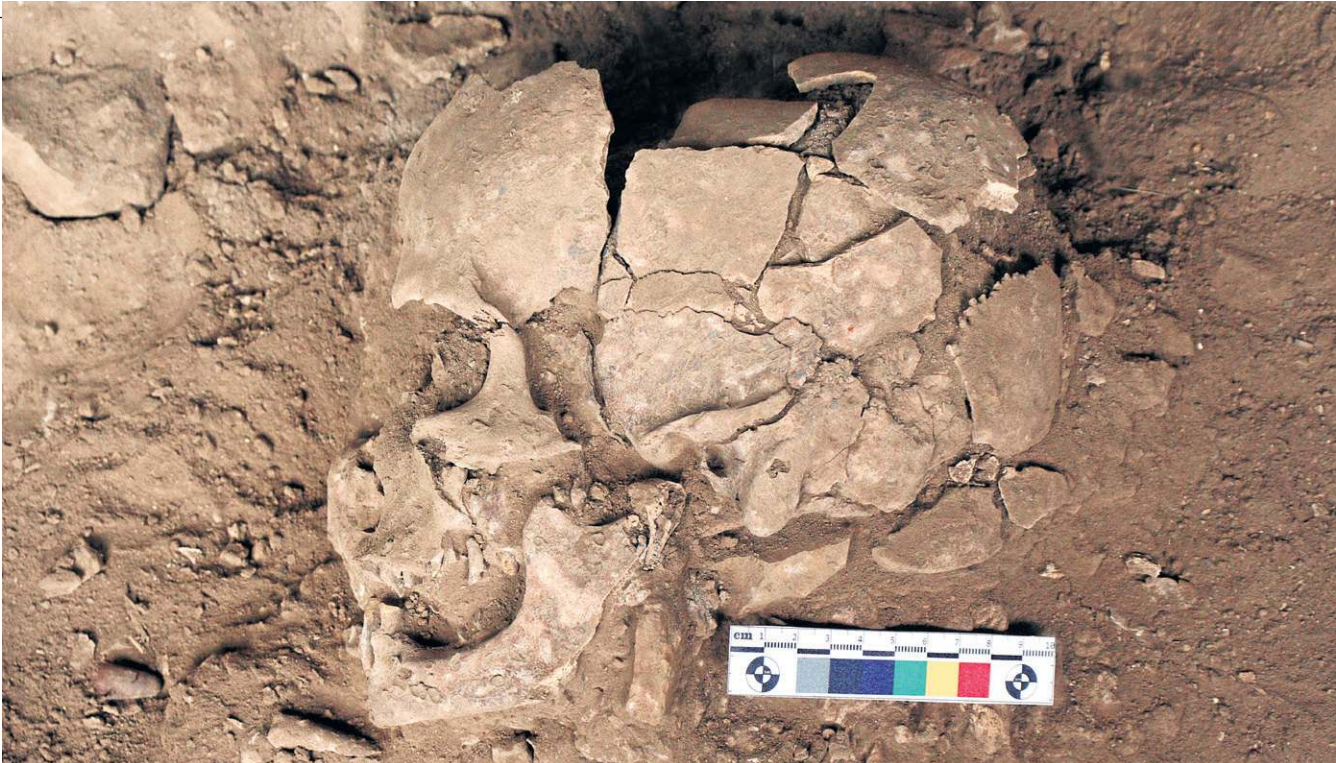
“Embora pouco conhecida nas

sociedades ocidentais, é a quarta substância psicoativa mais consumida no mundo, depois do álcool, da cafeína e da nicotina”, afirmou o professor Adam Brumm, líder da pesquisa.

Os usuários modernos consomem a droga betel misturando a semente processada da palmeira Areca catechu com cal hidratada e outros ingredientes para formar uma espécie de pequena bola, que é então mastigada para obter o efeito desejado. “A cal hidratada é um ingrediente essencial porque provoca uma reação química que liberta os compostos psicoativos da noz na corrente sanguínea mais rapidamente”, disse Brumm.

No novo estudo, a equipe relata a descoberta de restos esqueléticos extremamente raros de dois caçadores-coletores humanos primitivos da ilha indonésia de Sulawesi, um datando de 25 mil a 16 mil anos atrás; e o outro, de 7.600 a 6.300. Ambos exibem um padrão de desgaste dentário bastante incomum, um novo marcador bioarqueológico que os pesquisadores estabeleceram ser causado por um comportamento de uso de drogas até então desconhecido, o hábito de chupar nozes de betel inteiras.

Fakhri



Os arqueólogos combinaram evidências bioquímicas para rastrear as raízes pré-históricas: a noz de betel

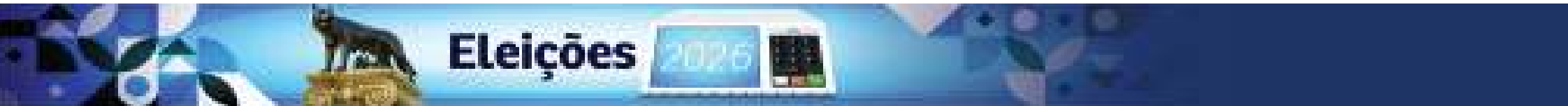
Problemas dentários

Embora o efeito psicoativo de chupar noz de betel possa ter sido mais leve do que o de mascar a droga moderna, a equipe sugeriu que o hábito era significativo o suficiente para causar doença periodontal grave. Os antigos

caçadores-coletores da região estudada geralmente tinham problemas dentários, e a arecolina, derivada na semente, é um analgésico natural, então a equipe suspeitou que uma das razões para chupar noz de betel era aliviar o desconforto da dor de dente.

“Com o tempo, porém, chupar essas

sementes duras e abrasivas desgastou tanto os dentes dos caçadores-coletores que, em alguns casos, a câmara pulpar interna ficou completamente exposta, isso teria sido extremamente doloroso, causado dificuldade para comer e aumentado muito a taxa de infecção dentária crônica”, afirmou o professor Brumm.



Propostas para o coração do DF

O **Correio** ouviu seis candidatos ao Governo do Distrito Federal sobre ações direcionadas às regiões mais e menos populosas da capital. Entre as propostas, estão medidas ligadas à saúde pública e a mobilidade urbana

» MILA FERREIRA

Antes: Weber Sales Celina Leão (PP) Ceilândia – Vamos entregar o Novo Hospital de Ceilândia e construir nova UPA na região, além do fortalecimento das Unidades Básicas de Saúde (UBS's), ampliação da atenção primária, redução das filas para consultas e exames e expansão da rede de saúde mental. Ceilândia será beneficiada pela expansão da Linha 1 do metrô, que prevê quatro novas estações, contemplando os trechos de Ceilândia e Samambaia, com ampliação da infraestrutura operacional e da capacidade do transporte sobre trilhos.	José Roberto Arruda (PSD) Ceilândia – Ampliação do metrô, construção de um hospital em Ceilândia/Sol Nascente e construção da Interbairros, via que vai integrar algumas regiões administrativas ao Plano Piloto. Vou enterrar as linhas de transmissão e fazer uma avenida com 7 pistas de cada lado, como eu fiz com a EPTG, ligando Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Arniqueira, Park Way e Guará ao Plano Piloto.	Leandro Grass (PT) Ceilândia – Vou concluir a reforma do pronto-socorro de Ceilândia (obra de R\$ 12 milhões anunciada e não entregue) e a UPA já contratada, com equipe completa. Vamos ter saúde da família com médico na porta no Sol Nascente e no P Norte. Vamos fornecer microcrédito pelo Banco de Brasília (BRB) e o programa Prospera ampliado para fortalecer o comércio popular e o Microempreendedor Individual na cidade. Vou concluir a reforma do Centro Olímpico e Paralímpico de Ceilândia, além de levar iluminação e cultura às quadras.
Samambaia – Samambaia está no centro do projeto de expansão do metrô. A expansão da Linha 1 prevê novas estações nos trechos de Samambaia e Ceilândia. Vamos ampliar a atenção primária em saúde, modernizar as unidades existentes e descentralizar serviços especializados por meio do Integra Saúde, reunindo consultas, diagnóstico por imagem, reabilitação, saúde mental e atendimento multiprofissional mais perto da população. Vamos ampliar e melhorar a infraestrutura urbana.	Samambaia – Ampliação do metrô também vai contemplar Samambaia, inclusive fui responsável pela construção do metrô em minhas gestões como secretário de Obras e governador. Vou construir a Interbairros, via que vai ligar algumas regiões administrativas ao Plano Piloto. Vou enterrar as linhas de transmissão e fazer uma avenida com sete pistas de cada lado, como eu fiz com a EPTG, ligando Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Arniqueira, Park Way e Guará ao Plano Piloto.	Samambaia – Vou concluir a reconstrução das escolas classes 410, 415 e 425, obras em andamento que vamos fiscalizar e entregar. Vamos construir nova unidade de saúde da família e reforço da atenção primária, desafogando o Hospital Regional. Vamos disponibilizar vagas de creche onde a fila mais apertada, para as mães poderem trabalhar e estudar. Reformar o Centro Olímpico e Paralímpico. Implementar tarifa zero, aproveitando que o metrô já serve a cidade, e apoiar o pequeno negócio perto de casa.
Varjão – O foco será aproximar os serviços públicos da população e qualificar a infraestrutura urbana. O GDF na sua Porta vai reunir em uma mesma estratégia a manutenção de calçadas, iluminação, pavimentação, drenagem, praças, parques, retirada de entulho e zeladoria, com registro das demandas, protocolo e prazo para solução. As políticas habitacionais priorizarão famílias de baixa renda e territórios de maior vulnerabilidade, com regularização fundiária pelo Escritura na Mão.	Varjão – No Varjão, pretendo resolver o problema do transporte, construir outra escola e colocar médicos no posto de saúde da região, que fui eu quem construí.	Varjão – Nossa prioridade será o foco absoluto em saúde da família, saneamento e assistência social onde o Estado mais faltou. Vou entregar creche, escola integral e segurança alimentar, com a Cesta Verde. Levar regularização fundiária e infraestrutura básica com prazo, além de programas de renda e primeiro emprego para a juventude, cultura, esporte e serviços públicos perto de casa.
Fercal – O plano estabelece prioridade para territórios com deficit de infraestrutura, comunidades rurais e áreas em processo de regularização. Entre as ações, estão pavimentação e melhoria dos acessos às comunidades rurais, expansão da iluminação pública, modernização da drenagem e ampliação do abastecimento de água e do esgotamento sanitário, com fortalecimento do Água Legal e da Tarifa Social. O Escritura na Mão vai acelerar a regularização fundiária e a emissão de títulos em núcleos urbanos e rurais.	Fercal – A prioridade é a urbanização, ampliando o abastecimento de água e a cobertura de saneamento básico. Importante ressaltar que todas as regiões serão atendidas por aquelas que eu considero minhas prioridades: contratar profissionais de saúde e professores para devolver uma saúde e uma educação de qualidade aos moradores do Distrito Federal.	Fercal – Vou concluir o reservatório de água tratada de Sobradinho (R\$ 22 mi), em execução, e levar água e esgoto à Fercal. Ampliar a saúde da família e desafogar o hospital regional de Sobradinho, reforçar o transporte e mais linhas ligando ao centro. Vou apoiar o pequeno negócio e o produtor rural, com microcrédito, além de realizar serviços de zeladoria de rua por rua, com prazo e responsável para o chamado do morador.
Paula Belmonte (PSDB) Ceilândia – Meu compromisso é cuidar de todas as regiões do Distrito Federal, independentemente do tamanho da população, mas olhando para as necessidades e as vocações de cada uma. Em Ceilândia, vamos construir um segundo hospital, reforçar o Hospital Regional de Ceilândia, as UPAs e as UBS, ampliar creches e educação integral e levar crédito e qualificação para gerar emprego na própria região.	Kiko Caputo (Novo) Ceilândia – Construirei o Novo Hospital da Ceilândia e ampliarei a rede de transporte com a expansão do metrô e maior integração com ônibus e outros modais. Nosso plano prevê a Estrada Parque Brazlândia, criando uma nova ligação entre Ceilândia, Brazlândia, Sol Nascente/Pôr do Sol, Taguatinga e o eixo da BR-070, além da reorganização dos acessos pela Via Estrutural, BR-070 e BR-080. Na economia, os polos empresariais de Ceilândia receberão investimentos de modernização e integração aos corredores logísticos e à infraestrutura digital.	Ricardo Cappelli (PSB) Ceilândia – Nós precisamos imediatamente dar um choque de gestão no Hospital Regional da Ceilândia e iniciar o processo de construção do segundo hospital. Além disso, nós precisamos ampliar o metrô e levar até o Setor O, à beira da 070. E eu também tenho o compromisso de criar na Ceilândia o Centro Popular de Tradições Nordestinas Luiz Gonzaga, um centro cultural permanente, igual ao que tem no Rio de Janeiro, que vai virar um polo turístico do Distrito Federal.
Samambaia – Vamos melhorar a integração dos ônibus com o metrô, fortalecer as unidades básicas de saúde (UBS), ampliar a educação integral na rede pública de ensino e criar oportunidades de qualificação, emprego e empreendedorismo perto de onde as pessoas vivem.	Samambaia – Vou expandir o metrô, integrado aos demais modais de transporte. O plano prevê fortalecer as conexões do transporte coletivo entre Samambaia, Ceilândia, Taguatinga, Sol Nascente/Pôr do Sol, Águas Claras e Brazlândia, reduzindo deslocamentos desnecessários pelo Plano Piloto. Samambaia está entre as regiões prioritárias para a modernização e ampliação da drenagem urbana. Na área econômica, o plano de governo prevê modernizar e qualificar os polos empresariais.	Samambaia – Com recursos do governo federal, estão sendo feitas mais duas estações de metrô. Além disso, eu vou criar ônibus expresso de Samambaia, do centro para a Rodoviária do Plano Piloto em faixa exclusiva pela EPNB. Vou revitalizar o Centro Cultural de Samambaia, que hoje funciona precariamente. Naquela área da lona cultural de Samambaia, nós vamos criar um grande parque, um centro de vivência. Além disso, nós vamos construir mais uma policlínica para reduzir o tempo de espera na fila da saúde.
Varjão – No Varjão, vamos avançar na regularização ao lado da urbanização, melhorar drenagem, asfaltar ruas, criar espaços públicos e ampliar saúde, educação, assistência, esporte e cultura dentro da própria região.	Varjão – Inclusão do Varjão entre os territórios com prioridade nas políticas de proteção social e benefícios às famílias em situação de vulnerabilidade, incluindo DF Social, Cartão Gás, Cartão Material Escolar, Cartão Creche e benefícios socioassistenciais eventuais.	Varjão – Primeiro, nós vamos tratar da questão da segurança. Vamos fortalecer no Varjão o programa Tolerância Zero. Vamos colocar policiais, Cosme Damião, e a Ronda Ostensiva Candanga rodando na Fercal para garantir segurança para os moradores. Segundo, nós vamos abrir uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Varjão para a população ter pronto atendimento. Terceiro, nós vamos inaugurar um parque vivencial urbano no Varjão para ter uma área de lazer que hoje não possui.
Fercal – As prioridades passam por infraestrutura, regularização, saneamento, saúde e transporte, mas também pelo enfrentamento dos impactos ambientais, com fiscalização das atividades industriais e minerárias e monitoramento permanente da qualidade do ar. Quero um governo que reconheça que cada região administrativa tem seus próprios desafios. Uma região ter menos moradores não significa que possa receber menos atenção do poder público.	Fercal – O plano concentra propostas específicas principalmente em mobilidade, proteção social e meio ambiente. A Saída Norte será ampliada para fortalecer as ligações entre Fercal, Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II, Itapoã e Plano Piloto. Também está prevista a reorganização dos acessos pela BR-020 e Epia Norte, além do fortalecimento das linhas de transporte coletivo entre Fercal, Planaltina, Sobradinho e Sobradinho II, com melhoria do acesso ao Plano Piloto. A Fercal também está entre os territórios que terão prioridade nas políticas de benefícios sociais.	Fercal – Para a Fercal, nós vamos ter ônibus expresso em faixa exclusiva para a rodoviária do Plano Piloto, para reduzir o tempo de deslocamento. Vamos trabalhar fortemente na regularização fundiária. Nós vamos dar escritura para todos os imóveis da Fercal pelo menor valor legal possível para dar segurança às famílias.



Comércio e turismo em foco

Candidatos apresentam propostas para atrair visitantes e melhorar as condições de trabalho dos empreendedores

Investimento no setor hoteleiro da capital

» ANA CAROLINA ALVES

Durante encontro com empresários dos setores de turismo e de hotelaria, ontem, a candidata à reeleição ao Governo do Distrito Federal, Celina Leão (PP), disse que pretende realizar um amplo projeto de revitalização das áreas ligadas à atividade turística em Brasília.

Entre as propostas apresentadas, estão a melhoria de calçadas, paisagismo, iluminação, segurança, acessibilidade e mobiliário urbano, além da criação de um calendário anual de grandes eventos com apoio formal do governo. “O setor de hotelaria precisa ser visto

como uma oportunidade, geração de emprego e renda, é uma vocação da capital da República”, declarou.

Celina defendeu que o Distrito Federal amplie a divulgação de seus atrativos turísticos, incluindo o turismo cívico, rural e ecológico, além de rotas de vinícolas, mel e queijo. A candidata também citou projetos de revitalização do Setor Comercial Sul e Norte e da Torre de TV, além de ações de ocupação de espaços públicos como estratégia de combate à criminalidade. A candidata defendeu, ainda, a criação de políticas para estimular o chamado turismo cívico e afirmou que estudantes da rede pública deveriam

conhecer os principais órgãos e espaços institucionais da capital.

Mais tarde, a governadora inaugurou um comitê político no Paranoá e percorreu a cidade em um trio elétrico. A candidata destacou sua relação política e pessoal com a região e afirmou que pretende manter a presença no local para acompanhar as demandas da população. “O Paranoá é uma cidade que eu tenho muita história política aqui. É uma cidade que tem um comércio muito forte”, declarou. Entre as principais demandas da região, ela citou o acolhimento de pessoas em situação de rua e a regularização de áreas destinadas ao desenvolvimento econômico.

Ana Carolina Alves/CB/DA Press



Celina Leão defendeu mais divulgação dos atrativos turísticos do DF

KIKO CAPUTO CARTA DE PRINCÍPIOS

Candidatos do Partido Novo apresentaram ontem, em Brasília, a Carta de Princípios ao Segmento Cristão. O evento foi promovido pela chapa à presidência da República pelo partido, composta pelo governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e pelo senador Eduardo Girão, e teve a participação do candidato ao governo do Distrito Federal Kiko Caputo (Novo). A carta destaca a “proteção à vida e aos modelos de família e ensino”. O documento reafirma a defesa da “vida desde a concepção até a morte” e manifesta oposição a “qualquer tentativa de ampliação das hipóteses de aborto atualmente permitidas”. Ressalta, ainda, a responsabilidade dos pais na formação moral e religiosa dos filhos.

RICARDO CAPPELLI CAPACIDADE DE GESTÃO

O candidato ao GDF Ricardo Capelli (PSB) criticou a lentidão na execução de obras públicas durante sabatina na Associação Brasileira de Construtores (Asbraco), ontem. O candidato ao GDF defendeu a “recuperação da capacidade de gestão e o equilíbrio financeiro nos contratos do setor”. “O que vemos hoje são intervenções paradas, gerando transtornos diários para a população”, criticou. Para o candidato, a precificação correta assegura a qualidade, o cumprimento do cronograma e o respeito aos cofres públicos. O socialista também fez panfletagem na Avenida Hélio Prates, em Taguatinga Norte.

SAMARA MINEIRO CONTRA O FEMINICÍDIO

A candidata do UP Samara Mineiro cumpriu agenda, ontem, em um ato contra o feminicídio na Rodoviária do Plano Piloto. O protesto, organizado pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e pela UP, exibiu uma faixa pelo fim dos estupros e um varal com fotos de vítimas no DF em 2026. “Nesta segunda, mais uma mulher foi vítima. Até quando vamos viver essa situação? Lutamos por justiça!”, cobrou Samara. A candidata defendeu a ampliação das delegacias da mulher (Deam) com funcionamento 24 horas, além da expansão das casas-abrigo e de políticas habitacionais. “Muitas mulheres, por não terem um teto, submetem-se a violências. Criaremos uma frente emergencial de construção de casas populares”, afirmou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Na Feira dos Goianos, Arruda prometeu valorizar os trabalhadores

Títulos sem licitação para feirantes

» DAVI CRUZ

Há 25 dias das Eleições 2026, o candidato ao Governo do DF José Roberto Arruda (PSD) cumpriu agenda de campanha, ontem, em Taguatinga. O político visitou a Feira dos Goianos e prometeu entregar aos feirantes o título definitivo das bancas, sem a necessidade de licitação. Atualmente, a Lei Distrital nº 6.956/2021 determina que a utilização de espaços públicos em feiras deve ser precedida de licitação pública.

A medida, segundo o concorrente ao Buriti, será uma das primeiras ações de governo para

valorizar as feiras e dar mais segurança aos trabalhadores. Durante caminhada entre as bancas, Arruda destacou a importância das feiras para a economia e para a convivência nas cidades. “A feira é o coração da cidade. É o lugar onde pessoas se encontram e giram o comércio”, afirmou.

Caso seja eleito, o candidato ao Buriti destacou que planeja levar órgãos do governo para dentro dos espaços comerciais. Segundo ele, a ideia é facilitar o acesso da população aos serviços públicos. “Vamos colocar o Na Hora, por exemplo, onde as pessoas vão lá para buscar seus

documentos ou resolver pendências. O intuito é que elas aproveitem, comam um pastel e façam sua feira”, explicou.

Pela manhã, Arruda participou de uma carreata pela avenida principal da M. Norte e QNL, onde aceitou para os apoiadores. O ex-governador passou por estabelecimentos comerciais e falou sobre propostas voltadas aos comerciantes, empreendedores e moradores da região. “Os oficineiros precisam de segurança e precisam de regularização das suas áreas”, afirmou. O candidato também prometeu mudanças na Avenida Comercial, próximo ao centro da cidade.

Luiz Fellipe Alves/CB/DA Press



Leandro Grass destacou, também, o acolhimento à população de rua

Melhorias no comércio em Taguatinga

» LUIZ FELLIPE ALVES

O candidato ao governo do Distrito Federal Leandro Grass (PT) apresentou, ontem, propostas para melhorar o comércio, o trânsito e a mobilidade urbana em Taguatinga, além do acolhimento humanitário à população de rua.

Grass panfletou em pontos de ônibus e comércios da região, discutindo propostas com moradores e lojistas. “Aqui, já tivemos um dos comércios mais fortes do Brasil, mas agora está vazio. A cidade está esvaziada. Isso acontece porque não há política de incentivo econômico”, disse.

O candidato afirmou que pretende criar um programa de microcrédito para pequenos e médios empresários. Segundo ele, também haverá uma política de incentivo para a ocupação de áreas abandonadas do DF, como a W3 Sul, Centro de Ceilândia e Taguatinga. “A isenção do IPTU vai permitir que essa ocupação aconteça, além de garantir a segurança dessas regiões, que estão sofrendo com muitos assaltos e roubos de comércio”, acrescentou.

Outro ponto abordado pelo candidato durante a agenda foi a mobilidade da região de

Taguatinga. Grass destacou que há muitos engarrafamentos e que, para acabar com esse problema, vai implementar o Veículo Leve sobre Trilhos. “O VLT será implementado nas grandes avenidas, como a Hélio Prates, para desafogar essa região”, pontuou. Além do VLT, o candidato disse que pretende ampliar linhas de ônibus e implementar a tarifa zero.

Sobre o acolhimento da população de rua, Grass prometeu fazer “um grande mutirão da cidadania, colocando cada pessoa no serviço que precisa, com moradia, profissionalização, trabalho e saúde mental”.

DF na liderança nacional do Ideb até 2030

» CARLOS SILVA

Paula Belmonte, candidata ao GDF pelo PSDB, afirmou, ontem, que pretende fazer do Distrito Federal líder nacional no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) até 2030. A declaração foi dada durante reunião com a diretoria do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), quando a tucana apresentou propostas para a educação pública e ouviu reivindicações da categoria.

Paula também prometeu tratar a educação como uma das prioridades de uma eventual gestão.

“Precisamos mudar. Serei uma governadora que vai tratar a educação com muita responsabilidade, como a pérola do governo”, disse a candidata.

Entre as propostas apresentadas aos professores, está a criação de uma mesa permanente de negociação com a categoria. Segundo Paula, o mecanismo seria utilizado para discutir medidas de valorização profissional e avançar no cumprimento do Plano Distrital de Educação.

A pauta salarial também esteve entre os temas do encontro. A categoria reivindica reajuste de 19,8% como parte das negociações pela

valorização dos profissionais da educação. Paula defendeu, ainda, a contratação de novos professores para a rede pública. A proposta inclui a nomeação de candidatos aprovados no concurso realizado em 2022 e a abertura de um novo certame para ampliar o número de servidores efetivos e reduzir o déficit de profissionais.

Durante a reunião, Paula mencionou a própria trajetória na rede pública de ensino para defender investimentos no setor. “Eu sou fruto de escola pública e realmente acredito que a mudança da nossa cidade e do nosso país somente será por meio da educação”, afirmou.

Luís Tajés/ Comunicação Paula Belmonte



Paula Belmonte propôs a criação de uma mesa permanente de negociação

Confira as agendas de hoje

CELINA LEÃO (PP):

8h | Café da manhã com funcionários da Star Móveis
9h15 | Café com política, auditores fiscais da Receita do Distrito Federal
19h30 | Debate

JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSD):

8h30 | Sabatina Abrasco
9h30 | Entrevista com o Sindicato de Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental (PPGG)
15h30 | Carreata na Estrutural
19h30 | Debate

LEANDRO GRASS (PT):

7h | Panfletagem na Rodoviária
10h30 | Assinatura da Carta Compromisso do Observatório Social de Brasília
11h30 | Gravação do Podcast PODCHICO
12h30 | Almoço com empresários de bares e

restaurantes | ABRASEL
19h30 | Debate

PAULA BELMONTE (PSDB):

19h30 | Debate

KIKO CAPUTO (Novo):

6h | Caminhada no Ceasa
8h | Caminhada na feira local da 109 Norte
9h30 | Reunião com a AGU
19h30 | Debate

RICARDO CAPPELLI (PSB):

10h15 | Sabatina na TV Bandeirantes
15h30 | Gravação de vídeos para redes sociais.
19h30 | Debate

SAMARA MINEIRO (UP):

9h | Assembleia dos psicólogos de trânsito do Detran

11h | Diálogo com bancários da Caixa Econômica que estarão em assembleia
14h | Encontro com o Sinpro/DF para apresentação das demandas da categoria

PROFESSOR ROBSON (PSTU):

12h | Panfletagem no CEMAB de Taguatinga

RICO PINHEIRO (PRTB):

6h | Escuta e diálogo com a população na Rodoviária do Plano Piloto
10h | Escuta e diálogo com a população no Centro Comercial de Planaltina
15h | Encontro com o bispo Pablo Rodrigues e evangélicos em Planaltina

EXPEDITO MENDONÇA (PCO):

12h | Ato em apoio à campanha salarial dos bancários e em defesa do BRB no Setor Bancário Sul

17h30 | Panfletagem na Rodoviária do Plano Piloto
19h | Reunião do Comitê Eleitoral

ELISSON FERREIRA (Agir):

7h | Encontro com população na Rodoviária do Plano
8h36 | Reunião com apoiadores do comércio no Conic
9h36 | Assinatura de termo de compromisso e carta à população de Brasília, com apoiadores da Asa Sul
10h15 | Encontro com tema de saúde mental em Águas Claras
12h15 | Almoço com setor produtivo e empresários locais do DF, na Asa Sul
14h36 | Encontro com representantes de feiras alternativas do DF, na Asa Sul
15h36 | Reunião com apoiadores e recebimento de pedidos e demandas do plano Recomeça Brasília
18h36 | Encontro com moradores e comerciantes, na Estrutural
20h | Debate



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Catar pitangas

A minha fruta preferida, ou melhor, uma das minhas frutas preferidas é a pitanga, essa preciosidade brasileiríssima, nativa da Mata Atlântica. Gosto de olhar, de catar e de comer a frutinha vermelha. Existem muitas pitangueiras espalhadas pelas superquadras.

Já catei muito quando morava no Plano Piloto e, agora, cato no quintal de minha casa em uma árvore do

condomínio onde moro. É muito diferente colher frutas das árvores e comprar no supermercado. Ao catar nas árvores, a sensação é de ser brindado por uma dádiva.

O maestro Levino Alcântara conta uma história insólita sobre a sede da Escola de Música de Brasília. No fim da década de 1960, ele passava pela L2 Sul, avistou um terreno amplo e bateu-lhe uma intuição fulminante: “É muito bom para a Escola de Música, vou invadir”. E, para tomar posse, lembrou-se do Recife e resolveu demarcar o território plantando mudas de pitangas.

Em frente, ele improvisou uma placa com a indicação: “Escola de Música

de Brasília”. Muitas décadas depois, perguntei ao maestro como pensava a questão da legalidade do seu ato e ele me respondeu, bem-humorado: “Eu não invadi para mim. Invadi para a música e para a cultura de Brasília. Invadi para o próprio governo”. Eram tempos de faroeste caboclo, mas, graças à audácia e ao amor à cultura de Levino, temos a Escola de Música de Brasília.

Pouco antes da pandemia, a vizinha resolveu construir uma casa, no terreno ao lado. Havia diversas árvores frutíferas no limite dos dois lotes e decidimos, de comum acordo, cortar algumas, pois impediam a construção de um muro. Tentei explicar a situação a

meus dois netos, Aurora, então, com 8 anos, e Judá, de 4. A princípio, imaginei que entenderam, mas quando viam a ação devastadora da motosserra, ficaram indignados.

Olhavam a cena aflitos, com os olhos grudados na porta de vidro. A certa altura dos acontecimentos, Aurora me procurou e pediu o celular emprestado. Perguntei para que e ela respondeu: “Vou ligar para o 190 e chamar a polícia”. Para uma criança, derrubar uma árvore é sempre um crime, não importa a razão.

Mas o fato é que a pitangueira ficou em uma área do nosso lado e foi poupada. Ela deixou de produzir frutos durante um período. Não sei se por causa da poda nas

outras árvores e do arejamento para receber os raios do sol, voltou com fulgor e com uma safra renovada de frutinhas vermelhas. Aurora e Judá fizeram uma festa, é algo inesquecível para uma criança.

A poeta gaúcha-brasiliense Maria Lúcia Verdi fez um lindo poema para celebrar o ato prosaico de apreciar pitangas. O poema contempla, a um só tempo, os prazeres de ver, de colher e de degustar as frutinhas vermelhas. Sigamos a trilha de Verdi: “Catar pitangas, mais que colher/catar primeiro com o olhar/ o tom certo do maduro/buscar a que se desprenderá ao mais leve toque, quase so-pro/não ser enganado pela luz — a madureza, às vezes/questão de ângulo”.



» Podcast do Correio | ALEXANDRE PATURY | SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gestor falou sobre o programa DF 360 em 4 de outubro, combate ao feminicídio e ações com pessoas em situação de rua

Vigilância integrada no dia do voto

» CARLOS SILVA

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Alexandre Patury, afirmou que a integração da tecnologia e da inteligência com vários órgãos públicos será o principal instrumento da pasta para garantir a segurança nas eleições de outubro. Em entrevista ao Podcast do Correio, ele detalhou o módulo eleitoral do DF 360, defendeu a prevenção como estratégia de combate ao feminicídio e falou sobre as ações do governo diante

do aumento de episódios envolvendo pessoas em situação de rua.

O que a Secretaria preparou para garantir a tranquilidade das eleições agora em outubro?

O DF 360 já funciona hoje com quase 14 mil câmeras de identificação facial, cercamento virtual das placas dos carros, mais de 1.300 radares associados em todas as regiões administrativas. Só que é um ecossistema, então consegue embarcar várias outras aplicações. Por exemplo, neste período de incêndios, usamos mapa por satélite,

câmeras térmicas, drones e criamos agora um módulo específico de eleições. Lá estão mapeados todos os pontos onde ocorrerão as votações.

Na prática, de que forma o DF 360 pode coibir práticas ilegais durante a eleição?

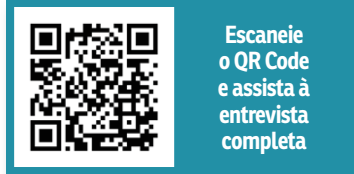
Além da competência e da atribuição de cada órgão que estará na rua nesse dia específico, a Justiça Eleitoral também está participando junto com a gente na célula de inteligência. Naquele momento em que constatamos alguma coisa, seja pela câmera do 360, seja pelo drone, por

exemplo, uma boca de urna, distribuição de santinho, transporte irregular e por aí vai, a pessoa responsável pela inteligência vai direcionar para que o órgão faça a prisão, a autuação, o inquérito e por aí vai. A presença de todos nós juntos facilita, porque até aquele momento em que você fica titubeando, dizendo “Poxa, (a ocorrência) é minha? É tua?”, a informação se perde. O grande mote aqui é a integração.

Tivemos, na segunda-feira, mais um caso de feminicídio. Como o senhor avalia esse cenário e qual tem sido a atuação da Secretaria?

Aqui no DF não tem nenhum criminoso que cometeu feminicídio que não esteja preso ou morto (por autoexterminio). Ninguém quer isso também, mas o fato é: não tem ninguém que não esteja preso. Na polícia judiciária é 100%. As prisões são rápidas, são efetivas, essas pessoas são julgadas e condenadas. O que temos que fazer é antecipar. É buscar o seguinte: na primeira agressão, a polícia ser comunicada. Mais de 60%, 70%, infelizmente, das vítimas de feminicídio nunca comunicaram ao Estado. Temos que fazer uma campanha dizendo: “Olha, não tolere isso, não aceite”. E também uma campanha de educação, porque segurança pública não se resolve com segurança pública. Isso se resolve com educação, isso se resolve com família.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Escaneie o QR Code e assista à entrevista completa

O DF tem enfrentado um desafio grande relacionado a pessoas em situação de rua, inclusive com casos de agressões a moradores. Como a secretaria acompanha esse cenário?

Nós tivemos entre cinco e sete casos em que nós acionamos a saúde para fazer a internação. Qual é o protocolo? Você está diante de uma situação de crime. Quando tem crime, independentemente

de qualquer coisa, essa pessoa vai ser levada para a delegacia. Seja um crime de menor ou de maior potencial ofensivo. Se ele tem uma pena de até dois anos, normalmente assina um termo circunstanciado, e assim estava acontecendo. Quando você visualiza que a pessoa em situação de rua vai assinar ocorrência, vai sumir, vai cometer novamente, mas ela aparentemente tem algum problema de saúde mental, e o delegado/agente, não tem condições, não tem treinamento, não tem qualificação profissional para isso. Ele aciona a saúde, e a saúde avalia se é ou não o caso de internação involuntária.



Prêmio Correio Braziliense CASACOR / BRASÍLIA 2026

Os melhores ambientes merecem o seu voto!

Votação aberta para o Prêmio Correio Braziliense CASACOR Brasília 2026.

Vote nos ambientes que mais te encantaram com criatividade, inovação e emoção na maior mostra de arquitetura, paisagismo e design de interiores de Brasília.



Não perca essa oportunidade ESCOLHA OS SEUS FAVORITOS

Realização:

Produção:



ACIDENTES Colisão na BR-251 deixa dois mortos

» IAGO MAC CORD

A quarta-feira começou com um saldo grave nas rodovias e vias do Distrito Federal. Apenas nas primeiras horas da manhã, o Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF) mobilizou diversas equipes para atender a uma sequência de emergências no trânsito, marcada por uma colisão fatal entre um caminhão e uma motocicleta na BR-251, além do tombamento de outra carga na mesma rodovia e de um incêndio veicular na EPNB.

O acidente mais grave ocorreu por volta das 5h na BR-251. A colisão frontal entre um caminhão e uma moto resultou na morte dos dois ocupantes do veículo de duas rodas — o condutor, de 38 anos, e o passageiro, não identificado. As vítimas morreram no local devido ao impacto.

O CBMDF deslocou três viaturas de resgate para a cena. A Polícia Militar (PMDF) e a Polícia Civil (PCDF) foram acionadas para isolar a área e realizar a perícia que determinará a dinâmica do choque. Não foram divulgadas informações sobre o estado de saúde do caminhoneiro.

Ainda na BR-251, minutos antes (por volta das 4h58), outro veículo de carga se envolveu em um acidente na altura do km 78, próximo ao Tororó, no sentido São Sebastião. Um caminhão carregado de cebolas capotou

Divulgação / CBMDF



Condutor e passageiro da motocicleta morreram no local

e tombou na pista, mobilizando três viaturas dos bombeiros para o gerenciamento dos riscos e contenção do local. O motorista foi atendido na própria rodovia pela equipe de socorro e dispensou transporte hospitalar.

Na Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB), sentido Taguatinga, as equipes do CBMDF foram acionadas às 5h19 para combater um incêndio em veículo utilitário de cor branca. As chamas foram debeladas na altura do Setor Habitacional IAPI, próximo ao Museu Vivo da Memória Candanga. O motorista conseguiu sair a tempo e não se feriu.

A série de ocorrências na capital se soma a um atropelamento

registrado na manhã de terça-feira, por volta das 10h30, na Quadra 7 do Jardim Roriz, em Planaltina. Câmeras de segurança registraram o momento em que um ciclista foi atingido por um Fiat Strada ao tentar atravessar a via, sendo arremessado com a força do impacto.

O motorista do carro colidiu contra uma planta no canteiro central e permaneceu no local. O ciclista sofreu fratura exposta e foi encaminhado em estado grave ao hospital regional. O condutor do automóvel realizou o teste do bafômetro, que deu negativo para ingestão de álcool, e prestou depoimento na delegacia após a realização da perícia.



Tente a sua sorte! O homem que vai mais longe é quase sempre aquele que tem coragem de arriscar

Dale Carnegie



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

"Confiança na condução equilibrada do presidente do STF, ministro Edson Fachin", afirma CNC

O setor produtivo acompanha com atenção os desdobramentos da atual crise institucional envolvendo o STF. Diversas entidades empresariais se manifestaram ontem diante do aumento do nível de tensão entre ministros do Supremo. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) afirmou que a estabilidade jurídica é pilar indispensável para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país. "A CNC manifesta sua confiança na condução equilibrada do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, na gestão desses desafios internos", destacou.



Rosinei Coutinho/STF

Conclusão de inquéritos e código de conduta no Judiciário

A entidade reiterou também a necessidade, de forma célere e transparente, da conclusão dos inquéritos em andamento, "assegurando a devida responsabilização e punição dos envolvidos na rigidez da lei". A CNC defende que o próprio Poder Judiciário promova uma profunda autoavaliação, aprimorando mecanismos internos de autorregulação — como o fortalecimento do código de conduta. "A eficiência dos órgãos de correção e o constante aperfeiçoamento de seus ritos procedimentais são iniciativas que reforçam a legitimidade e a confiança pública nas decisões da Corte", reforçou.

Antigo Clube do Servidor será reaberto como Centro Cultural do Senado

Espaço simbólico de Brasília, fechado há quase 30 anos, o antigo Clube do Servidor Público, às margens do Lago Paranoá, conhecido por gerações de brasilienses por sua arquitetura marcante e pela intensa atividade social, será reaberto em dezembro de 2026 como Senado Cultural. O projeto está transformando a área de 80 mil m² em um novo centro cultural, educativo e de convivência, ampliando a presença do Senado para além da atividade legislativa e devolvendo à população um espaço histórico da cidade. O conjunto arquitetônico terá a fachada de colunatas brancas ovais, as varandas, o sistema construtivo, as esquadrias originais e os revestimentos de mármore preservados. O projeto

Saulo Cruz/Agência Senado



original é do engenheiro civil e arquiteto Armando Favato (1921-2018). Mais tarde, o arquiteto modernista Carlos Henrique de Oliveira Porto (1905-1981) fez ampliações após o espaço se tornar a sede do Clube do Servidor Público.

Galeria dedicada a artistas do DF

O Centro Cultural contará com áreas para exposições, espaços de convivência e programação cultural, além de reservar um papel de destaque para artistas de todas as regiões do país e uma galeria dedicada exclusivamente à produção artística do Distrito Federal.

Mais envolvimento com a comunidade

"É um projeto ambicioso, mas é um projeto que mostra a vocação de servir a comunidade de uma outra maneira. O Senado Federal sempre serve a comunidade e a sociedade por meio da sua atividade-fim. Agora, ele vai servir também por meio de um centro cultural", disse Ilana Trombka, diretora-geral do Senado.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Wallace Martins/STF

Entidades empresariais cobram ética e apuração de crise no STF

Assinado pela CACB, CNC, CNI, Fiesp, Facesp, Faesp e Fecomercio-SP e outras entidades representativas do setor produtivo, manifesto do setor empresarial diz que "não há Estado de Direito sem juízes acima de qualquer suspeita". Cobraram que o Supremo Tribunal Federal (STF) examine, em sessão pública e com urgência, os fatos relacionados à crise na alta Corte do Judiciário brasileiro. O texto destaca que o Brasil atravessa uma crise institucional de extrema gravidade e que o epicentro é o STF. "Não se trata de um ruído passageiro", afirma o manifesto.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Celebração de 80 anos do Sesc

Caetano Veloso será a grande estrela, no próximo domingo, da celebração dos 80 anos da atuação do Sesc Nacional. O show em Brasília faz parte das comemorações da entidade em todo o país. Os brasilienses Ju Marques e Dillo D'Araújo vão abrir a festa gratuita das 17h às 22h, ao lado do Ginásio de Esportes do Taguaparque.

Encontro empresarial para esclarecer split payment

A CACB e a ACSP, em parceria com a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fin), promovem hoje um encontro para tratar de Reforma Tributária, mais especificamente sobre split payment. O evento, em Brasília, terá a presença de Cristiane Coelho, diretora-presidente da Fin, para um diálogo focado no mecanismo de separação de impostos que está sendo construído. Com mediação do vice-presidente jurídico, Anderson Trautman, e da advogada do Conselho Tributário da ACSP Mírian Lavocat, o encontro vai



Redes sociais

orientar empresas a se prepararem para os novos processos de arrecadação de impostos.

Calendário

A Receita Federal confirmou que o split payment (recolhimento automático dos tributos) só deve se tornar obrigatório para operações entre empresas, chamadas de "business to business" (B2B), a partir de 2028. O mecanismo direcionará automaticamente parte dos pagamentos à Receita Federal no momento da transação. Hoje, o intervalo entre o recebimento da venda e o recolhimento dos tributos pode ser usado pelas empresas como capital de giro. Isso não será mais possível com o split payment.

INVESTIGAÇÃO/ Menina de 13 anos fugiu de casa, em Anápolis (GO), no domingo, com um homem que conheceu na rede Discord. Ele foi preso em flagrante por estupro de vulnerável e cárcere privado

Adolescente é libertada

» DARCIANNE DIOGO

Uma adolescente de 13 anos que estava desaparecida depois de fugir de casa com um homem que conheceu no Discord foi encontrada ontem por policiais civis de Anápolis (GO). A menina havia sumido na madrugada do último domingo. A Polícia Civil de Goiás (PCGO) confirmou que o suspeito, de 19 anos, foi preso em flagrante por estupro de vulnerável e cárcere privado.

A adolescente mora com o pai na cidade goiana. No domingo, antes de fugir, deixou uma carta endereçada à irmã. Na mensagem, relatava a intenção de ir embora com uma pessoa que "amava". "Provavelmente, eu estou muito longe agora. Eu amo você e o pai. Amo muito. Essa decisão que eu tomei foi difícil, muito. Escuta as músicas que eu escutava com você. Não sei

se eu vou voltar", escreveu.

Em uma força-tarefa, equipes da investigação colheram elementos para encontrar o paradeiro da menina. Ao **Correio**, o pai da menina confirmou que a filha foi encontrada em Anápolis. Afirmou nunca ter visto o rapaz. "Sei que ele se chama Gabriel e tem 19 anos". Por fim, comemorou o retorno da filha: "Graças a Deus".

Plataforma

Em mensagens enviadas à família da adolescente, uma amiga relatou que ela confessou estar conversando com um homem que teria 28 anos e que fugiria de casa. Na conversa, a colega detalha ainda que tentou fazer a menina mudar de ideia, mas ela não ouviu. Segundo contou a adolescente à amiga, o rapaz a teria convidado para morar no Canadá, e os dois se conheceram via aplicativo Discord.



Rieber Sales/CB

O Discord é uma plataforma de comunicação digital gratuita que permite conversas por texto, voz e vídeo. Especialistas apontam que a rede social tem sido usada para a transmissão ao vivo de crimes bárbaros. Em 12 de agosto, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) determinou que o Discord suspendesse as funcionalidades de transmissão ao vivo e o compartilhamento de vídeos no Brasil.

ABUSO

Preso ao tentar aliciar criança

Um homem em situação de rua foi preso em flagrante pela Polícia Militar (PMDF) depois de oferecer dinheiro para um menino de 8 anos para que a criança fosse ao banheiro com ele. O caso ocorreu na QE 56 do Guará 2, na última terça-feira.

Testemunhas foram as responsáveis por acionar a polícia após presenciarem a cena. As equipes do 4º Batalhão do Guará chegaram ao local e encontraram o suspeito sentado em uma calçada, aparentemente sob efeito de bebida alcoólica.

A mãe e o menino relataram aos policiais sobre o ocorrido e foram encaminhadas à 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul), onde o caso foi registrado. Posteriormente,

a ocorrência foi transferida para a 4ª DP (Guará 2), mas não foi possível uma apuração porque testemunhas não se apresentaram.

O protocolo de internação involuntária foi acionado, mas as equipes de saúde constataram que o homem estava bêbado. O nome dele não foi divulgado.

Nas redes sociais, internautas relataram que o homem já trabalhou em diversas obras de construção no Guará e tem problemas sérios com alcoolismo. "Ele anda direto aqui na QE 44. Como que pode a gente olhar e não perceber a índole da pessoa", queixou-se um rapaz no Instagram. O caso é investigado pela Polícia Civil como imputação sexual. (DD)

Obituário / Sepultamentos realizados em 9 de setembro de 2026

» Campo da Esperança

Áurea Araújo da Cruz, 95 anos
Fabiano Bernades Alves, 71 anos
Francisco Luiz Pereira, 100 anos
Glênio Reis Mesquita, 66 anos
Inês do Nascimento Maria, 83 anos
Izabel Theresa Guimarães Alves, 97 anos
Lidiane Gomes de Souza Alves, 50 anos
Lucas de Araújo Sobrinho, 21 anos
Luzia Pinheiro de Carvalho, 91 anos
Magnólia Nunes Soares, 57 anos
Maria Bento Barbosa, 87 anos
Maria Gomes Azevedo, 81 anos
Maria José de Oliveira, 101 anos
Maria José Rodrigues, 58 anos
Martinha das Neves Bezerra, 85 anos
Terezinha Antônia de Oliveira, 90 anos

» Taguatinga

Erundina Alves de Andrade, 86 anos

Esdras Soares de Moraes, 62 anos
Francisca de Almeida Silva, 97 anos
José Jorge da Silva, 81 anos
José Possidônio de Oliveira, 97 anos
Luciene Vieira de Souza Camargos, 43 anos
Madalena Rodrigues Ramalho, 68 anos
Otávio Cabral da Silva, 63 anos
Patrícia Teixeira Diniz, 40 anos
Roberto Ariel dos Santos Silva, 20 anos

» Gama

Brasiliano Alves da Silva, 72 anos
Evaristo Felix da Silva, 87 anos
Francisco Valberto Leal de Castro, 62 anos
Ivaldo Leite da Silva, 76 anos
Maria de Fátima Pires Ferreira, 62 anos
Renan Domingos Silva, 35 anos

» Planaltina

Amaro André da Silva, 78 anos

Carlos Alberto Ferreira Santos, 73 anos
Zacarias Ramos de Lacerda, 76 anos

» Brazlândia

Eduardo Francisco da Silva, 74 anos
Nair Tolentino da Silva, 83 anos

» Sobradinho

Geralda Luisa Ferreira Martins, 91 anos
Guiomar Gomes de Miranda, 56 anos
Maria Elisa Barbosa, 82 anos
Valmir Batista de Souza, 62 anos
Zélia Maria Dias Rodrigues, 85 anos

» Jardim Metropolitano

Ivanaldo de Souza Silva, 51 anos
José Tomé, 79 anos
Sibiane Rebeca Guedes Godinho, 50 anos (cremação)



SGB
SERVIÇO GEOLOGICO DO BRASIL - CPRM

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Edital de Convocação

Na forma do Estatuto Social e Legislação vigente, convocamos os Senhores Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, dia 23 de setembro de 2026, às 14 horas, na Sede da Companhia, localizada no Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H, 5º Andar, Edifício Central Brasília, Brasília – DF, a fim de deliberar sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

a) Eleição de Julevânia Alves Olegário, como membro titular do Conselho Fiscal, indicada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, na vaga aberta pela renúncia de Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, ocupada temporariamente pela suplente Juliette Queiroz Monsá;

b) Eleição de Morgana Viott, como membro titular do Conselho Fiscal, indicada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, em substituição a Isabela Sales Vieira;

c) Eleição de Clarissa Malinverni Barbosa Cintra de Souza como membro do Conselho de Administração, indicada pelo Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI, na vaga aberta pela renúncia de Carla de Paiva Bezerra;

d) Eleição de Paulo Roberto Bastos Leite, como membro indicado pelos empregados para representá-los no Conselho de Administração, em substituição à Janaina Simone Neves Miranda.

O acionista que desejar ser representado na referida Assembleia Geral deverá depositar a procuração com poderes especiais na Sede da Companhia, até às 14 horas do dia 22 de setembro de 2026, conforme estabelece o artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral estão disponíveis para consulta na Sede da Companhia. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento pode ser encaminhada para o endereço de e-mail seger@sbg.gov.br.

Brasília, 03 de setembro de 2026
DENIS DE MOURA SOARES
Presidente do Conselho de Administração

Migrantes e refugiados encontram no aprendizado da língua portuguesa uma ponte para a autonomia e o trabalho. Projeto gratuito da Universidade Católica (UCB) ofereceu fluência a 545 estrangeiros desde 2019

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Na foto, Lina Moore, Renata Araújo, Wendy Johana e Luiz Henrique (da esquerda para a direita)

Acolhimento pelo idioma

» VITÓRIA TORRES

O idioma muda a vida das pessoas: aprender a língua do país onde vive significa conseguir se comunicar, adaptar e construir uma nova vida. A colombiana Wendy Johana Velasco, 30 anos, chegou ao Brasil em 2022 com uma bolsa para fazer o doutorado em ciências genômicas e biotecnologia na Universidade Católica de Brasília (UCB). Bióloga, ela estava pronta para se empenhar na pesquisa, mas descobriu que antes precisaria vencer outro obstáculo: o português. “Cheguei sem saber falar nada. Eu não conseguia assistir às aulas”, conta. Durante seis meses, precisou deixar temporariamente as atividades acadêmicas para se dedicar ao aprendizado do idioma. “Eu não sabia nem falar ‘oi’”, recorda. Hoje, a realidade é outra. A pesquisadora orienta dois alunos de graduação no laboratório de iniciação científica e vê no português uma ferramenta que mudou sua rotina. A história de Chrystell Esperant, 39, começou com o mesmo desafio. Haitiana, ela chegou em 2018 para passar as férias. O plano era voltar, mas o país que conhecia apenas pela televisão, assistindo aos jogos de futebol, acabou se tornando sua casa. “Quando criança, o Brasil era o meu time preferido. Coloquei na cabeça que, um dia, iria conhecer o país”, relata Chrystell, que estudou durante dois anos e, hoje, trabalhando como agente de aeroporto e morando no Novo Gama (GO), afirma se considerar 70% fluente. “Cheguei a um país completamente diferente. Eu precisava me adaptar, porque eu queria ficar aqui, eu gosto daqui”, reforça.

“Cheguei sem saber falar nada. Eu não conseguia assistir às aulas”
Wendy Johana Velasco, bióloga colombiana



Histórias como as de Wendy e Chrystell foram possíveis por meio do Projeto Língua Portuguesa para Migrantes e Refugiados, da UCB. Oferecido gratuitamente a cada semestre, o objetivo é dar dignidade, inclusão e cidadania por meio da educação, além de ampliar as oportunidades de trabalho para estrangeiros. Mais do que ensinar regras gramaticais e vocabulário, o projeto ajuda a enfrentar situações cotidianas, acadêmicas e profissionais. Os participantes são preparados para o exame de proficiência em português e recebem um certificado reconhecido pelo Ministério da Justiça, documento que pode ser utilizado no processo de naturalização brasileira e contribuir para a inserção no mercado de trabalho. Desde 2019, o projeto aprovou 545 migrantes e refugiados. Para Wendy, aprender português significou conseguir transformar conhecimento em troca. Hoje, ela trabalha com bactérias resistentes responsáveis pela mastite bovina e busca novas alternativas de tratamento. A intenção é adquirir conhecimento no Brasil para levar à Colômbia. “Aprender português mudou tudo na minha vida!”, resume. Já Chrystell enxerga a língua como uma porta de entrada para um país que escolheu chamar de casa. “É um projeto muito bacana e que acolhe o estrangeiro”, afirma.

Trabalho voluntário

A iniciativa também aproxima os estudantes da UCB dessa realidade ao oferecer a oportunidade de atuar como professores voluntários. Estudantes de relações internacionais da UCB, Lina Moore, 21, e Renata Araújo, 19, vivem a experiência há alguns meses com o desejo de ajudar. Elas passaram por uma capacitação antes de assumir as aulas. As turmas são organizadas de acordo com o nível de compreensão do português, de acordo com o nível de compreensão dos participantes também é estimulada em atividades coletivas. Para Renata, a experiência vai muito além do ensino da língua. “É uma iniciativa muito bonita. O que eles nos pedem é apenas que a gente tenha disposição e vontade para transmitir o conhecimento e disponibilidade”, afirma. A troca acontece nos dois sentidos. Um dos momentos que mais a marcou foi quando um dos alunos assumiu o papel de ensinar. Ela lembra que o estudante escreveu os nomes das professoras em sua própria língua.



“É uma forma de conseguir se conectar com empresas para arrumar trabalho ou, por exemplo, ir a um restaurante e conseguir pedir um prato”
Luiz Henrique, coordenador de Extensão Universitária da UCB

“Ele parecia muito feliz de nos mostrar como ele também tinha coisas para ensinar para a gente”, relata. Lina guarda na memória momentos de aproximação com os alunos. Em uma das aulas, eles se sentaram em roda e começaram a comentar sobre as comidas típicas de seus países. “Eles estavam com vergonha. Tinha que tentar falar em português e foi muito legal. Eu gosto de conhecer a rotina que as pessoas têm nos seus diferentes países e foi um momento de muita conexão”, diz. A oportunidade de atuar como professora voluntária também amplia a formação das estudantes. Lina conta que entrou no projeto inicialmente por interesse pessoal, mas percebeu que a experiência também contribuiu para o currículo. “Você sai de estudante e vira professor”, resume. Segundo ela, a vivência demonstra habilidades valorizadas no mercado, como adaptação e capacidade de aprender. O coordenador de Extensão Universitária da UCB, Luiz Henrique, sublinha que a proposta nasceu há mais de 15 anos justamente para ajudar quem chega ao Brasil a construir vínculos e conquistar autonomia. “A preocupação era proporcionar às pessoas a possibilidade de melhor socialização dentro da nossa sociedade”, explica. Segundo o coordenador, aprender português significa, também, conseguir realizar tarefas simples do cotidiano. “É uma forma de conseguir se conectar com empresas para arrumar trabalho ou, por exemplo, ir a um restaurante e conseguir pedir um prato”, exemplifica. A formação tem duração mínima de um semestre letivo e, entre os pré-requisitos, está a participação presencial.

EU ESTUDANTE
acompanhe a cobertura on-line no site:
www.correioabraziliense.com.br/euestudante

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176



LUIZ ROBERTO MAGALHÃES
ESPECIAL PARA O CORREIO

Existem histórias reais tão inspiradoras que, quando levadas à luz da razão e confrontadas com as probabilidades, são tão incríveis e improváveis que dificilmente seriam imaginadas mesmo pelos melhores escritores ou roteiristas. A vida de Gustavo Kuerten, que hoje celebra seus 50 anos, é um desses casos e poderia facilmente ter saído de um filme da Disney.

Nascido em Florianópolis em 10 de setembro de 1976, Guga, como viria ser conhecido mundialmente, sofreu muito cedo um golpe do destino que mudaria sua existência para sempre. Aos 8 anos, ele e sua família se despediram de forma definitiva de seu pai, Aldo Kuerten, um entusiasta do tênis, vitimado aos 41 anos por um infarto fulminante enquanto atuava, em 1985, em Curitiba, como árbitro em uma partida do esporte que tanto amava.

Antes de partir, Aldo havia feito um pedido a um amigo, o treinador Larri Passos, para que treinasse Guga. A morte de Aldo reforçou em Larri a promessa feita a Aldo e, a partir dali, Larri e Guga se uniram em laço que iria muito além do tênis. A história da dupla os levaria, na década seguinte, a uma das façanhas mais surpreendentes da história do centenário esporte das raquetes e bolinhas amarelas.

Para entender a real dimensão do que Gustavo Kuerten e Larri Passos

protagonizaram em Roland Garros em 1997 é preciso entender um pouco a dinâmica do tênis profissional. Para ganhar pontos no ranking da ATP, a Associação de Tenistas Profissionais, os jogadores iniciam suas carreiras disputando torneios da série Future e Challenger, de menor porte, até terem ranking suficiente para disputar os principais eventos do circuito.

O circuito principal é composto pelos ATPs 250, ATPs 500, Masters 1000, o ATP Finals, disputado apenas pelos oito melhores jogadores do ano, e, é claro, pelas joias da coroa, os chamados Grand Slams, o grupo dos quatro principais torneios do tênis, composto pelo Aberto da Austrália, Roland Garros, Wimbledon e US Open.

Os torneios da série Future e Challenger não contam, para efeitos da ATP, como títulos profissionais. Ou seja: não importa quantos troféus um tenista possa ter nesses eventos, para que o item "Títulos" na ATP saia do zero na ficha do tenista na entidade ele precisa vencer, no mínimo, um ATP 250.

Do zero ao título

No final de maio de 1997, quando iniciou sua disputa em Roland Garros, em Paris, Gustavo Kuerten ocupava a posição de número 66 do ranking mundial. E a julgar por seu retrospecto, jamais seria incluído na lista dos possíveis campeões do torneio por nenhum especialista no esporte.

Afinal, até ali, Guga não tinha nenhum título como profissional e, para complicar o cenário, jamais tinha vencido sequer um jogo na chave principal de Roland Garros. Um ano antes, em 1996, ele havia disputado e vencido suas três partidas no torneio qualificatório para o Grand Slam francês, mas acabou derrotado na estreia na chave principal pelo sul-africano Wayne Ferreira por 3 x 0.

Mas o roteiro de seu filme o reservava glórias inimagináveis. E em apenas duas semanas aquele brasileiro magrelo, de cabelo desgrenhado e roupas espalhafatosas sairia do zero para o estrelato mundial.

Batalhas épicas

Embalado pelo título que havia conquistado em um Challenger em Curitiba duas semanas antes do Grand Slam na capital francesa, Guga estreou em Roland Garros naquele fim de maio de 1997 com um belo triunfo por 3 x 0 sobre o tcheco Slava Dosedel. A partir dali, o que o mundo assistiu foi um filme, ou melhor, uma série da Disney sendo escrita jogo a jogo.

Após superar o sueco Jonas Björkman na segunda rodada por 3 x 1, Guga enfrentou seu primeiro batismo de fogo verdadeiro: o confronto contra o austríaco Thomas Muster, então número 5 do mundo, campeão de Roland Garros em 1995, e que ali acumulava 44 títulos na carreira. A partida marcou o primeiro duelo entre os dois. E quem

arriscaria um dólar que fosse em uma aposta em Gustavo Kuerten?

Então, naquele épico 31 de maio de 1997, Gustavo Kuerten travou uma batalha emocionante na quadra central com Thomas Muster e, após levar o jogo para o quinto set e estar perdendo por três games a zero, virou a parcial com direito a 14 aces e conquistou um triunfo que chocou o mundo do esporte.

O cartão de visitas estava dado. Mas vencer uma batalha é uma coisa. Triunfar na guerra é outra completamente diferente...

Mais campeões...

No duelo seguinte, Guga encarou outra pedreira, o ucraniano Andrei Medvedev, então número 20 do ranking, e, novamente em cinco sets, arrancou outra vitória memorável. Kuerten estava nas quartas de final. Para muitos, entretanto, seu conto de fadas estava prestes a terminar. O rival no duelo por uma vaga nas semifinais era ninguém menos do que o russo Yevgeny Kafelnikov, número 3 do mundo e o atual campeão de Roland Garros.

Depois de vencer o primeiro set por 6/2 e perder as parciais seguintes por 7/5 e 6/2, Guga se impôs com um surpreendente 6/0 e, no set decisivo, brilhou por 6/4 para, mais uma vez, despachar um ex-campeão de Roland Garros do torneio e, novamente, chocar Paris e o mundo das raquetes.

A semifinal não foi disputada contra uma estrela. Diante de Guga

Vôlei

Dois jogos, duas vitórias soberanas. O Brasil continua impecável no Sul-Americano de Vôlei Feminino, que vale vaga para os Jogos Olímpicos de Los Angeles-2028. Ontem, um dia após arrasar a Venezuela, as comandadas de José Roberto Guimarães até cometeram alguns erros, mas bateram sem sustos o Peru, parciais de 25/16, 25/16 e 25/15 no Maracanãzinho em jogo com 13 bloqueios. O terceiro adversário será a Colômbia, hoje, às 20h.

TÊNIS

Meio século de uma lenda

Brasil celebra, neste 10 de setembro, os 50 anos de Gustavo Kuerten, um atleta cujo talento, carisma e feitos históricos fizeram de sua vida um roteiro de um filme tão fascinante que dificilmente um escritor ou roteirista seria capaz de imaginar

estava uma outra surpresa, o belga Filip Dewulf, sobre quem Kuerten triunfou por 3 x 1 para se classificar para uma das mais improváveis finais do Grand Slam francês.

Então, em 8 de junho de 1997, Gustavo Kuerten pisou na quadra central de Roland Garros para, pela terceira vez em duas semanas, desafiar um campeão do torneio, na verdade um bicampeão, o espanhol Sergi Bruguera, que havia levantado os troféus naquele mesmo palco em 1993 e 1994.

Guga simplesmente desconsiderou o retrospecto do rival, o nervosismo e a pressão por disputar o jogo mais importante de sua vida diante de milhares de torcedores em Paris e milhões no Brasil que acompanharam a partida pela televisão. De um modo primoroso, Guga venceu por inquestionáveis 3 x 0, com parciais de 6/3, 6/4 e 6/2, e escreveu o emocionante desfecho do improvável e inspirador filme que sua vida lhe havia reservado.

O Brasil e mundo do tênis tinham um novo herói. Um jogador diferente de todos os outros. Um menino magrelo cujo sorriso fácil contrastava com a potência de seus golpes e cujo jeito descolado destoava da determinação que havia mostrado nas últimas duas semanas em Paris.

Rei do mundo

Ao assombroso triunfo em Roland Garros em 1997 somaram-se outros 19 títulos, entre eles mais duas conquistas no mesmo Grand

Slam francês, em 2000 e 2001, e o histórico troféu, em Lisboa, na Masters Cup em 2000, como era chamado o hoje ATP Finals. Esse resultado, com uma vitória gloriosa sobre o norte-americano Andre Agassi na decisão, consagrou Gustavo Kuerten como o melhor jogador do mundo naquele ano e confirmou de forma definitiva sua posição como um dos maiores tenistas de todos os tempos.

Vida longa!

As glórias, os títulos, as proezas nas quadras estão eternizados como capítulos especiais do esporte brasileiro. Para Guga, suas cinco décadas de vida lhe reservaram, depois de todos as conquistas, o desafio de seguir como um ídolo nacional, como marido, como pai, como amigo de quem tem o privilégio de conviver com ele, e como o filho e irmão dedicado que sempre foi.

Guga é um ídolo acessível, que jamais perdeu o sorriso e a simpatia de menino que o fizeram tão querido e respeitado em todo o país. Sua história de sucesso marcou um período especial para uma nação de apaixonados pelo esporte que descobriu no tênis uma emoção diferente e uma nova forma de torcer por um dos seus.

Seus 50 anos merecem ser celebrados com todas as honras por tudo o que representou e ainda representa para o país. Parabéns, Guga! Vida longa ao manezinho da ilha!

ESPORTES

LIBERTADORES Palmeiras cria chances, mas vence LDU apenas por 1 x 0. Decisão será em Quito

Pressão de valor mínimo

O Palmeiras conseguiu vantagem mínima no confronto das quartas de final da Libertadores, ao derrotar a LDU, por 1 x 0, ontem, no Nubank Parque. O esforçado lateral-direito argentino Giay viveu noite inspirada e marcou o único gol da partida, o primeiro em mais de dois anos no clube. Um ano depois da “noite mágica” contra o mesmo rival, o time alviverde apresentou grande volume de jogo e deixou o campo frustrado por ter sido incapaz de construir um placar mais confortável. Foi uma atuação razoável, sem brilho.

Não fez muito o time treinado por Abel Ferreira, mas o suficiente para jogar na altitude de Quito, no Equador, daqui a uma semana, com a vantagem do empate para se classificar às semifinais. Esquema tão venerado pelo português, o sistema com três zagueiros foi escolhido pelo treinador, que considera possível ser muito ofensivo com a trinca de defensores.

Poderia ser um problema porque Piquerez e Giay, os dois laterais, não têm como virtude atacar. Mas o treinador estava certo, em partes, porque Giay, com menos obrigações defensivas, contribuiu como nunca no ataque.

Foi do argentino o gol que abriu o placar, o primeiro em mais de dois anos de Palmeiras, aproveitando rebote como se fosse um atacante. No lance, Vitor Roque, um pouco mais confiante do que em jogos anteriores, finalizou e viu o goleiro espalmar na cabeça do lateral. A finalização de “peixinho” bateu no travessão antes de entrar.

O gol saiu aos 25 minutos. Antes e depois disso, o Palmeiras foi superior. Não muito, mas o suficiente para apertar os equatorianos, visivelmente inferiores tecnicamente e que decidiram encerrar de frente o rival, sem limitar-se a se defender.

A equipe alviverde não fez mais gols na etapa inicial porque falhou nas conclusões e encontrou dificuldades para, mesmo tendo bastante volume de jogo, sufocar a LDU. Chegou perto de ampliar com Arias, que parou em defesa de Valle. O time equatoriano pouco produziu ofensivamente. Ainda assim, recebeu um presente de

Nelson Almeida/AFP



Apenas Giay conseguiu romper a barreira equatoriana no Nubank Parque. Resultado dá ao alviverde direito de jogar pelo empate na volta

Carlos Miguel dentro da área que Estrada não soube aproveitar

O primeiro tempo alviverde foi razoável. Melhor foram os minutos iniciais da segunda etapa. Intenso, o Palmeiras roubou bolas, sufocou a LDU e criou para fazer o segundo. Mas ou Flaco enfeitou demais perto do gol ou Arias não estava com o pé na forma.

O goleiro Valle também fez defesas importantes — a melhor delas em cabeceio de Murilo — e ajudou a esfriar o ímpeto palmeirense a partir dos 25 minutos. Depois disso, o volume foi caindo

em parte por causa do desequilíbrio palmeirense ao atacar. O time fez muito pela direita, com Arias por ali e Giay em noite inspirada. E nada pela esquerda, já que Piquerez e Evangelista nada faziam senão desarmar.

Faltaram também jogadas por dentro, mais articulações entre Vitor Roque, Flaco e Arias e tentativas de trabalhar a bola com seus mais técnicos jogadores. Abel Ferreira preferiu manter o esquema com três zagueiros até o fim e não abriu mão de Evangelista, volante com claras debilidades

técnicas. O treinador mexeu apenas uma vez. O time cansou e seguiu incapaz de fazer mais do que lançar bolas à área.

Apesar da vitória magra, Vitor Roque manteve a esperança de garantir a classificação nos 2.850 metros de altitude de Quito. “Muito feliz pelo jogo e pela vitória. Tentamos um placar maior, mas é trabalhar com muita humildade para decidir na casa deles. Estamos confiantes, temos trabalhado firme com nosso treinador e sabemos como é lá. É tentar sair com a classificação”, prospectou.

Corinthians suporta sufoco

O susto aos três minutos de jogo até poderia indicar um destino diferente, mas o Corinthians conseguiu suportar a pressão imposta pelo Estudiantes para voltar ao Brasil com um importante empate na bagagem. No Estádio Jorge Luis Hirschi, o alvinegro paulista saiu atrás logo no início da partida, mas encontrou forças para se recuperar no segundo tempo e conquistar um valioso 1 x 1 fora de casa.

A resiliência fez o confronto ficar totalmente aberto para a Neo Química Arena. Em São Paulo, quem ganhar no tempo regulamentar fica com a vaga. Nova igualdade leva a disputa aos pênaltis.

Os três minutos foram fundamentais nos dois gols. No primeiro tempo, a zaga falhou em bola aérea, Hugo Souza fez grande defesa no cabeceio de Guido Carrillo, mas não impediu Joaquín Correa de marcar no rebote. O mesmo tempo voltou a ter bola na rede na etapa final. Desta vez, a favor dos paulistas. Kaio César aproveitou passe de Rodrigo Garro para chutar rasteiro na saída de Muslera.

Os dois times tiveram oportunidades importantes para ganharem o jogo. Hugo Souza fez boas defesas para salvar os brasileiros, ineficientes nas oportunidades criadas com Matheuzinho, Garro e Matheus Bidu.

Confiante, Flamengo pega Del Valle em Quito

Depois de assumir a liderança do Campeonato Brasileiro, o Flamengo volta a atenção à Libertadores para dar um passo importante rumo ao pentacampeonato do principal torneio do continente. O time carioca enfrenta o Independiente del Valle, hoje, às 21h30, no Estádio Olímpico Atahualpa, em Quito, no Equador. O jogo de ida das quartas de final tem a altitude de 2.850 metros como um dos principais obstáculos.

O Flamengo viajou na segunda-feira direto de Belém para a capital equatoriana e entra neste confronto após conquistar três vitórias consecutivas no Brasileiro, todas sem sofrer gols. O bom momento aumenta a confiança para buscar um resultado positivo fora de casa e

levar a vantagem para o duelo decisivo, no Rio de Janeiro.

A principal novidade na lista de relacionados do Flamengo é o atacante Gonzalo Plata. Ele voltou a treinar e está à disposição da comissão técnica após negociação frustrada com o Dínamo de Moscou, da Rússia.

O lateral-direito Varela deve assumir a titularidade no lugar de Emerson Royal. O volante Erick Pulgar, reserva no triunfo sobre o Remo, também pode aparecer entre os titulares, ameaçando a vaga de Lucas Paquetá. O técnico Leonardo Jardim destacou que, apesar do grande momento, o Flamengo precisa manter os pés no chão para continuar ganhando jogos e disputando os principais títulos da temporada.

Divulgação/Flamengo



Equipe do técnico Leonardo Jardim aposta na aclimação à altitude

SUL-AMERICANA

Com Gabigol de garçom, Santos bate o Atlético

Em mata-mata tudo é possível, mas o Santos deu um importante passo rumo à semifinal da Copa Sul-Americana ao ganhar bem do Atlético-MG, na Vila Belmiro, por 2 x 0, ontem, graças às assistências de Gabigol. ‘Desencantar’ contra brasileiros em casa deixou o time bem na disputa que será completada na próxima quarta-feira, na Arena MRV. Neymar, machucado, reforçou a torcida nas tribunas e fez enorme festa.

Desde maio que o Santos não ganhava de um time do país na Vila. Em mata-matas, amargava três empates seguidos (Coritiba, Remo e Palmeiras), além de tropeços pelo Brasileiro. Aproveitando

o bom momento vivido com o distanciamento do Z-4 da Série A, a equipe abriu a vantagem buscada e poderá até perder por um gol em Belo Horizonte.

Dono de dois gols, um pênalti sofrido e responsável pela expulsão de Matheus Bahia nos 3 x 2 na casa do Internacional, no domingo, Gabigol voltou a ser decisivo. Desta vez, não anotou, mas viveu noite de garçom ao dar as assistências para os gols de Willian Arão e Oliva.

No primeiro deles, ainda na etapa inicial, Gabigol tocou para Willian Arão mandar às redes. O auxiliar anotou impedimento, mas avaliação do VAR confirmou o gol. No segundo tempo, o goleiro

Gabriel Delfim enfileirava defesas milagrosas, mas nada pôde fazer no giro de Oliva após cruzamento com estilo de Gabigol.

Gabigol foi substituído aplaudido de pé no fim e sorridente, transmitindo a felicidade do grupo e de todos os santistas com a boa vitória diante de um forte oponente.

O placar permite ao Santos perder por até um gol de diferença no duelo da volta para avançar à semifinal da Sul-Americana. Em casa, o Atlético-MG, por outro lado, precisa vencer por três ou mais gols para avançar no tempo regulamentar. Vitória dos mineiros por dois gols de diferença força a decisão nos pênaltis.

Miguel Schincariol/AFP



Com a lesão de Neymar, camisa nove assumiu o protagonismo no Peixe

SELEÇÃO

Rafael Ribeiro/CBF



“Endrick será um jogador importante para a Seleção”, cravou Carlo Ancelotti

Carlo Ancelotti unge Endrick dono da nove

MARCOS PAULO LIMA
ENVIADO ESPECIAL

Rio de Janeiro — Em tempos de eleições gerais no Brasil, Carlo Ancelotti inicia o ciclo para a Copa de 2030 com a popularidade abalada depois da eliminação nas oitavas de final contra a Noruega em 2026. No entanto, o candidato reeleito a levar o Brasil ao hexa sabe usar o palanque da CBF para fazer promessas de campanha. Uma delas é a consolidação do brasileiro Endrick como referência do ataque da Seleção.

De 2023 a 2026, o Brasil testou quase 15 centroavantes, o popular camisa 9. Houve um entra e sai sob a batuta de Ramon Menezes, Fernando Diniz, Dorival Júnior e Carlo Ancelotti e ninguém se firmou. Quando a Copa começou, o torcedor pensava que o titular contra Marrocos seria Matheus Cunha e o escolhido de última hora foi o brasileiro Igor Thiago, um dos ausentes na lista anunciada ontem para os amistosos contra a Austrália e a Índia em 25 e 29 de outubro, na Oceania, e em 3 de outubro, contra a Índia, em Calcutá.

Questionado pelo **Correio** se continuará fazendo testes ou dará sequência ao ungido, Ancelotti se rendeu a Endrick. “Testamos muitos centroavantes neste ano. Agora, acredito que a situação esteja um pouco mais clara para todos. Acho que Endrick será um jogador importante para a Seleção no futuro”, afirmou Carlo Ancelotti.

O técnico esteve com Endrick semana passada no CT do Real Madrid. O craque agradeceu. “Não vejo a hora de voltar a jogar pela Seleção”, publicou um dos dos nove remanescentes da Copa de 2026. Pedro e João Pedro concorrem com ele.

***O repórter viajou a convite da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)**

Convocados

Goleiros: Hugo Souza (Corinthians), Pedro Morischo (Coritiba) e Otávio (Cruzeiro)

Defensores: Arthur Dias (Athletico Paranaense), Douglas Santos (Zenit), Gabriel Magalhães (Arsenal), Jair (Nottingham Forest), Marquinhos (PSG), Matheuzinho (Corinthians), Mauro Júnior (PSV), Vitor Reis (Manchester City) e Wesley (Roma).

Meias: Andrey Santos (Manchester United), Breno Bidon (Corinthians), Bruno Guimarães (Arsenal), Danilo (Botafogo), Douglas Luiz (Juventus) e Gabriel Bonfante (Santos)

Atacantes: Endrick (Real Madrid), Estevão (Chelsea), João Pedro (Chelsea), Pedro (Flamengo), Raphinha (Barcelona), Ryan (Bournemouth), Samuel Lino (Flamengo) e Vinícius Júnior (Real Madrid)

Agenda

25/9 – Austrália x Brasil, 7h, em Townsville

29/9 – Austrália x Brasil, 7h, em Brisbane

3/10 – Índia x Brasil, 11h, em Calcutá

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Nova em Virgem. Com o ingresso de Vênus em Escorpião e de Mercúrio em Libra finaliza o período de intransigência e podemos voltar todos às mesas de negociação encontrando margem de manobra para fazermos concessões assim como também boa vontade da parte das pessoas com que negociarmos, para encontrar os pontos em comum que fazem a delícia dos relacionamentos. É bom notar que nossa humanidade, racional e inteligente, especula negociações o tempo inteiro na mente, e as aplica a qualquer âmbito, inclusive onde moralmente não deveríamos negociar nada, mas sermos espontâneos, como é o caso dos afetos. O dinheiro não é a mãe das negociações humanas, ele foi inventado como resultado de nossa humanidade negociar absolutamente tudo, buscando vantagem, mas também equilíbrio, na melhor das hipóteses.

 ÁRIES
21/03 a 20/04

O cenário é de alta complexidade e seria melhor você o administrar com realismo, deixando de lado quaisquer traços de ingenuidade, imaginando que daria conta de tudo sem problemas. Prefira o realismo dessa vez.

 TOURO
21/04 a 20/05

Fazer o que você quer não é algo que deva depender das circunstâncias, mas de sua vontade, porque se somente houver o desejo, mas não a boa vontade para tanto, o tempo passa e nada acontece. Melhor não.

 GÊMEOS
21/05 a 20/06

Ainda que continue havendo situações que impedem sua decolagem na direção do futuro, mesmo assim continue também tentando, porque a qualquer momento os impedimentos desaparecerão e aí será só alegria. Em frente.

 CÂNCER
21/06 a 21/07

Conversas que parecem sem importância podem acabar resultando em assuntos valiosos, só que isso vai depender da qualidade das pessoas com que você conversar nesta parte do caminho. Selecione as melhores pessoas.

 LEÃO
22/07 a 22/08

Agora é um ótimo momento para você colocar em marcha os acontecimentos que tenham em vista construir mais segurança e também para consolidar seus interesses. Puxe a sardinha para seu lado, é seu momento.

 VIRGEM
23/08 a 22/09

Tome hoje todas as iniciativas que vêm sendo amadurecidas em seu coração, porque o tempo é a matéria prima do destino e, agora, é quando se torna oportuno colocar em marcha, com atrevimento, o que vem sendo imaginado.

 LIBRA
23/09 a 22/10

Apesar dos receios e temores, seria importante você se atrever a seguir em frente com seus intuitos, porque mesmo que haja a perspectiva de tudo dar errado, você verá, no andar da carruagem, que tudo dá bastante certo.

 ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Há incentivos suficientes para você se sentir no domínio da situação novamente, mas seria sábio não exagerar a dose nesse sentido, porque nem tudo está sob seu domínio, há circunstâncias além de seu alcance.

 SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Faça o que precisar tendo em vista beneficiar as pessoas com que se relaciona, mesmo que para isso você tenha de sacrificar algumas prerrogativas e se dedicar a elas sem a perspectiva de receber gratidão por isso.

 CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Se a ideia for boa, mesmo que não seja apoiada de imediato pelas pessoas que deveriam ajudar, siga em frente assim mesmo, porque sobre a marcha elas perceberão o que perderam e voltarão a se sintonizar direito.

 AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Rompa definitivamente os laços que prendem sua alma a essas ideias pessimistas e angustiantes que povoam a mente. Deixe essas falarem sozinhas, você não lhes preste atenção e as desvalorize por decreto. É assim.

 PEIXES
20/02 a 20/03

Agora é um bom momento para você fazer as propostas que, de tão mirabolantes, em qualquer outra hora seriam frontalmente rejeitadas. É hora de você fazer movimentos mais ousados na busca de construir seu destino.

Divulgação



Bob Vieira, de São Paulo, é uma das atrações do evento

Raízes do Brasil

» JOÃO PEDRO ALVES*

Artistas de diferentes regiões do Brasil se reúnem na Mostra Violas Brasileiras: Da Raiz ao Contemporâneo, que ocorre no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) entre hoje e domingo . A partir de trabalhos autorais, o evento busca apresentar a diversidade da viola caipira ao mesmo tempo em que reforça a importância do instrumento na cultura brasileira.

A proposta surge diante da necessidade de promover a integração entre manifestações que, por vezes, ficam apenas regionalizadas. A mostra faz panorama dos estilos e linguagens que a viola abrange. “A viola revela a diversidade da nossa cultura, como uma colcha de retalhos. Cada região colabora com uma parte”, diz o idealizador da mostra, o produtor cultural Júlio José.

Diante de um sertanejo cada vez mais pop, o evento no CCBB oferece contraponto que remonta às origens da música caipira. O projeto do sertanejo, para Julio, tem forte caráter de entretenimento. “Ele insere a cultura americana do chapéu texano e do fivelão no cinto com letras sem poesia e sem sentimento rural. Nada a ver com as violas brasileiras. Nós lutamos por nossa identidade”, argumenta.

Para Bilora, violeiro de Santa Helena de Minas, a viola caipira representa “patrimônio sentimental do povo brasileiro”. Ele se apresenta hoje, às 19h, com repertório que envolve elementos das toadas, do xote e dos batuques. Do interior de São Paulo, Levi Ramiro traz compilado de 12 álbuns que compôs.

MOSTRA VIOLAS BRASILEIRAS

De hoje a domingo (13/9), no CCBB. Entrada franca, mediante retirada de ingressos no site bb.com.br/cultura ou na bilheteria do CCBB.

Segundo Ramiro, a música de viola é um movimento importante na música brasileira “pelo fato de pessoas de diferentes formações musicais a utilizarem, indo da vanguarda à tradição”.

Hoje, Cássio Nobre e Mestre Aurino, às 21h, também se apresentam. Amanhã, a programação começa às 13h, com a Oficina de Afi nações com Bob Vieira, seguida, às 15h, pelo show da Orquestra Roda de Viola com Dayane dos Reis. Às 16h30, será a vez de Diego Britto e Kauan Alves do Quilombo do Carrapato com Ruiter na percussão; às 18h, do Grupo Victor Batista e Galba; às 19h30, de Levi Ramiro; e, às 21h, de Carol Carneiro.

No domingo (13/8), as apresentações começam às 19h30, com Volmi Batista. O encerramento, às 21h, ficará por conta de Miltinho Edilberto e Duda. Para Bob Vieira, violeiro, compositor e intérprete de Itapetininga (SP), um evento como esse dimensiona as relações da viola com as raízes da história do país. “É um caldeirão musical genuíno e transbordante de belezas sonoras”, define.

*Estagiário sob supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

o amor ao acaso

o amor
feito todo de silêncios
— uma navalha deitada
na língua
logo perderá a boca

o corpo
feito todo de silêncios
— uns esquecimentos precedem
o adeus
que nem mesmo será dito.

Theo G. Alves

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

5				7	1			
							8	4
			8	4				
9					3	8	1	5
1			5					
				6		9		
8		4	2					3
						7		
		2		5				

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Pasta preparada com fruta que possui ação antioxidante	Ceder		Carlos Augusto (?), arquiteto		Tradicional instituição de ensino federal (RJ)		Ver o (?) pegar fogo: assistir passivamente	Dois estados da região Norte do Brasil que Quadro; pintura não fazem divisa
Fabricante de tintas								
Vagão de camping								
							Unidade de medida agrária	
Cometa engano					Marsupial australiano			
Sal, em francês		Nome da oitava letra do alfabeto			Grua natural		Gênero de Djonga (?) Dan-son, ator	
			Mamífero similar ao coelho Até (pop.)					Saco de couro que transporta líquidos
Abertura em blusa ou vestido							Mãe-d'água (Folc.)	
Homem que contra-riu matrimônio			Desapa-recida					
			Embarca-ção de luxo					
						Braço, em inglês		
Urso, em inglês					Marinhei-ro inexpe-riente (pop.)		Ficar (?): ficar irado	
Letra que indica a classe mais alta (Econ.)		Conjectura; hipótese						Marca do Zorro
Carla Akotirene, escritora		Erva-doce; pimpinela						Recruta (bras.)
Prefixo que indica oposição (Gram.)			Sistema da Apple (?) model: modelo				Educação a Dis-tância (sigla)	
Professor (pop.)					Adoles-cente, em inglês			
Despren-didos					Dança polonesa de caráter pomposo			

BANCO 3/arm — sel — top, 4/bear — preã — teen. 5

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIREITAS DE ONTEM

A	F	O	M					
L	P	U	R	P	U	R	I	N
N	E	N	Ç	O	S	E	T	A
S	E	C	B	R	I	M		
C	O	A	X	I	A	L	O	V
D	O	C	E	E	R	R	O	S
	L		C	O	N	T	A	S
B	A	T	A	T	A	S	E	T
F	L	A	M	E	N	G	O	A
L	A	M	U	O	L	H	O	
P	E	T	A	L	A	S	I	R
G	A	V	E	T	A	A	L	M
S	A	C	E	R	D	O	T	E

SUDOKU DE ONTEM

5	6	9	4	2	8	3	7	1
8	1	2	7	5	3	9	4	6
3	7	4	9	6	1	8	2	5
7	2	6	3	8	5	4	1	9
1	8	3	6	4	9	2	5	7
9	4	5	2	1	7	6	8	3
6	5	7	8	3	4	1	9	2
2	9	8	1	7	6	5	3	4
4	3	1	5	9	2	7	6	8

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.



>>> WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR



Siga a gente nas redes sociais:

 coquetel  editoraCoquetel

Diversão & Arte

Divulgação



Amadeo é um jovem preto que inventa a câmera fotográfica antes dos europeus

A cidade se vê no cinema

» ISABELA BERROGAIN

Na 59ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, que começa amanhã, o evento celebra um novo recorde. Neste ano, foram quase 2 mil títulos inscritos para a programação que celebra o melhor do audiovisual nacional. Entre ficções, documentários e animações, quatro longas e oito curtas estrelam a seleção voltada para produção local, exibidos de segunda a sexta, no Cine Brasília, Complexo Cultural de Planaltina, Campus da Universidade Católica em Taguatinga e Cine Cultura Liberty Mall. Os ganhadores serão anunciados durante a cerimônia de encerramento, em 19 de setembro, e podem embolsar um total de R\$ 298 mil em prêmios.

Na segunda, o longa que abre a Mostra é Amadeo e o hipotético mundo novo, animação de Edu Felistoque e Brenda Lígia. No Brasil escravocrata do século 19, Amadeo é um jovem preto que inventa a câmera fotográfica antes dos europeus e usa da criação para ajudar na libertação dos escravizados da fazenda de um poderoso barão. “Onde estão, na história, as imagens das pessoas pretas de mentes brilhantes? De cientistas, inventores, escritores, e políticos de pele preta? Foram apagados ou seus feitos não foram registrados”, lamenta o diretor.

No filme, adianta Felistoque, a ficção é utilizada para recontar uma história alternativa, questionando “como seria o hoje se tivéssemos feito a coisa certa ontem”. “E se o fim da escravidão tivesse sido bem planejado? Como estariam seus descendentes?”, indaga o cineasta, que também utiliza do humor e da ironia ao longo da narrativa.

“Brincar com um tema tão forte poderia ser uma armadilha, mas não nas mãos de Brenda Lígia”, afirma o diretor. “O nosso filme aborda um tema extremamente importante e delicado, e desde o início eu sabia que precisaria de alguém que trouxesse olhares e experiências que eu, com certeza, não iria alcançar sozinho, por não viver a realidade de ser uma pessoa de pele preta”, explica Felistoque.

A capital no centro

Na terça, é a vez de *Onde moram os irmãos*, ficção de Marisa Mendonça, chegar às telonas do Cine Brasília. “Uma mulher louca que fica dormindo no carro, porque acha que alguém está invadindo o escritório onde ela, ao mesmo tempo, mora e trabalha. Essa foi a primeira imagem que me veio à cabeça para criar a Lívia, protagonista do filme”, conta a cineasta responsável pela produção.

No longa, a personagem se vê à frente do negócio imobiliário da família após a morte do irmão e acaba se envolvendo invasivamente na vida dos inquilinos. “Me veio também a imagem dela apresentando um apartamento para uma pessoa na intenção de alugar, mas ao invés de falar sobre o imóvel, ela fala sobre coisas totalmente íntimas e constrangedoras”, descreve Marisa.

A partir da história de Lívia, a cineasta procurou retratar no filme os sentimentos de deslocamento e incompreensão, inspirada por um episódio pessoal. “O luto foi abordado no longa da maneira como eu o senti: próxima da loucura. Minha família passou por uma perda muito grande na minha pré-adolescência com a morte súbita do meu irmão em um acidente, mas eu, naquele momento, parecia deslocada da dor e não sentia aquele peso que pairava no ar”, compartilha.

Onde moram os irmãos vai além da direção candanga e também tem Brasília como pano de fundo. “Eu acho que esse filme retrata a cidade, mais especificamente o Plano Piloto, de forma um pouco diferente de outras produções locais”, opina Marisa. “Ao contrário da ideia de funcionalismo que se tem dos moradores da região, quisemos mostrar as pessoas que acabaram tomando os desvios, involuntariamente”, ressalta. A protagonista, exemplifica a cineasta, é um retrato da geração que cresceu na região e “tinha tudo para dar certo, mas não deu”. “São personagens de classe média alta, mas que não têm ferramentas culturais para usufruir desse privilégio”, detalha a diretora.

Em *Mapas*, filme exibido na quarta-feira, Brasília também está no centro da narrativa. A ficção, relata o diretor Rafael Lobo, surgiu da vontade de olhar para a cidade a partir de histórias “menos visíveis”. “Eu sempre me interessei pelo horror, não apenas como gênero, mas como uma forma de perceber o mundo, de dar corpo a medos, traumas e coisas que permanecem escondidas. Em algum momento, esse interesse se encontrou com a minha relação com a cidade”, diz o cineasta.

O filme acompanha Júlia e Sérgio que, em busca de Rebeca, uma cicloativista desaparecida, atravessam uma Brasília marcada por ruínas e histórias esquecidas, enquanto precisam lidar com os próprios conflitos. “Para mim, *Mapas* é uma travessia pela cidade e pela memória, em que os fantasmas do passado acabam se confundindo com os fantasmas de cada personagem”, resume Lobo.

Segundo ele, a intenção era mostrar a capital federal por outro ângulo além do viés da arquitetura e da ideia de cidade planejada. “Não para

A MOSTRA
BRASÍLIA DO
FESTIVAL DE BRASÍLIA
DO CINEMA BRASILEIRO
EXIBE, A PARTIR DESTA
SEGUNDA, UMA
SELEÇÃO DA ÚLTIMA
SAFRA DE CURTAS
E LONGAS



Programação

- Segunda-feira: *Amadeo e o hipotético mundo novo* e *Hacker Leonília*
- Terça-feira: *Onde moram os irmãos* e *A arte perdida da lombada*
- Quarta-feira: *Mapas*
- Quinta-feira: *Nem todos sabem*, *Vinte vinte quatro* e *Isso aqui é várzea*
- Sexta-feira: *O jardim mágico*, *Rima*, *Madre*, *Dora*, *Impostor*, *Não há crime no Plano Piloto* e *Ar-Dor*
- Todos os filmes serão exibidos às 18h no Cine Brasília, às 19h45 no Complexo Cultural de Planaltina e no Campus da Universidade Católica em Taguatinga. No dia seguinte da exibição original, os filmes serão apresentados no Cine Cultura Liberty Mall, às 15h

negar essa imagem, mas para perceber o que existe por trás dela, as histórias que ficaram de fora e as marcas que o tempo deixou, revela o cineasta, que usa o horror como lente de crítica no filme.

Em junho, *Mapas* foi vencedor de cinco troféus no Cine PE — Festival Audiovisual, incluindo o Prêmio Especial do Público. “É a primeira vez que vamos mostrar o filme na cidade onde ele foi feito e onde sua história acontece. Estou muito curioso para saber como o público daqui vai se relacionar com ele, que lugares vai reconhecer e que memórias vai trazer. Acho que essa conversa pode ser especialmente interessante”, avalia Lobo.

Documentarismo candango

Em *Nem todos sabem*, filme exibido na quinta, a documentarista Edileuza Penha de Souza reconstitui a vida e o legado do músico cego João Tomé, morto em 1971. “Ele vem para Brasília no período da construção da capital, com a esposa grávida e os cinco filhos, e aposta nesse pioneirismo”, relata a diretora. “Ele teve uma importância imensa para a cidade como fundador da Escola de Música e um dos primeiros funcionários da Rádio Nacional”, exalta.

No documentário, a história do músico, professor, maestro e arranjador é contada por meio de depoimentos de amigos e familiares e imagens de acervo inéditas. “Brasília sempre negou seus pioneiros negros, então esse filme é uma forma de devolver o legado dele à cidade que ele amou e acreditou tanto”, pondera Edileuza, que ganhou o prêmio de Melhor direção na Mostra Brasília do ano passado pelo trabalho em *Vozes e vãos*.

Também pesquisadora acadêmica, Edileuza lançou no mês passado a coletânea *Cinema negro no feminino: afeto e pertencimento* além das telas, que apresenta um panorama da produção audiovisual feita por mulheres negras no Brasil. “O Festival de Brasília, sobretudo depois de 2007, tem essa preocupação em não só selecionar filmes de mulheres negras, como também ter mulheres negras na curadoria e no júri. Isso é demasiadamente urgente e necessário”, reforça a documentarista.

Os curtas *Hacker Leonília*, de Gustavo Fontele; *A arte perdida da lombada*, de Helena Sarmento e Gabriel Brito; *Vinte vinte quatro*, de Davi Pieri; *Isso aqui é várzea*, de Flávio Costa; *Dora*, de Murilo Abreu; *O jardim mágico*, de Naira Carneiro e Carlon Hardt; *Rima*, de Josianne Diniz; *Madre*, de Talita Carvalho e Carol Matias; *Impostor*, de Rafael Gontijo; *Não há crime no Plano Piloto*, de Gabriel Machado; e *Ar-Dor*, de Mike Peixoto completam a programação da Mostra.

Rafael Ribeiro Gontijo

Em *Onde moram os irmãos*, Lívia se vê à frente do negócio imobiliário da família após a morte do irmão

Divulgação

Brasília também no centro da narrativa de *Mapas*

Victoria Santos

*Nem todos sabem* revisita a história do músico cego João Tomé



A escalada da crise no STF

Maria Eduarda Lavocat

A mais alta Corte do país atravessa dias turbulentos. Desde a última terça-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) enfrenta uma crise desencadeada pela decisão do ministro André Mendonça de retirar o sigilo de um relatório produzido pela Polícia Federal (PF), no contexto das investigações da Operação Compliance Zero, que apura supostas irregularidades financeiras envolvendo o Banco Master e o ex-banqueiro Daniel Vercaro.

Para tentar contornar a crise, o presidente do STF, Edson Fachin, anunciou que assumirá o relatório do inquérito das Fake News, tirando o poder do ministro Alexandre de Moraes. Também suspendeu todas as decisões relacionadas ao afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues — tomadas pelo ministro André Mendonça, ratificada pelos ministros Luiz Fux e Nunes Marques e revista pelo ministro Flávio Dino.

Como terceira medida — e talvez a mais importante — Fachin convocou para a próxima terça-feira (15) uma sessão no plenário do STF para avaliar o relatório encomendado por Mendonça que aponta uma suposta ligação de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vercaro. Os ministros vão avaliar se Mendonça agiu corretamente ao requisitar as informações sobre o colega, sem submeter a medida previamente ao plenário e ao presidente do STF.

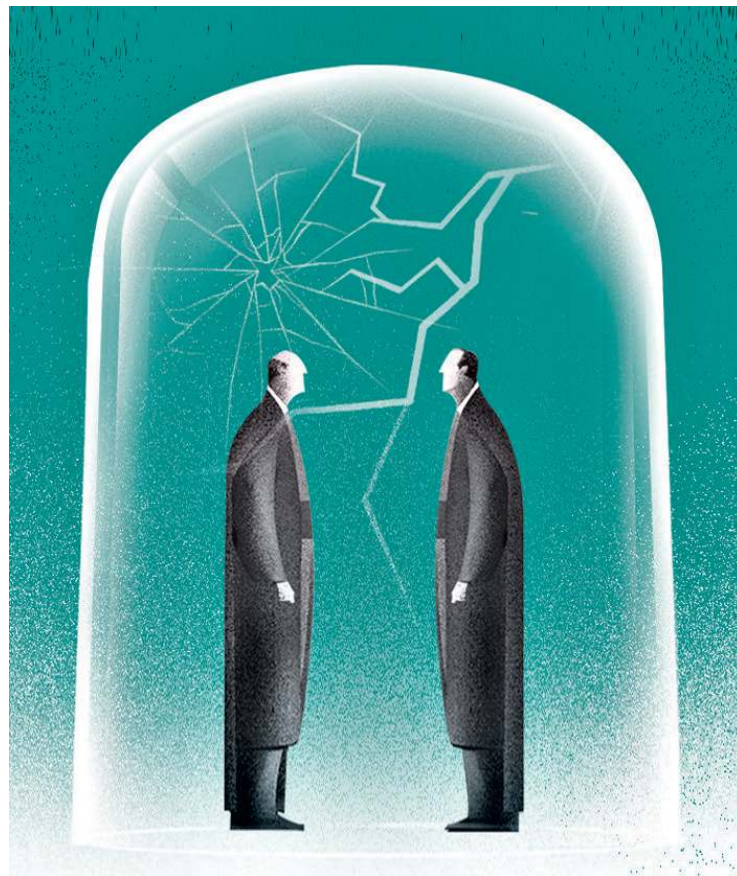
Tudo começou quando a PF apreendeu o celular de Vercaro e recuperou mensagens, documentos e outros arquivos que passaram a integrar relatórios encaminhados ao STF. Entre o material, havia conteúdos que citavam autoridades como o ministro Alexandre de Moraes, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o diretor-geral da PF.

Um dos relatórios reúne conversas entre Moraes e Vercaro que, segundo a PF, indicam uma relação de proximidade. Entre as mensagens, Vercaro questiona Moraes sobre a possibilidade de deixar o país às vésperas da operação que resultou em sua prisão. Os investigadores também identificaram registros segundo os quais um usuário identificado como “Ministro Alexandre de Moraes” teria feito alterações em minutas de contratos entre empresas ligadas a Vercaro e o escritório Barci de Moraes, da advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro. Moraes e o escritório negam irregularidades.

De investigador a investigado?

No dia seguinte à divulgação dos relatórios, Moraes passou a questionar a forma como a

maurenilson



investigação havia sido conduzida. Com base em documentos internos de inteligência da PF, apontou “fortes indícios” de irregularidades atribuídas a Mendonça e solicitou a abertura de investigação contra o colega.

Segundo os documentos, Mendonça teria participado de reuniões nas quais cobrou informações sobre as investigações da Operação Sem Desconto, que apura fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS, e da Operação Compliance Zero. Os relatórios também apontam que o ministro teria mantido contato direto com integrantes das defesas para acompanhar o andamento das apurações. Para Moraes, as condutas podem indicar uma atuação além da função de supervisor judicial, com eventual interferência no curso das investigações.

Os próprios documentos, porém, ressaltam que os relatórios de inteligência não têm caráter probatório e não podem, por si sós, serem utilizados como prova judicial. Para a advogada Gabriela Aleixo, os documentos podem ter valor informativo, mas não comprovam isoladamente a prática de um ilícito.

Com isso, o foco da crise passou a alcançar não apenas os personagens citados nos documentos relacionados ao Caso Master, mas também o ministro responsável pela investigação.

A tensão entre Moraes e Mendonça, até então discutida reservadamente nos bastidores do STF, tornou-se pública. Interlocutores da Corte relataram que o embate entre os dois ministros foi intenso, chegando quase às vias de fato.

Na quarta-feira da semana passada, Mendonça confirmou que se encontrou com Vercaro e seu advogado, em março de 2025. Segundo o ministro, a reunião ocorreu a pedido do banqueiro e tratou apenas da suspensão da tutela provisória 976, relacionada a créditos de precatórios de interesse do Banco Master. Já mensagens e áudios analisados pelo jornalista Paulo Motoryn indicariam que o encontro vinha sendo articulado havia semanas pelo então advogado do banco, Ciro Soares, e pelo deputado Cezinha de Madureira (PL-SP). Mendonça não comentou essas informações.

Inquérito das fake news

Outro elemento incorporado à crise foi o chamado inquérito das fake news, aberto em 2019 para apurar ameaças e ataques contra o STF e relatado por Moraes. Foi no âmbito do procedimento que o ministro apresentou inicialmente um dos pedidos relacionados à atuação de Mendonça.

Na decisão, Moraes atribuiu a Mendonça possíveis práticas de improbidade administrativa

e abuso de autoridade durante a relatoria do Caso Master e pediu ao presidente do STF, Edson Fachin, a abertura de procedimento contra o colega. Moraes também acusou Mendonça de direcionar investigações contra ele e contra o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), por razões pessoais e políticas.

A PGR no meio da crise

Paulo Gonet, também citado nos relatórios, pediu ao STF a anulação das provas colhidas. Segundo o procurador-geral, Mendonça teria determinado que investigadores detalhassem mensagens relacionadas a Moraes e aprofundado as apurações contra o ministro, embora não tivesse competência para investigá-lo.

Nesta semana, o Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) abriu procedimento para analisar as referências a Gonet em mensagens atribuídas a Vercaro. A medida não representa conclusão sobre eventual irregularidade nem equivale à abertura de uma investigação criminal. O objetivo inicial é avaliar os fatos e verificar a necessidade de outras providências.

Últimos acontecimentos

Na terça-feira desta semana, Mendonça determinou o afastamento preventivo do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência Policial, Leandro Almada da Costa. Segundo o ministro, Rodrigues tinha “pleno conhecimento” da produção e do conteúdo de relatórios que o atingiram. Mendonça também afirmou que ele próprio e o advogado-geral da União, Jorge Messias, estariam sendo submetidos a “monitoramento sistemático” supostamente ilegal.

A decisão atendeu a pedido do partido Novo. A Segunda Turma do STF chegou a formar maioria para referendar os afastamentos, mas o julgamento foi interrompido após pedido de vista de Gilmar Mendes, que questionou a competência do colegiado para analisar o caso.

A medida provocou reação dentro do governo e da PF. Os 11 diretores da corporação colocaram os cargos à disposição e classificaram o afastamento de Rodrigues como “ataques injustificados”. A Advocacia-Geral da União (AGU) também pediu a suspensão da decisão, alegando “grave lesão à ordem pública e administrativa” e violação da prerrogativa constitucional do presidente da República para nomear e exonerar dirigentes da PF.

Ontem, o ministro Flávio Dino determinou a reintegração de Rodrigues e Almada da Costa aos cargos, além de suspender preventivamente novas medidas cautelares contra os dois por atos praticados no exercício regular das funções. Dino também determinou o funcionamento normal da Diretoria de Inteligência Policial e ressaltou que sua decisão está submetida ao plenário do STF.

ENTREVISTA— PAULO MAURICIO SIQUEIRA, Poli, presidente da OAB-DF

“No STF, não cabem disputas de paixões pessoais nem políticas”

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Ana Maria Campos

A crise que envolve o Supremo Tribunal Federal (STF) chegou a um novo capítulo com uma posição contundente da OAB do Distrito Federal. A seccional decidiu defender a abertura de processos de impeachment contra dois ministros da Corte, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, e cobra investigação independente, transparente e rigorosa sobre suspeitas de irregularidades.

A entidade também pede o arquivamento do inquérito das fake news — cuja relatoria foi avocada ontem pelo presidente do STF, Edson Fachin. Em meio ao acirramento das disputas dentro e fora do Supremo, o presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira, o Poli, diz que a advocacia não pode entrar em uma guerra política e que o caminho para recuperar a confiança nas instituições é voltar à Constituição.

O que levou a OAB-DF a concluir que o momento exige uma posição tão incisiva da advocacia?

Já vínhamos acompanhando a crise há meses, bem como a escalada das notícias, que mostram os desacertos ocorridos no Supremo Tribunal Federal. Procuramos, de forma moderada, indicar a necessidade de investigação e apuração plena e solicitar a intervenção do presidente do Supremo e dos órgãos competentes, para que chegassemos a uma solução. Infelizmente, até agora isso não se deu da forma adequada. Assim, nesse auge da crise, convocamos as nossas conselheiras e os nossos conselheiros para deliberar sobre esses temas e os encaminhamentos que poderíamos levar ao Conselho Federal, para que aja em nome da advocacia.

Quais são os fatos concretos que justificam a abertura dos processos por crime de responsabilidade?

Entendemos que há necessidade de abertura de processos de impeachment contra os dois ministros, diante de todos os indícios já publicizados de condutas irregulares praticadas no exercício do cargo, baseados em documentos oficiais. O fato é que o entendimento da advocacia do Distrito Federal, por maioria, foi pela necessidade dessa apuração firme e rigorosa, respeitado o devido processo legal.



“É importante entender que a OAB não quer participar de um Fla-Flu, de uma arena que não siga o procedimento que nós mesmos defendemos. Antes de medidas extremas, como chegar agora ao ponto de um possível pedido de impeachment, há alternativas e soluções que procuramos tomar”

Como garantir que essa investigação seja realmente independente?

Há, sim, mais fatos que precisam de apuração. Por isso, nos posicionamos para exigir das autoridades competentes, por meio de expediente do Conselho Federal da OAB, apuração profunda, isenta e transparente do envolvimento de quaisquer autoridades que possam estar implicadas nos fatos ou em qualquer outra irregularidade correlata. Também entendemos que deve haver afastamento cautelar das funções daqueles em relação aos quais for constatada tal necessidade, preservadas as garantias constitucionais.

Por que a OAB-DF considera a publicidade desses procedimentos tão importante neste momento?

A Ordem quer salvaguardar os interesses da população no que tange ao aspecto

jurídico e à segurança e à validade dos atos do Supremo Tribunal Federal. A credibilidade da Corte está em jogo, e a Constituição nos impõe agir e tomar as medidas necessárias. Por isso, a OAB-DF deliberou por essas medidas.

O que motivou o pedido de arquivamento do inquérito das fake news?

Tivemos reuniões com o presidente do Supremo, oficiamos solicitando o encerramento do inquérito das fake news, que já dura absurdos sete anos. Fizemos manifestações públicas pela necessidade de regularidade da atuação do Supremo Tribunal Federal. Fomos contra a atuação de inquéritos sigilosos e de medidas que não respeitam o devido processo legal. Vimos, inclusive, advogados sofrendo com isso. Há um acúmulo de fatos que motivou

a decisão nesse sentido.

Que mudanças estruturais o senhor considera indispensáveis para recuperar a confiança da sociedade nas instituições de Justiça?

É importante entender que a OAB não quer participar de um Fla-Flu, de uma arena que não siga o procedimento que nós mesmos defendemos. Antes de medidas extremas, como chegar agora ao ponto de um possível pedido de impeachment, há alternativas e soluções que procuramos tomar. O essencial é que se cumpra a Constituição, cada instituição fazendo o seu dever, sem invadir competências, e os agentes públicos, de modo similar, atendo-se ao seu papel. Por isso, além das medidas encaminhadas ao Conselho Federal, vamos elaborar uma carta aberta à sociedade com propostas estruturais de Reforma do Poder Judiciário, para o resgate da estatuta constitucional da Suprema Corte.

Nessa guerra na Suprema Corte, como estabelecer quem tem razão?

Esse é o problema. A guerra na Suprema Corte não é o que se espera. O Supremo Tribunal Federal é o órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro. Seu papel central é ser o guardião da Constituição: cabe a ele dar a palavra final sobre o que a Constituição permite, proíbe ou exige. Não cabem disputas de paixões pessoais nem políticas. A Ordem, aqui no DF, mantém-se independente e apartidária, porque as paixões políticas corroem a institucionalidade.

Qual é, na sua visão, o principal risco hoje para a democracia brasileira: o excesso de poder de uma instituição, a falta de controle ou a perda de confiança da sociedade?

Os três elementos combinados. Uma mistura explosiva. Mas acredito que somos capazes de restabelecer o diálogo, a confiança e a capacidade de produzir soluções para as instituições e para a sociedade. Acredito que todos cumprirão o seu dever. O guia é a Constituição de 1988. Não podemos nos distanciar nem distorcer o que os constituintes nos deram como norte.

Data Venia

Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Gustavo Moreno/STF



A derrota de André Mendonça

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, ao suspender as decisões relacionadas ao afastamento do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, colocou um freio de arrumação nas sucessivas deliberações contraditórias sobre o caso. E esta é uma derrota para o ministro André Mendonça, que havia determinado o afastamento de Andrei e do diretor de Inteligência da PF, Leandro Almada. É uma vitória da ala que se contrapõe a Mendonça e que deve impor novo desgaste ao magistrado na próxima terça-feira (15/09), durante a sessão, marcada por Fachin, em que será discutido o relatório da PF sobre a suposta relação entre o ministro Alexandre de Moraes e o ex-banqueiro Daniel Vercaro. Na sessão, os ministros vão analisar a validade do documento da PF feito a pedido do ministro André Mendonça. A crítica dos ministros é de que Mendonça passou a investigar um colega sem autorização do plenário.

Luiz Silveira/STF



Saída razoável

A perda da relatoria do inquérito das fake news, aberto em 2019, tira do ministro Alexandre de Moraes parte do poder para decisões políticas, mas num momento em que se discute, fora do STF, até mesmo o afastamento do magistrado do cargo, foi uma saída razoável.

AFP



Do STF para a campanha presidencial

Na avaliação de advogados e integrantes da comunidade jurídica, enquanto tiver o apoio do presidente Lula, o ministro Alexandre de Moraes receberá proteção dos colegas e não será afastado. Mas Lula enfrenta uma campanha apertada, num país polarizado. Moraes é o inimigo público número um do bolsonarismo e, por isso, todos os movimentos desse embate interno no STF respingam na campanha presidencial.

Gustavo Moreno/STF



Estabelecendo a ordem

O ministro Edson Fachin adotou uma postura de magistrado, ao tomar uma decisão para organizar a confusão e a sobreposição de poderes, estabelecer a ordem e paralisar uma guerra de Titãs. Assumiu o papel de presidente da Suprema Corte. Agora o plenário decide.

Delação premiada

Polêmica na campanha de Flávio Bolsonaro (PL): o empresário Antonio Carlos Freixo Júnior prestou depoimento no gabinete do ministro André Mendonça para formalizar delação premiada sobre repasses de Daniel Vercaro ao filme *Dark Horse* sobre Jair Bolsonaro. Em audiência com juiz auxiliar, a defesa reforçou a voluntariedade do depoimento, requisito essencial para a homologação do acordo no STF.

80 anos do TST

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizará, na próxima quarta-feira (16/09), às 18h, sessão solene comemorativa em alusão aos 80 anos do Tribunal. A cerimônia será realizada no plenário Ministro Arnaldo Süssekind, na sede do TST. Criado em 9 de setembro de 1946 e instalado oficialmente em 23 de setembro daquele ano, o TST completa oito décadas de atuação como órgão de cúpula da Justiça do Trabalho.



Pacto contra o feminicídio amplia proteção

Mais de 54% das 650 mil medidas protetivas de urgência concedidas a mulheres vítimas de violência foram analisadas e deferidas pelo Poder Judiciário no mesmo dia da solicitação. O tempo médio nacional de apreciação dos pedidos caiu pela metade: de quatro para até dois dias. Os resultados fazem parte do balanço dos primeiros 200 dias do Pacto Brasil contra o Femicídio, apresentado ontem, durante a 4ª Reunião Extraordinária do pacto, na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O relatório apresentado no encontro foi aprovado por unanimidade.

"Diante da gravidade do maior crime financeiro da história do Brasil, o povo brasileiro precisa de explicações e medidas imediatas para enfrentar a crise institucional que tomou conta do Poder Judiciário. Se faz necessário mais transparência e não vazamentos seletivos que impactam a disputa eleitoral. A divulgação da verdade, como aconteceu na Operação Spoofing, conduzida pelo então ministro Lewandowski, é um exemplo a ser seguido. Por isso, é urgente a quebra completa do sigilo das investigações de todos os envolvidos no caso Master"

Presidente Lula

ENTREVISTA — RODRIGO ZAMBÃO, procurador do Estado do Rio de Janeiro, professor de direito administrativo

Marketplace público: Sicx promete agilizar compras do governo, mas traz desafios de controle

Ana Maria Campos

Entrou em vigor, nesta terça-feira (08/09), o Sistema de Compras Expressas (Sicx) no âmbito da administração pública federal, com modificações na instrução e na execução dos processos de compra pública, previstos no Decreto 13.106, de 24 de agosto de 2026, que regulamentou o inciso IV do caput do artigo 79 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). O novo modelo de compras públicas promete aproximar o governo da lógica dos marketplaces, mas também traz desafios de transparência, controle e segurança

O que muda na prática com a entrada em vigor do Sicx?

A proposta do Sicx é aproximar as compras do governo de uma experiência que já faz parte do nosso dia a dia: comprar em um marketplace. A ideia é ter um marketplace público, onde o órgão encontra bens e serviços padronizados de fornecedores já credenciados, compara preços e condições e conclui a contratação de forma mais simples. É uma aproximação maior do Poder Público com práticas cotidianas de mercado, como consultar um catálogo e comparar ofertas disponíveis. Parte do trabalho que hoje se repete em diferentes processos passa a ser organizada de forma comum para essas compras. Uma mudança concreta é que o comprador fica dispensado de preparar um termo de referência e um edital para cada contratação. Continuam existindo o edital de credenciamento, as especificações padronizadas e o planejamento, que pode reunir várias compras. O gestor continua responsável por definir o que o órgão precisa, escolher as características adequadas e conferir a entrega. A expectativa é de que a equipe gaste menos tempo repetindo documentos e possa se concentrar mais na necessidade e no resultado da compra.

Como o sistema se diferencia dos modelos tradicionais de licitação e contratação pública?

A principal diferença está na forma de organizar a compra. No pregão, as empresas entram em uma disputa com edital, etapas e julgamento. No Sicx, o órgão passa a consultar um ambiente permanente de ofertas, aberto à entrada de novos fornecedores que atendam aos requisitos. Eles podem atualizar suas condições, e o sistema organiza a classificação no momento da compra. É a lógica de um marketplace público. As licitações já usam meios eletrônicos; a novidade é essa forma de aproximar a contratação pública do funcionamento cotidiano do mercado. Na parte jurídica, o

jurídica. O Sicx prevê a contratação de bens e serviços comuns e padronizados a partir de uma plataforma que reúne fornecedores, preços e condições de oferta. A proposta é reduzir burocracias e tornar as compras rotineiras mais ágeis, sem abrir mão dos mecanismos de controle. Para entender o que muda com a entrada em vigor do novo sistema, os ganhos esperados e os riscos de direcionamento, fraudes e decisões automatizadas, Rodrigo Zambão, procurador do Estado do Rio de Janeiro, explica os detalhes. Sócio de Willeman Advogados, doutorando em direito da regulação pela FGV-RJ, mestre em direito público pela UERJ, ele é professor de direito administrativo.

Sicx usa uma hipótese de credenciamento que foi acrescentada à Lei de Licitações: o comércio eletrônico de bens e serviços comuns padronizados. A contratação por credenciamento se enquadra na chamada inexigibilidade de licitação. O nome pode dar a impressão de que só existe um fornecedor, mas não é esse o caso: vários podem participar. A escolha deve seguir critérios objetivos, e o acesso precisa estar aberto aos interessados que cumpram as exigências. Também há uma diferença em relação ao registro de preços, que já permite fazer compras futuras com base em uma ata. No Sicx, as ofertas ficam disponíveis e podem ser atualizadas continuamente, com a ressalva de que uma oferta já selecionada não pode ser alterada dessa forma. Cada órgão ainda precisa avaliar qual instrumento faz mais sentido para o que pretende comprar, em que quantidade e com qual vantagem econômica. O Sicx passa a fazer parte desse conjunto de opções.

Quais tipos de bens e serviços poderão ser contratados pelo novo sistema?

Poderão entrar os bens e serviços comuns que sejam fáceis de comparar a partir de uma descrição padronizada. O órgão precisa conseguir dizer com clareza o que quer receber, em qual quantidade e com qual qualidade. A ideia é atender compras que possam se repetir sem exigir uma solução feita sob medida a cada vez. Materiais de escritório e de limpeza, móveis e equipamentos com especificações usuais são exemplos possíveis, desde que sejam incluídos nos editais e no catálogo do sistema. A mesma lógica vale para serviços rotineiros, quando for possível definir de antemão o que será feito, como medir o serviço e como conferir se ele foi bem executado. São exemplos do que pode se encaixar no modelo, e não uma lista de categorias que já estejam disponíveis. Uma consultoria intelectual feita sob medida ou uma obra que dependa de um projeto específico já não

Divulgação



se encaixa nessa lógica. E mesmo nas compras mais simples é preciso comparar coisas equivalentes: qualidade, garantia, quantidade e condições de entrega fazem diferença. Como acontece nas compras do dia a dia, o produto que parece mais barato na tela pode acabar custando mais quando começa a ser usado.

O Sicx pode realmente reduzir burocracia e tempo de contratação?

Pode, principalmente nas compras rotineiras. Quando os fornecedores já estão credenciados e as especificações e condições da compra já estão organizadas, é possível aproveitar esse trabalho em várias contratações. O sistema também pode ajudar a encontrar e comparar ofertas mais rapidamente. Esse é um ganho esperado da aproximação com as práticas de mercado: reduzir o esforço repetido para comprar algo que já tem características bem conhecidas. Mas o tempo precisa ser contado até a entrega de um produto ou serviço que atenda à necessidade. Comprar rápido e depois enfrentar atraso, receber algo inadequado ou ter de refazer a contratação pode consumir toda a economia inicial. Para saber se o modelo funciona, será preciso olhar o tempo total, o custo administrativo, o preço pago, a qualidade e a participação dos fornecedores, comparando compras de volume e complexidade semelhantes.

Como garantir transparência e rastreabilidade em decisões tomadas ou auxiliadas por sistemas eletrônicos?

A transparência precisa permitir que alguém entenda por que aquela oferta foi escolhida. Mostrar apenas o nome da empresa e o valor pago deixa de fora uma parte fundamental da decisão. Precisamos conhecer as regras de classificação e conseguir recuperar as informações usadas na compra, mesmo que os preços e os critérios sejam alterados depois. Na prática, cada compra

deveria guardar um retrato daquele momento: quais ofertas estavam disponíveis, quais filtros foram aplicados, os horários, a versão das regras, os dados de reputação utilizados, a classificação produzida e os agentes responsáveis. A escolha de uma oferta fora da primeira posição e as alterações feitas pela administração também precisam deixar um histórico verificável. Esses registros devem ser protegidos contra adulteração e permitir que uma auditoria refaça o caminho da decisão.

Quais mecanismos devem existir para evitar fraudes, direcionamento ou manipulação de ofertas?

Os controles precisam acompanhar todo o processo, desde o cadastro do fornecedor até a entrega. Isso inclui conferir identidade, habilitação e impedimentos, proteger os acessos e registrar quem altera as especificações ou os parâmetros do sistema. É possível direcionar uma compra por meio de uma descrição restritiva demais, de um filtro sem necessidade ou de um peso escolhido para beneficiar determinada empresa. A classificação automática pode simplesmente reproduzir esse favorecimento. Também vale cruzar informações para identificar vínculos entre empresas, combinações suspeitas de preços, compras concentradas nos mesmos fornecedores, avaliações artificiais e escolhas frequentes fora da primeira posição. São sinais que merecem investigação, com atenção ao contexto: um vínculo societário ou um alerta do sistema, sozinho, não prova fraude. E a análise dos dados precisa ser acompanhada da conferência do que foi entregue e do que foi pago.

Como o sistema poderá ser fiscalizado por Tribunais de Contas, controladorias e demais órgãos de controle?

A fiscalização precisa olhar para cada compra e para as regras que colocaram uma oferta à frente das demais. É necessário verificar se a compra atendia a uma necessidade, se o preço era adequado e se a entrega ocorreu corretamente. Também é preciso examinar se os critérios eram legítimos, se os fornecedores receberam tratamento igual e se os registros foram preservados. Um erro na configuração do sistema pode se repetir em muitas contratações, o que torna a auditoria da plataforma especialmente importante. Na União, o TCU e a CGU poderão, dentro de suas competências, realizar auditorias, cruzar informações, examinar registros e apurar responsabilidades. As equipes de gestão, assessoramento jurídico e controle interno dos órgãos também participam desse trabalho. A Lei de Licitações já prevê controle preventivo e fiscalização orientada pelos riscos, e o decreto assegura aos órgãos de controle acesso aos registros necessários.

Visão do Direito



José Geraldo de Souza Junior

Jurista, professor emérito da Faculdade de Direito e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB)

O STF e sua história sob tensões de conjunturas políticas

Num modelo federativo em que os estados ganhavam autonomia, tornava-se indispensável um órgão central para pacificar conflitos e uniformizar a interpretação da Carta Republicana. Pela primeira vez, há 135 anos (Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, que organizou a Justiça Federal, e teve sua posição constitucional consolidada pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891 o STF foi instalado em 1891), atribuiu-se ao Judiciário o poder de afastar leis e atos dos demais Poderes contrários à Constituição, constituindo uma institucionalidade destinada a conter excessos políticos e tutelar direitos e garantias fundamentais, como logo demonstraria a doutrina brasileira do habeas corpus.

Não surpreende que, desde sua origem, o STF se tornasse epicentro de tensões acirradas pelas conjunturas políticas. Leda Boechat Rodrigues mostra, em sua *História do Supremo Tribunal Federal*, uma trajetória marcada pela oscilação entre afirmação da independência judicial e acomodação às forças dominantes.

O confronto entre Rui Barbosa e Floriano Peixoto é emblemático. Diante das prisões e destituições durante o estado de sítio e dos habeas corpus impetrados contra o governo, atribuiu-se a Floriano a ameaça: “Se os ministros do Tribunal concederem ordens de habeas corpus contra os meus atos, eu não sei quem amanhã dará aos ministros os habeas corpus que eles, por sua vez,

necessitarão” (1893). Não era apenas retórica. A pressão alcançou a própria composição da Corte, para a qual Floriano nomeou Cândido Barata Ribeiro, médico que exerceu a jurisdição constitucional por cerca de dez meses, até o Senado rejeitar sua indicação, assentando que “notável saber” significava notável saber jurídico.

O episódio ilumina a advertência de Rui. A independência do Supremo precisa ser protegida tanto da desobediência às suas decisões quanto das tentativas de intimidação ou de domesticação institucional. Daí perguntar: “Quem é o juiz do Supremo Tribunal Federal?” E responder: “Um só é possível reconhecer: a opinião pública, o sentimento nacional”.

Alcançada a última instância, resta “a opinião, a que tudo cede, a do povo em suas livres manifestações”. Se o Supremo é “intérprete final da Constituição” e “último juiz da sua própria autoridade”, sua independência encontra contrapartida na “vigilância da opinião nacional”. Está no alto não para se tornar inalcançável, mas para permanecer visível.

Quando a exceção se exagera, a tensão alcança o próprio lugar da toga. A experiência de 1964 deixou como emblema a máxima “japona não é toga”: força não é jurisdição; poder armado não produz competência constitucional, na disposição de Ribeiro da Costa em renunciar ao cargo de ministro e à presidência do STF, em seguida a aposentadoria compulsória com base

no AI-5, de três ministros do STF.

É essa longa memória de pressões externas que torna especialmente perturbadora a crise atual, porque agora o tensionamento ganha também uma dimensão intestina.

Melillo Dinis, em análise recolhida por Rudolfo Lago a propósito do caso Vercaro, identifica o “ápice do patrimonialismo”, nas aproximações entre poder econômico, autoridades, interesses eleitorais e agentes de influência, agravadas por vazamentos, reações corporativas e condutas individuais capazes de comprometer a confiança republicana.

Outra leitura, proposta por Luciana Bauer e Reynaldo Aragon – *O golpe por dentro do Supremo* – vê a crise como continuidade, por outros meios, do processo de desestabilização que atravessa 2016, o 8 de janeiro de 2023 e alcança a eleição de 2026. Seria uma guerra híbrida que não necessita de comando único. Basta a convergência entre extrema direita, forças econômicas transnacionais, Big Techs e pressões externas contrárias à autonomia estratégica brasileira.

Nesse ambiente, suspeitas ainda não submetidas ao contraditório são deslocadas para o julgamento instantâneo da mídia e das redes. A legalidade pode então converter-se em instrumento de deslegitimação. Já não seria preciso fechar ou invadir o Supremo; bastaria enfraquecê-lo por dentro, comprometendo, juntamente com a democracia, a soberania nacional.

Há, contudo, leituras juridicamente mais prudentes. Para além da vocação suetoniana (A Vida dos 12 Césares) para a crônica dos escândalos, Lenio Streck e Pedro Serrano recolocam a questão no terreno das garantias. Autoridade não significa privilégio, mas investigação contra ministros não pode prescindir do rito constitucional; indícios devem ser apurados, sem espetáculo, antecipação de culpa ou contaminação eleitoral.

É precisamente aí que ganha relevo a atitude do presidente Edson Fachin ao procurar reconduzir a crise ao devido processo, ao contraditório e à decisão colegiada.

Talvez a lição histórica permaneça a mesma. Entre Floriano e as pressões contemporâneas mudaram os atores, os instrumentos e a velocidade da disputa pública. Não mudou a exigência republicana. Preservar a independência da Corte sem imunizá-la ao controle público; investigar sem condenar previamente; assegurar que toga alguma se converta em privilégio, mas impedir igualmente que pressões políticas, econômicas, militares, midiáticas ou digitais se apropriem da jurisdição.

Afinal, se o Supremo ocupa o ponto mais elevado da arquitetura judicial, Rui já advertia que a contrapartida democrática é estar permanentemente sob a vigilância do povo, em seu processo contínuo de educação política, não como horda, mas em suas livres manifestações.

Visão do Direito



Hugo Luiz Schiavo

Advogado trabalhista, sócio do escritório A. C. Burlamaqui Advogados, formado pela PUC-Rio e com especialização em direito constitucional pela PUC-Rio Digital

Fim da escala 6x1: redução da jornada exige equilíbrio entre proteção ao trabalhador e preservação dos empregos

Há pouco mais de dois anos, quando surgiu o debate sobre o “fim da escala 6x1”, isto é, a redução da carga horária semanal de trabalho, não era fácil imaginar a mudança que levou à aprovação da PEC na CCJ do Senado.

A alteração da Constituição Federal, que está próxima de ser aprovada, possui dois pontos importantes: (i) a redução da jornada de trabalho

de 44 para 40 horas semanais; e (ii) o aumento de um para dois dias de descanso semanal, um deles, preferencialmente, aos domingos. Não poderá haver redução de salário.

A entrada em vigor não será imediata, mas ocorrerá dois meses após a publicação da PEC. Situações específicas poderão ser tratadas em acordos de compensação de jornada previstos em normas coletivas. Há previsão de que

lei ordinária estabeleça regimes diferenciados. Microempresas poderão ser amparadas por medidas compensatórias.

A mudança da Constituição, acompanhada por acordos coletivos, é um bom caminho. A flexibilidade de compensação é essencial na jornada de trabalho. A adoção da duração do trabalho de 40 horas semanais e de dois dias de descanso visa aprimorar a relação entre tempo

e resultado e beneficiar os trabalhadores.

Os impactos econômicos precisam ser mais estudados e tratados em lei complementar que preserve os empregos. Empresas e setores que, com a redução das horas de trabalho, beneficiarem o bem-estar e a saúde mental dos empregados e, ao mesmo tempo, se mantiverem lucrativos e competitivos serão exemplos para os demais.

Visão do Direito



Manoel Arruda

Advogado, senador suplente e presidente do União Brasil (DF)

O esgotamento do pacto de 1988

A Constituição de 1988 ocupa um lugar especial na história brasileira. Promulgada após duas décadas de regime militar, simbolizou a recuperação das liberdades políticas, a ampliação dos direitos fundamentais e a promessa de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Quase quatro décadas depois, porém, é necessário perguntar se o pacto inaugurado naquele momento ainda conserva sua capacidade de organizar o país e responder aos desafios do presente. Questionar seus resultados não significa negar sua importância. A “Constituição Cidadã” consolidou eleições diretas, ampliou a participação democrática, estruturou o Sistema Único de Saúde e reconheceu direitos sociais fundamentais. O problema está na distância crescente entre suas promessas e a realidade.

O Brasil continua enfrentando graves deficiências na segurança, na educação e na saúde. Simultaneamente, o sistema político tornou-se mais fragmentado, oneroso e distante do cidadão. A administração pública permanece marcada por privilégios e baixa capacidade de execução, enquanto o Judiciário passou a ocupar espaço cada vez maior em decisões políticas.

Esses problemas não decorrem apenas do texto constitucional. Revelam a permanência de estruturas muito anteriores a 1988. Raymundo Faoro identificou na formação brasileira uma

ordem patrimonialista, caracterizada pela dificuldade de separar os interesses públicos daqueles dos grupos que controlam o Estado.

Em vez de funcionar sempre por regras gerais, impessoais e previsíveis, o poder público é frequentemente utilizado para preservar posições e distribuir vantagens. No campo econômico, essa estrutura aparece no “capitalismo de laços” descrito por Sérgio Lazzarini: empresas, bancos, fundos públicos e agentes políticos conectam-se por redes societárias e pessoais. Nesse ambiente, o êxito econômico pode depender menos da competição e mais do acesso aos centros de decisão.

A redemocratização não eliminou essas estruturas. A população conquistou o direito ao voto, mas as elites conservaram grande capacidade de controlar partidos, candidaturas, recursos públicos e processos decisórios. Até mesmo as tentativas de modernização foram absorvidas por essa lógica. Na década de 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso promoveu abertura econômica, privatizações e reformas administrativas. O Plano Real foi uma conquista histórica, sobretudo por proteger os mais pobres dos efeitos destrutivos da inflação.

Entretanto, o mesmo governo apoiou a introdução da reeleição para os cargos do Executivo. Com ela, os governantes passaram a administrar não apenas para executar seus programas,

mas também para permanecer no poder. A disputa eleitoral incorporou-se ao cotidiano do governo, favorecendo políticas de curto prazo e o uso estratégico da máquina pública.

Essa contradição resume um dos dilemas brasileiros: aqueles que pretendem modernizar o Estado frequentemente acabam condicionados pelas estruturas que desejavam reformar. O pacto de 1988 também produziu uma crescente transferência de decisões políticas para o Judiciário. Tribunais independentes são indispensáveis à democracia, mas existe diferença entre controlar a legalidade dos atos públicos e substituir continuamente as escolhas dos representantes eleitos.

Quando decisões fundamentais passam a depender excessivamente de magistrados, surge o risco de uma “juristocracia”: um sistema em que questões centrais são resolvidas por uma elite judicial não submetida diretamente ao voto. A consequência pode ser o enfraquecimento do Legislativo, do Executivo e da responsabilidade dos governantes perante o eleitor.

No campo social, os resultados também são contraditórios. Programas de transferência de renda cumprem papel relevante na redução imediata da pobreza, mas, isoladamente, não asseguram emancipação. Precisam estar acompanhados de educação de qualidade, qualificação profissional, crescimento econômico e acesso

ao emprego.

O mesmo contraste aparece na saúde e na educação. A universalização do acesso representou um avanço, mas quantidade e qualidade não são equivalentes. Filas prolongadas no sistema de saúde e resultados educacionais insatisfatórios demonstram que reconhecer um direito não basta para torná-lo efetivo.

É nesse sentido que se pode falar em esgotamento do pacto de 1988. Isso não significa que a Constituição tenha perdido sua validade ou que suas conquistas devam ser abandonadas. O esgotamento ocorre quando as instituições conservam sua forma jurídica, mas perdem a capacidade de produzir confiança, estabilidade e resultados.

O Brasil precisa preservar as liberdades conquistadas em 1988, mas também reconhecer que nenhum arranjo institucional é intocável. Uma reforma verdadeira deve fortalecer a separação de Poderes, reduzir privilégios, recuperar a responsabilidade dos representantes eleitos e tornar o Estado mais impessoal e eficiente.

A Constituição de 1988 encerrou um ciclo autoritário. O desafio atual é renovar o pacto democrático sem destruir as liberdades conquistadas — e sem preservar as estruturas que impedem essas liberdades de produzir uma sociedade verdadeiramente próspera, justa e aberta.

Visão do Direito



Gregory Brito

Advogado especialista em direito militar

Direito militar em evolução: atualizações normativas e novos desafios no ambiente castrense

O direito militar brasileiro, alicerçado nos princípios da hierarquia, disciplina e preservação da ordem institucional, vive um período de significativa evolução. As transformações sociais, o fortalecimento dos direitos fundamentais e o avanço tecnológico têm exigido uma interpretação mais moderna das normas que regulam a atuação das Forças Armadas.

A base do sistema é o Código Penal Militar (Decreto-Lei 1.001/1969) e o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei 1.002/1969), enquanto a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem desempenhado papel decisivo na harmonização dessas normas com os princípios

constitucionais.

Entre as mudanças mais relevantes, destaca-se a Lei 13.491/2017, que ampliou o conceito de crime militar e a competência da Justiça Militar da União em determinadas hipóteses envolvendo militares e civis, intensificando o debate sobre os limites da jurisdição castrense.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da proteção aos direitos humanos no ambiente militar. Temas como abuso de autoridade, assédio moral, assédio sexual, discriminação e respeito à dignidade da pessoa humana passaram a integrar de forma definitiva a atuação das instituições. No campo disciplinar, cresce a valorização do contraditório, da ampla defesa e da fundamentação das decisões administrativas,

conferindo maior segurança jurídica aos procedimentos internos.

As novas tecnologias também impõem desafios inéditos. O uso das redes sociais por militares, a divulgação de informações em plataformas digitais e a utilização de provas eletrônicas, mensagens e registros audiovisuais passaram a integrar a rotina dos processos administrativos e judiciais, exigindo constante atualização dos operadores do Direito Militar.

Merece destaque, ainda, a recente mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à aplicação do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP). Previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal, o instituto permite ao Ministério Público deixar de oferecer denúncia

em determinadas hipóteses, desde que preenchidos os requisitos legais. Em 2026, no julgamento do HC 267.809/AM, o STF reconheceu sua aplicação também na Justiça Militar, afastando a vedação automática anteriormente adotada pelo Superior Tribunal Militar e reafirmando a aplicação subsidiária do CPP quando houver omissão do Código de Processo Penal Militar.

A evolução legislativa e jurisprudencial demonstra que o Direito Militar preserva seus pilares históricos, mas acompanha as mudanças da sociedade. Conciliar hierarquia, disciplina e garantias constitucionais é essencial para fortalecer instituições militares modernas, eficientes e comprometidas com o Estado Democrático de Direito.

Visão do Direito



Caroline Rangel

Advogada criminalista com pós-graduação em ciências penais

Violência além da tela

Ao reconhecer que o envio de conteúdo pornográfico pela internet pode configurar o crime de importunação sexual, em recente decisão, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai além da solução de um caso concreto e dá um passo na adaptação do direito às novas formas de violência surgidas no universo digital.

A discussão jurídica não é simples. O artigo 215-A do Código Penal define a importunação sexual como a prática, contra alguém e sem a sua anuência, de ato libidinoso destinado a satisfazer a própria lascívia ou a de terceiros. Mas, como interpretar a expressão “ato libidinoso”?

No caso julgado pelo STJ, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte havia entendido que o crime exigiria a presença física do autor diante da vítima. A 5ª Turma adotou um entendimento diferente, reconhecendo que mensagens, videochamadas, telefonemas com teor pornográfico

podem configurar a prática do delito quando houver ausência de consentimento.

O tribunal concluiu que os recursos tecnológicos não afastam a tipicidade da conduta. A decisão é relevante porque atualiza a interpretação da legislação sem criar um novo tipo penal. O STJ apenas reconheceu que a violência sexual pode assumir formas diferentes daquelas tradicionalmente identificadas, inclusive sem contato físico.

Aplicativos de mensagens, redes sociais e plataformas digitais transformaram a maneira como as pessoas se relacionam. Ninguém ignora que essas ferramentas também ampliaram as possibilidades de assédio, perseguição e exposição não consentida. A legislação brasileira já havia começado a responder a esse cenário em outras situações.

O próprio STJ consolidou o entendimento de que a divulgação não autorizada de imagens

íntimas constitui uma grave violação dos direitos da personalidade e uma forma de violência que exige uma resposta jurídica firme. A corte também reconheceu que a proteção da dignidade sexual deve alcançar situações que extrapolam os limites do contato corporal. O enfrentamento da questão em ambientes digitais é global. Diversos países passaram a atualizar suas legislações para enfrentar a violência sexual praticada nesses meios.

Na Inglaterra, por exemplo, a aprovação do Online Safety Act ampliou os mecanismos de proteção contra conteúdos íntimos enviados ou compartilhados sem consentimento. Em vários estados norte-americanos, a legislação passou a criminalizar o chamado cyberflashing, prática caracterizada pelo envio não solicitado de imagens de nudez ou conteúdo sexual por aplicativos ou canais de mensagens.

A própria criação do termo cyberflashing

revela uma mudança importante. Em vez de tratar essas situações como simples inconveniências da vida digital, os sistemas jurídicos passaram a reconhecê-las como manifestações contemporâneas de uma prática antiga: a imposição da sexualidade de uma pessoa sobre outra, sem consentimento.

A tendência, porém, não significa que o Direito Penal possa expandir-se de forma ilimitada. O princípio da legalidade continua sendo um dos pilares do sistema jurídico e impede interpretações arbitrárias. A ampliação excessiva dos tipos penais pode gerar insegurança jurídica e abrir espaço para decisões contraditórias. Nesse aspecto, a posição adotada pelo STJ parece equilibrada. O tribunal não realizou uma interpretação por analogia nem criou uma modalidade criminosa. Apenas reconheceu que o conceito de ato libidinoso não está necessariamente condicionado ao contato físico.

Visão do Direito



Gustavo Melo

Advogado da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) e sócio do escritório Menndel & Melo

O imposto escondido que os presidenciáveis precisam impedir

Os candidatos à Presidência em 2026 certamente falarão em novos portos, ferrovias, rodovias e bilhões de reais em infraestrutura. Mas há uma pergunta menos vistosa que deveria ser feita a cada um deles: o próximo governo permitirá que a Reforma Tributária encareça, justamente, os portos por onde o Brasil escoia boa parte de suas exportações?

O risco está no tratamento dado pelo IBS e pela CBS aos recursos recebidos pelos Órgãos Gestores de Mão de Obra, os OGMOs. Criados por determinação legal, os OGMOs não são empresas prestadoras de serviços, mas entidades sem fins lucrativos constituídas pelos operadores portuários em cumprimento à Lei dos Portos. A legislação lhes atribui funções coletivas essenciais, como administrar a mão de obra avulsa, manter cadastros e registros, promover a qualificação dos trabalhadores, organizar escalas, zelar pela saúde e segurança no trabalho e arrecadar salários, encargos e demais valores destinados ao repasse aos trabalhadores portuários avulsos, à Fazenda Nacional e ao custeio das despesas administrativas essenciais à sua manutenção.

Essa distinção é fundamental. Todo o dinheiro que entra nos OGMOs apenas transita

por suas contas. São recursos destinados a salários, férias, 13º, encargos e outras obrigações. Não faz sentido submeter esses valores à incidência da CBS e do IBS apenas pelo fato de transitarem pelo caixa de uma entidade sem fins lucrativos, instituída por determinação legal para o cumprimento de funções específicas. Não há, nessa hipótese, exploração de atividade econômica, prestação de serviço em sentido próprio ou geração de receita decorrente de operação mercantil.

É justamente aí que surge o problema. A regulamentação da Reforma Tributária afastou a incidência de IBS e CBS sobre determinadas contribuições destinadas à manutenção de entidades sem fins econômicos, mas não resolveu expressamente a situação particular dos OGMOs. O silêncio pode sair caro.

Se valores arrecadados para cumprir obrigações legais forem considerados remuneração tributável, os operadores portuários precisarão aumentar seus aportes. Na prática, cria-se um custo tributário sobre uma engrenagem que o próprio Estado tornou obrigatória. A resposta de que esses valores gerarão créditos de IBS e CBS também não resolve o problema na prática.

Como as exportações são desoneradas, as empresas dessa cadeia tendem a acumular

créditos tributários. Isso significa que o operador pode ter de desembolsar o valor do tributo agora e só recuperá-lo posteriormente, por meio de compensação ou ressarcimento. Durante esse intervalo, o dinheiro fica imobilizado, reduzindo o capital de giro da empresa e gerando um custo financeiro relevante. Em outras palavras, mesmo que o tributo seja recuperado no futuro, há um prejuízo econômico decorrente da antecipação do pagamento e da demora na devolução desses valores.

Neutralidade tributária não pode impor ao setor produtivo o custo financeiro de antecipar recursos ao Estado enquanto aguarda sua recuperação. E não estamos falando de uma atividade periférica. Em 2025, o setor aquaviário movimentou 1,403 bilhão de toneladas. As exportações brasileiras alcançaram US\$ 348,7 bilhões, sendo cerca de US\$ 169 bilhões provenientes do agronegócio. Soja, milho, açúcar, carnes, minério, petróleo e inúmeros insumos dependem diariamente da eficiência dos portos.

Nesse contexto, o OGMO também exerce uma relevante função social. Além de organizar a mão de obra portuária avulsa, promove treinamento, qualificação e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores, além de atuar

em temas ligados à saúde, segurança e organização do trabalho. Ou seja, sua atuação não se limita a uma função operacional: ela também contribui diretamente para a formação, proteção e valorização dos trabalhadores que sustentam uma parte essencial da logística do comércio exterior brasileiro.

Por isso, essa discussão precisa chegar à campanha presidencial. Os candidatos que prometem crescimento, mais exportações e redução do Custo Brasil precisam dizer também o que farão diante de uma distorção capaz de retirar capital de giro dos operadores e acrescentar custo a uma das principais portas de entrada e saída da economia brasileira.

Não se trata de pedir benefício fiscal para os portos. Trata-se de reconhecer que dinheiro destinado por lei a trabalhadores, encargos e ao custeio de uma estrutura obrigatória não pode ser tratado indiscriminadamente como receita.

A eleição de 2026 será recheada de promessas para tornar o Brasil mais competitivo. Antes de anunciar a próxima grande obra, porém, os presidenciáveis deveriam assumir um compromisso bem mais simples: não deixar que a Reforma Tributária crie um novo custo justamente para quem movimenta as exportações brasileiras.

Visão do Direito



Fernando da Silva Comin

Corregedor nacional do Ministério Público, promotor de Justiça no MPSC



Ângelo Fabiano Farias da Costa

Corregedor nacional do Ministério Público (2024-2026), procurador regional do Trabalho

Correições em direitos fundamentais fortalecem o Ministério Público

A Constituição de 1988 confiou ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A complexidade dessas atribuições exige permanente controle e aprimoramento orgânico. Para zelar por essa missão, cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Corregedoria Nacional, fiscalizar, orientar e induzir a excelência funcional dos membros da instituição em todo o país.

Entre março de 2024 e agosto de 2026 ocorreu um ciclo histórico no CNMP: a realização de correções temáticas voltadas especificamente à salvaguarda dos direitos fundamentais. Elegendo como eixos centrais a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e a proteção a mulheres em situação de violência, a iniciativa buscou avaliar e aperfeiçoar não apenas o desempenho funcional, mas a suficiência das estruturas postas à disposição dos membros do MP.

A magnitude do trabalho reflete-se em sua abrangência: foram percorridos todos os 26 estados

e o Distrito Federal, alcançando a fiscalização direta de 2.166 unidades ministeriais. Essa atuação resultou na emissão de mais de 21 mil proposições, desdobradas em determinações e recomendações para qualificar a atividade do MP brasileiro.

A atividade correicional, contudo, transcendeu o diagnóstico interno, firmando-se como força indutora de transformações sociais concretas. Nos últimos anos, o Ministério Público tem se preocupado menos em contar o número de ações propostas ou pareceres elaborados, e mais em fazer entregas que façam sentido na vida da população.

É possível citar alguns exemplos de resultados que, ainda que não exclusivamente, podem ser atribuídos à atuação coordenada do Ministério Público, dentro dos temas eleitos como prioridade no último biênio: a taxa de atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches saltou de 41,1% para 43,3% entre 2024 e 2025, um acréscimo superior ao dobro da média anual de expansão da última década. A articulação do CNMP também permitiu retomada de 866 obras de

creches paralisadas, criando uma perspectiva de abertura de mais de 182 mil novas vagas nos próximos anos.

Os serviços de acolhimento sob a modalidade Família Acolhedora, outro foco de nossa atuação, expandiram de 395 para 616 entre 2022 e 2025. Após provocação do CNMP, 4.584 municípios alcançaram a situação de regularidade em seus Fundos da Infância, uma redução de 49,80% no total de fundos irregulares no país entre 2024 e 2026.

No enfrentamento à violência doméstica e familiar contra crianças e mulheres, buscou-se consolidar uma mudança de cultura por meio da implementação de protocolos de atuação integrada em diversas comarcas, proporcionando respostas coerentes, céleres e humanizadas às vítimas. Esse esforço foi respaldado pela capacitação de mais de 7 mil membros do MP na temática de prevenção à violência de gênero e ao feminicídio, somada à publicação de Manuais de Atuação específicos para a violência doméstica e a educação infantil.

O ciclo consolidou ainda três marcos normativos editados pela Corregedoria Nacional: a Recomendação de Caráter Geral nº 03 (atuação com perspectiva de gênero), a nº 05 (diretrizes para atuação em processos estruturais) e a nº 06 (garantia de prioridade absoluta à infância e juventude), todos voltados à orientação e ao fortalecimento contínuo da instituição.

Esses resultados representam uma construção coletiva, viabilizada pelo apoio incondicional da Presidência do CNMP, por meio do Projeto Primeiros Passos, dos Conselheiros do CNMP, das Procuradorias-Gerais de Justiça e, primordialmente, dos Promotores e Promotoras de Justiça que atuam em todos os rincões desse país, do menor município às grandes metrópoles.

O encerramento desse ciclo evidencia a potência de uma atuação institucional coordenada e proativa; e se a complexidade dos desafios sociais demonstra que ainda há muito a avançar, os passos consolidados confirmam o compromisso institucional de transformar garantias constitucionais em dignidade vivida.

Visão do Direito



Ricardo Murilo da Silva

Especialista em direito ambiental

Entre a segurança jurídica e a proteção ambiental: o risco de retrocessos silenciosos

A aprovação, pela Câmara dos Deputados, de um projeto de lei que veda o embargo ambiental de empreendimentos com base exclusiva em ferramentas de detecção remota, como imagens de satélite, reacende um debate sensível e necessário sobre os limites e as responsabilidades da fiscalização ambiental no Brasil. A medida traz à tona uma tensão histórica: como equilibrar a proteção ao meio ambiente com as garantias legais das empresas?

Sob a ótica empresarial, é inegável que a proposta toca em um ponto legítimo. A previsibilidade regulatória e o direito à ampla defesa são pilares fundamentais para qualquer ambiente de negócios saudável. Embargos baseados exclusivamente em dados remotos, sem a

possibilidade de contraditório prévio, podem gerar insegurança jurídica, afetar investimentos e comprometer a continuidade de atividades econômicas, inclusive de empreendimentos que atuam dentro da legalidade.

No entanto, é preciso cautela ao analisar o outro lado dessa equação. A tecnologia de monitoramento remoto, para além de um recurso operacional, é uma das ferramentas mais eficazes no combate ao desmatamento e às queimadas, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil. Limitar sua utilização pode significar, na prática, enfraquecer a capacidade do Estado de agir com rapidez diante de danos ambientais muitas vezes irreversíveis.

Para as empresas, o cenário que se desenha é ambíguo. Por um lado, há um possível ganho em termos de garantias processuais. Por outro, cria-se um ambiente de maior incerteza reputacional e regulatória. Isso porque, em um contexto global cada vez mais atento a critérios ESG, qualquer sinal de flexibilização na fiscalização ambiental pode impactar negativamente a percepção de investidores, parceiros e consumidores.

Do ponto de vista ambiental, o risco é ainda mais evidente. O projeto pode representar um retrocesso na política de controle do desmatamento ao reduzir a agilidade das ações fiscalizatórias. Em um cenário de emergência climática, enfraquecer instrumentos já consolidados de

monitoramento pode ter consequências que extrapolam fronteiras e afetam compromissos internacionais assumidos pelo país.

O desafio, portanto, não está em escolher entre fiscalização rigorosa ou segurança jurídica, mas em construir um modelo que integre ambos. É preciso aprimorar os mecanismos de defesa dos fiscalizados sem comprometer a eficiência das ações ambientais. Isso passa, sobretudo, por maior transparência nos processos, uso qualificado das tecnologias e fortalecimento institucional dos órgãos de controle.

A questão merece um debate mais aprofundado. Um avanço acelerado da proposta, nesse caso, pode custar caro para o meio ambiente e também para a credibilidade dos negócios brasileiros.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 10 de setembro de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expo-ress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabo 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND. IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 ASA SUL

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

J RIBEIRO VENDE
208 BLOCO K apto reformadíssimo 2qts ste c/ closet cj5211 33223443

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

1.2 GUARÁ

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.3 CASAS

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

1.3 GAMA

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

GUARÁ

3 QUARTOS

QI 08 Conjunto R cs 95 Vendo casa no Guarã Tr: 98230-5768

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

DIRETO C/ PROPRIETÁRIO
Q I 03 Vdo casa térrea 3 suítes pisc, garagem p/ 3 carros 99585-8326

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guarã 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

Curso de Departamento Pessoal e Social

Aprenda cada etapa do DP e eSocial em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento Dexion e eSocialWeb.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573

1.3 PARK WAY

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 SUDOESTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. >tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

GAMA

VENDO SALAS Setor Central-Gama 99976-4334

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

1.4 GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

OS MELHORES IMÓVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?

TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.



LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

lugarcerto
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

Você à frente de tudo

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel
- 2.2 Apartamentos
- 2.3 Casas
- 2.4 Lojas e Salas
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6 Quartos e Pensões
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

SR. IMÓVEIS

QD 205 - Condomínio Espaço Línea 1qto sala cozinha americana, garagem, vista livre. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS

QD 205 - Condomínio Espaço Línea 1qto sala cozinha americana, garagem, vista livre. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadíssimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS

SCRN 704 Norte c/ 3 pavimentos subsolo térreo e primeiro andar c/ 200m2 de área de frente para W3 Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO PRÉDIO comercial, de 6 pavimentos c/ elevador 99976-4334.

2.4 GAMA

ALUGO PRÉDIO comercial, de 6 pavimentos c/ elevador 99976-4334.

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA

SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

CROSSFOX/10 prata só DF Flex 156mil/KM, Isento IPVA R\$36.000, F: (61) 98354-4004

AUTOCRED

VRUM.COM.BR Acesse nosso site e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

CROSSFOX/10 prata só DF Flex 156mil/KM, Isento IPVA R\$36.000, F: (61) 98354-4004

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

4

CASA & SERVIÇOS

- 4.1 Construção e Reforma**
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.6 SOM E IMAGEM**ASSISTÊNCIA TÉCNICA****ELETRÔNICA MAXWELL**

QI 02 Conj K cs 15 Guarã I - Assistência Técnica Especializada em TVs, Som, DVDs e Eletrônicos. Eng. Eletrônico pelo ITA e MsC pela UnB, Técnico pelo CIB e Instituto Monitor Klaus Ribeiro Monteiro. WhatsApp (61) 99802-0201

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária**
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA**ANIMAIS****EMBRAPA - CERRADOS**

10º LEILÃO - BRGN Nellore PO. 28 Touros, 10 Matrizes, mais 41 animais comerciais. Pag. Parcelado para o gado PO. Dia 12/09. Catálogo completo, fotos, vídeos e lances através página: www.mulleloes.com.br Inf. (61) 99983-4121/3465-2074.

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS**CONVOCAÇÕES****ABANDONO DE EMPREGO**

A EMPRESA Império Frutas e Verduras LTDA, CNPJ 43.978.594/0001.12, esgotados nossos recursos de localização, convidamos o Sr. Moisés JO Oliveira da Costa, portador de CTPS 7963320 - série 00374-DF, a comparecer em nosso escritório para retornar ao emprego ou justificar as faltas desde 27/07/2026, dentro do prazo de 72 horas a partir desta publicação, sob pena de rescisão automática do contrato de trabalho, nos termos do Art. 482 da CLT.

5.2 CONVOCAÇÕES**CONVOCAÇÃO DE RETORNO AO TRABALHO**

PREZADO Senhor, Maíke Ferreira Santos Torres; Cargo: Pintor - Contratado na Connector Engenharia LTDA - CNPJ 01.114.245/0001.02. Constatamos sua ausência às atividades laborais sem apresentação de justificativa formal. Solicitamos seu comparecimento à sede da Connector Engenharia LTDA no prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento, desta convocação para regularização de sua situação funcional. Na impossibilidade de comparecimento, favor entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos no mesmo prazo, apresentando justificativa formal. O não atendimento poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, conforme a legislação trabalhista vigente. Brasília/DF, 10 de setembro de 2026.

MÍSTICOS**AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS**

ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobra consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

5.7 TURISMO E LAZER**OUTROS****ACOMPANHANTE**

RENATO ATIVÃO MACHÃO, SÉRIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

LIVIA MULATA FAÇO ORAL até o fim e deixo finalizar na boca. Assa Nte 61 99848-3777

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens. com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

5.7 MASSAGEM RELAX**CAROL TOP DE LUXO REALMENTE LINDA** s/ decepção 61996306790

JULLY DELICIOSA LOIRA APERTADINHA gostosa até o final. Atendo Aguas Lindas e videochamada (61) 99639-3199

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL**6.1 Oferta de Emprego****6.2 Procura por Emprego****6.3 Ensino e Treinamento****6.1 OFERTA DE EMPREGO****NÍVEL BÁSICO**

CONTRATA-SE CHAPEIRO E COZINHEIRO (A) Interessados entrar em contato: (61) 98176-9286/ (61) 99513-9179

CLUBE GRAVATÁ CONTRATA

AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais, que possa morar no local. Salário + benefícios R\$2.400. Favor entrar em contato: 3225-2731/ 99690-1710

CABELEIREIRA, ESCOVISTA e Manicure preciso para salão na Ceilândia Sul. 61 98460-3662

CASEIRO PARA Serviços Gerais, para morar. Casal 99903-0605.

COSTUREIRA

CONTRATO c/ experiência em costura reta. Local: Lago Sul. Informações: (61) 99304-1563

CONTRATA-SE COZINHEIRA COM EXPERIÊNCIA p/trab. Rest. em Taguatinga. Enviar CV 61 99672-3666

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

ÓTIMOS GANHOS!! MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper. 99414-1086 zap

6.1 NÍVEL BÁSICO

MASSAGISTA URGENTE COM OU SEM exper. Zap (61) 9.9330-4935

SOLUÇÃO PARABRISAS CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas. Tag./ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO**RESTAURANTE CONTRATA**

ATENDENTE DE ME-SA. Para trabalhar no Lago Sul. Favor enviar Currículo: Whats (61) 99674-0505

PADARIA CONTRATA AUXILIAR DE PADEIRO e Atendente. CV para: delimarketbsb@gmail.com

RESTAURANTE CONTRATA

AUXILIAR DE COZINHA. Para trabalhar no Lago Sul. Favor enviar Currículo: Whats (61) 99674-0505

CLÍNICA VETERINÁRIA PRECISA DE UM

AUXILIAR VETERINÁRIA com experiência. Enviar currículo para email: cliniat.emprego@gmail.com

CONSULTORA (O) de TELEVENDAS realizar vendas ativas por telefone empréstimo consignado. Perfil pró-ativo, comunicação assertiva, foco em resultados. Só enviar curriculum se identificar. E-mail: atendimentoconsigh@gmail.com ou enviar pelo whatsapp (61) 98189-6801

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONECTA FINANCE contrata Correspondente Bancário. Enviar currículo p/ costaesilva@myyahoo.com

PRECISO 2 MASSAGISTAS DUAS MASSAGISTAS F p/trab Asa Norte, dou treinamento remunerado os três dias pago por dia ou quinzenal. Preciso de serenidade e compromisso c/horário e dias. ›timos ganhos 61 98214-4880 Elen

NÍVEL SUPERIOR**AUDITORIA**

ASSISTENTE / SEMISENIOR. Contratação imediata. guas Claras. Salário a combinar. Enviar CV p/ Ispessoal.auditoria@gmail.com

6.1 NÍVEL SUPERIOR

EMPRESA DE ENGENHARIA CONTRATA ESTAGIÁRIA NA ÁREA Financeira. Curstando a partir do primeiro semestre de Ciências Contábeis. Bolsa 800,00 + Vale Transporte. 08-14 horas, segunda a sexta. (61) 99970-4749 Enviar cv: dfvagas@yahoo.com.br

6.3 ENSINO E TREINAMENTO**SERVIÇOS****AULA PARTICULAR**

AULAS DE INFORMATICA e Celular. Segurança digital para 3ª idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 168/2026

Objeto: Aquisição de equipamentos de segurança eletrônica. Data da sessão pública: 21 de setembro de 2026 às 14h. O Edital encontra-se disponível nos sítios: www.gov.br/compras/pt-br e www.tst.jus.br.

Brasília, 09 de setembro de 2026

MARCOS FRANÇA SOARES

Coordenador de Licitações e Contratos

Disque-Denúncia**Secretaria de Segurança Pública.**

Uma nova arma contra a criminalidade
Sigilo absoluto.

197

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMerval SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA**, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo requerimento de 19/03/2026, requereu a este Serviço Registral a intimação de **MARIA CRISTINA RODRIGUES SILVESTRE**, funcionária pública, e seu marido **VINICIUS SILVESTRE**, engenheiro, brasileiros, inscritos no CPF sob os n.ºs 440.752.866-49 e 343.879.196-04, respectivamente, residente e domiciliada nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Lote nº 40, da Rua SANANDUVA – do loteamento denominado "Morada de Deus", São Sebastião; e, 2) Casa nº 7, Conjunto 4, QL 4 – SH/Norte, Lago Sul, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$1.787.572,95 (um milhão e setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos e setenta e dois reais, e noventa e cinco centavos), atualizada até o dia 28/09/2026, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação fiduciária do Lote nº 40, da Rua SANANDUVA – do loteamento denominado "Morada de Deus", São Sebastião, nesta cidade, registrada sob os n.ºs R.2 e R.3, na matrícula nº 104.177. A Devedora Fiduciante não foi localizada nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica a DEVEDORA FIDUCIANTE, acima qualificada, CONSTITUÍDA EM MORA E INTIMADA, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B" nº 60 – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 40, da Rua SANANDUVA – do loteamento denominado "Morada de Deus", São Sebastião, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

**O HOSPITAL DA CRIANÇA DE BRASÍLIA JOSÉ ALENCAR**

Torna público processo seletivo para formação de cadastro reserva:

• MÉDICO(A) I - ANESTESIOLOGISTA • MÉDICO(A) I - PEDIATRA NEUROLOGISTA

Os pré-requisitos das vagas e as orientações para inscrição estão disponíveis no site www.hcb.org.br. Selecione a aba Trabalhe Conosco e cadastre seu currículo. As inscrições deverão ser realizadas até 25/09/2026.

Todas as vagas do HCB também são destinadas à Pessoa com Deficiência, sendo obrigatório informar o CID (Classificação Internacional de Doenças).

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb

@classificadoscb

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE